

EDSON FERNANDES D'OLIVEIRA SANTOS NETO



ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE CIPÓ
um balneário no Sertão da Bahia



ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE CIPÓ
um balneário no Sertão da Bahia

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Dora Leal Rosa

Vice-reitor

Luiz Rogério Bastos Leal



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Nimõ El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

IPAC
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Governador

Jacques Wagner

Secretaria de Cultura

Albino Rubim

Diretoria Geral do IPAC

Frederico A. R. C. Mendonça

Esta obra foi financiada integralmente com recursos do Fundo de Cultura do Estado da Bahia, conforme o Edital n.º 10/2012 e o TAC n.º 312/2012”.

EDSON FERNANDES D'OLIVEIRA SANTOS NETO

ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE CIPÓ
um balneário no Sertão da Bahia

Salvador
EDUFBA
2013

2013, Edson Fernandes D'Oliveira Santos Neto

Direitos dessa edição cedidos à Edufba.

Feito o Depósito Legal.

Projeto Gráfico

Gabriela Nascimento

Capa e Editoração

Amanda Lauton Carrilho

Foto da Capa

Acervo de Evandro de A. Góes

Revisão

Renata Brito dos Reis

Normalização

Luise Liane de Santana Santos

Sistema de Bibliotecas – UFBA

Santos Neto, Edson Fernandes D'Oliveira.

Estância hidromineral de Cipó : um balneário no Sertão da Bahia / Edson
Fernandes D' Oliveira Santos Neto. - Salvador : EDUFBA, IPAC, 2013.
205 p. : il.

ISBN: 978-85-232-1119-6

1. Arquitetura - História. 2. Planejamento Urbano. 3. Estações de águas - Cipó
(BA). 4. Cidades-jardins. I. Título.

CDD - 720.98142

Editora filiada à



Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo

s/n – Campus de Ondina

40170-115 – Salvador – Bahia

Tel.: +55 71 3283-6164

Fax: +55 71 3283-6160

www.edufba.ufba.br

edufba@ufba.br

*À memória de minha querida mãe, Ivone,
pelo amor e dedicação com que educou
seus filhos e por sua contribuição à
educação de muitos cipoenses.*

*Cidade em formação, em cujas linhas
embrionárias já se adivinham as harmonias
de uma Cidade-Jardim, Cipó é um grito
álacre de esperanças deferido no ermo
desconsolado das caatingas...
Cidade três vezes bem dita. Pelos seus céos,
pelos seus ares e pelas suas águas!
Cipó é o mais insigne patrimônio da
crenoterapia nacional.*

Aristides Novis, 1942.

AGRADECIMENTOS

A publicação deste livro se deve ao apoio financeiro do Fundo de Cultura da Bahia, através do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) / Secretaria de Cultura da Bahia (Secult-BA) e, portanto, não poderia ser mais oportuna. Com a inclusão do Patrimônio Cultural, Arquitetura e Urbanismo nas políticas culturais do estado, torna-se possível atingir um dos objetivos principais deste estudo, que é divulgar para um público maior o que foi a experiência da construção da Estância Hidromineral de Cipó, cujo conjunto urbano teve seu valor histórico reconhecido pelo próprio IPAC em 2008.

Desde o início das pesquisas que conduziram à Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU) da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), em 2009, foram muitas as contribuições, apoios e incentivos que recebi e que, agora, tenho a oportunidade de agradecer.

Nesse sentido, agradeço a acolhida do PPG-AU, em especial ao professor Antônio Heliodório Lima Sampaio, meu orientador, que desde o início interessou-se pelo tema e que, com confiança e dedicação, me ajudou a conduzir os estudos. Durante a pesquisa e na estruturação do texto, foram valiosas as contribuições dos professores Marco Aurélio Andrade de Filgueiras Gomes; Paulo Ormindó David de Azevedo; Eloísa Petti Pinheiro – todos do PPG-AU – e do professor Antônio Fernando Guerreiro de Freitas, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da UFBA. Em todo o período foram fundamentais o apoio e atenção dispensados por Silvandira Oliveira, então secretária do PPG-AU.

Mais uma vez, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), pelo apoio financeiro dado à pesquisa através de seu Programa de Bolsas.

Recolher as peças do quebra-cabeça foi uma tarefa exaustiva, mas, sobretudo, estimulante por encontrar e conviver com pessoas que – partilhando registros e memórias – dividiram comigo o prazer da pesquisa sobre a história de Cipó. Dentre essas pessoas, agradeço a Ranieri Caetano pela disponibilização de seu acervo pessoal e pelas longas

conversas; a Nourivaldo Cruz pelo apoio dado quando à frente da Secretaria de Cultura e Turismo de Cipó; ao Sr. Nivaldo Pereira Salles (in memoriam) e Sra. Regina Salles pela confiança e disponibilidade em compartilhar o acervo do Dr. Genésio Salles; a Isaura Vieira de Andrade pela generosidade em ceder o acervo fotográfico de Accioly Vieira de Andrade; a Oscar Caetano da Silva Filho, pelas valiosas informações sobre a vida de seu pai; e, de maneira especial, ao professor Evandro de Araújo Góes pelas horas dedicadas a contar e recontar histórias, fazendo conexões mentais entre as fotografias de seu precioso acervo, que me permitiram compreender e ilustrar a transformação da Vila de Cipó em uma Cidade Balneária.

Agradeço também às instituições que, apesar de todas as dificuldades que enfrentam, guardam e compartilham a memória de nosso Estado – nominalmente, ao Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), à Biblioteca Pública do Estado da Bahia, ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB); e à 7ª Superintendência Regional do IPHAN na Bahia.

Especialmente, agradeço aos meus pais e familiares, companheiros nessa jornada significativamente afetada pela partida de minha mãe, que – sempre zelosa – confiou em minhas escolhas e capacidades; a Gabriela, minha amada esposa, que me acompanhou e incentivou em todos os momentos e às nossas pequenas Roberta e Mariana, pelas alegrias proporcionadas nos últimos anos; à querida Lucinda pela amizade e pelas palavras de incentivo...; ao grande amigo Nivaldo Andrade, que – desde o início – intuiu o valor daquele vago objeto de estudo e me incentivou a prosseguir com valorosas contribuições; ao caro amigo Eduardo Brandão pela confiança e apoio fundamentais durante todos esses anos.

Por fim, agradeço à toda a equipe da EDUFBA – em especial à sua diretora, Prof. Flávia Goulart, a Gabriela Nascimento, a Susane Barros e a Luise Liane Santana Santos – pela confiança, paciência e dedicação compartilhadas na realização deste projeto.

PREFÁCIO

Um livro pode resultar tanto da imaginação do autor, numa peça de ficção e/ou reflexão filosófica, como de uma pesquisa sistemática, fruto de um levantamento sistemático ou simplesmente da observação direta, empírica, vivenciada pelo autor. No campo da história das cidades e do urbanismo (ciências humanas) existe certa dificuldade em delimitar rígidas fronteiras entre a imaginação, de cunho interpretativo, e a reflexão baseada nas fontes de pesquisa disponíveis sobre fatos da realidade empírica, relativa ao passado distante ou próximo. O presente texto tem sua gênese numa dissertação de mestrado, e percorre o caminho da pesquisa sistemática, cujo rigor foi perseguido ao longo desta empreitada pelo autor. Portanto, o texto é fiel ao percurso acadêmico do autor, hoje pesquisador e docente concursado já incorporado ao quadro permanente da Faculdade de Arquitetura da UFBA.

O objeto central do estudo são as propostas e intervenções na cidade de Cipó, dentro das motivações de construção de cidades balneárias, entre os anos 1930 e 1940. Um universo urbano peculiar, inserido no sertão nordestino que ainda é um espaço pouco estudado, caracterizando, no caso da Bahia, uma das regiões menos pesquisadas nas nossas universidades, com as exceções de praxe.

De início aborda o *Termalismo e estâncias hidrominerais*, fazendo um breve histórico sobre as termas na Europa e seus reflexos no território nacional. A seguir trata do *urbanismo moderno e a construção de cidades balneárias no Brasil, na primeira metade do século XX*, quando mostra as influências ressonantes do pensamento eurocêntrico no Brasil e na Bahia, destacando outras intervenções importantes, como o caso da cidade de Itaparica e seu plano de urbanismo, da lavra do engenheiro Paulo Peltier de Queiróz. Sem perder o rumo, discorre sinteticamente sobre as *Arquiteturas no Brasil e na Bahia nos anos 1930-1940*; demarcando a busca de uma expressão arquitetônica nacional, nos traços do *Art Déco* na arquitetura protomoderna na Bahia. No capítulo central da trama, que encerra *A construção da estância hidromineral de Cipó*, explora os resultados de uma pesquisa inédita, baseada

em fontes primárias e secundárias, construindo bases interpretativas próprias. Alinha nas considerações derradeiras, finalizadoras, um discurso histórico sobre a realidade da urbe Cipó, uma desconhecida e/ou pouco divulgada, mas essencial para se apreender o campo urbanístico e arquitetônico na Bahia, no primeiro meado do século XX.

No estudo de caso, ratifica a importância do papel do Estado na construção das estâncias hidrominerais, comprovando com dados e informações muito bem trabalhados, a articulação entre os governos, estadual e federal, apoiando o empreendedorismo de natureza privada numa pequena cidade interiorana. Portanto, desmonta a ideia propalada de ser uma prática aparentemente “recente” as ações rotuladas das chamadas Parcerias Público-Privadas (PPP), ao desvelar que não é um fenômeno novo, recente, sendo mesmo uma prática bem antiga. Algo a ser mais investigado entre nós: urbanistas, economistas, geógrafos, historiadores etc.

O caso de Cipó mostra um estudo pioneiro entre nós baianos, aprofundando a questão das estâncias hidrominerais numa perspectiva interessante, localizada, mas muito bem articulada aos desígnios da esfera supramunicipal, quando explora a dimensão macro, estadual e nacional. Busca com rigor a identificação das fontes primárias, nem sempre acessíveis, muitas das quais desconhecidas até aqui, ora recuperadas e referenciadas no livro. A condição de uma cidade balneária, concebida como uma estância hidromineral no sertão, em pleno semiárido nordestino é algo importante, apoiada em base documental farta sobre sua arquitetura e urbanismo então praticados, revelando o papel do setor privado e dos prefeitos. Daí emerge a figura do professor Oscar Caetano, pintor de ofício, mas de obra urbanística e arquitetônica rara, pouco conhecida, inclusive na FAUFBA (como urbanista ou projetista) local onde exerceu a docência na cadeira de Urbanismo, até se aposentar.

De resto o livro é mais uma contribuição à história das cidades baianas, derivado de uma pesquisa inédita, mas também da busca incansável no levantamento histórico sobre urbanismo praticado no interior, em geral, objeto de estudo relegado a segundo plano entre muitos de nós na academia. O resultado alcançado reflete a trajetória do autor, hoje professor concursado da FAUFBA, dando uma contribuição para universidade e sua pós-graduação. Fato que pode muito bem suscitar novas abordagens sobre a arquitetura e o urbanismo nas estâncias hidrominerais na Bahia, um campo potencial de investigação,

pois outras cidades balneárias poderão ser objeto de estudo do autor, ou mesmo de outros pesquisadores.

A contribuição do arquiteto Edson Fernandes D'Oliveira Santos Neto é um exemplo de superação pessoal, no afã de explorar um campo ainda virgem, diante das dificuldades encontradas pelo mesmo, num percurso árduo, em que os dados e informações necessários encontravam-se dispersos e, em alguns momentos pareciam impossíveis de serem resgatados. Por ter acompanhado o trabalho ora transformado em livro, repasso para outros jovens a lição extraída por mim no processo: não basta o querer fazer uma pesquisa inédita, pois só com disciplina, persistência e rigor metódico, o pesquisador pode desbravar o território adverso da investigação histórica. Um campo minado, proveniente da falta de zelo com os nossos arquivos públicos e privados (quando existem), imprescindíveis à preservação da memória urbana, e que não se resume ao estudo e documentação das metrópoles, cidades grandes, rotuladas de históricas (e qual cidade não é histórica?).

A nosso ver, o caso de Cipó ombreia outros de maior visibilidade, como o de Salvador, ou de qualquer metrópole nordestina, brasileira, pois não se trata de uma questão de escala (tamanho da cidade), mas de singularidade urbana, extraído da realidade árida o sumo da diversidade do pensamento moderno na Bahia. Algo em parte expresso no campo do urbanismo, e na arquitetura das cidades, materializado nas manifestações empíricas: sejam como “ideias fora do lugar”, do crítico Roberto Scwharz, sejam como “inevitáveis empréstimos culturais”, do historiador Peter Burke. Talvez, um *mix* inevitável de ambos, num livro que passa a ser fonte para estudo da saga urbanística baiana, sugerindo novas frentes de pesquisa: ontem, hoje e sempre.

Salvador, julho de 2013

Prof. Dr. Heliodoro Sampaio

PPGAU/FAUFBA

Sumário

17	APRESENTAÇÃO
19	INTRODUÇÃO
25	TERMALISMO E ESTÂNCIAS HIDROMINERAIS
26	As termas na antiguidade e a difusão de balneários na Europa
33	O desenvolvimento das estâncias hidrominerais brasileiras
39	O URBANISMO MODERNO E A CONSTRUÇÃO DE CIDADES BALNEÁRIAS NO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX
40	As Cidades-Jardim de Ebenezer Howard: um percurso possível
46	Difusão de concepções urbanísticas estrangeiras no Brasil
50	O cenário do urbanismo na Bahia na década de 1930
54	Contribuição do estudo das cidades novas planejadas na introdução de práticas urbanísticas modernas no Brasil
56	Planos para estâncias hidrominerais brasileiras
59	<i>Plano de Urbanismo da Cidade de Itaparica – Bahia</i>
63	ARQUITETURAS NO BRASIL E NA BAHIA NOS ANOS 1930-1950
64	A busca por uma expressão arquitetônica moderna e nacional
68	Sobre a arquitetura <i>Art Déco</i> no Brasil
75	Arquitetura moderna na Bahia sob patrocínio do Estado

81	A CONSTRUÇÃO DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE CIPÓ
85	A participação dos governos
89	<i>A Criação da Estância Hidromineral de Cipó</i>
90	O núcleo urbano central e o plano de Oscar Caetano da Silva
92	<i>Plano de Expansão e Melhoramentos da Vila Balneária de Cipó</i>
96	<i>Plano de Reorganização da Estância Hidromineral de Cipó na Administração de Helenauro Soares Sampaio (1938 a 1944)</i>
99	<i>A Administração de Accioly Vieira de Andrade (1946 a 1951)</i>
100	Arquitetura e desenho urbano na Estância Hidromineral de Cipó
102	<i>Edifícios Públicos, Particulares e Equipamentos construídos em Cipó entre as décadas de 1920 e 1950</i>
123	CADERNO DE IMAGENS
185	CONSIDERAÇÕES FINAIS
193	REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO

Através deste livro *Estância Hidromineral de Cipó: um balneário no Sertão da Bahia*, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) possibilita a um público mais extenso o conhecimento sobre um empreendimento da primeira metade do século XX, traduzido num ordenamento urbano e arquitetônico na cidade de Cipó que fez jus a seu reconhecimento como patrimônio cultural da Bahia.

Resultado da dissertação de mestrado do arquiteto Edson Fernandes D’Oliveira Santos Neto, junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, obteve apoio do Fundo de Cultura da Bahia, através do Edital nº 10/2012 – Patrimônio Cultural, Arquitetura e Urbanismo.

Este trabalho constitui elemento substantivo para o entendimento da importância cultural, econômica e social do Conjunto Urbanístico e Arquitetônico da cidade de Cipó e, assim, contribui para consolidar sua inscrição no *Livro do Tombamento de Bens Imóveis* como patrimônio cultural da Bahia.

Fundamentais nesse processo foram as contribuições de Leonardo Falangola Martins, superintendente do Iphan na Bahia que encaminhou ao Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, em 20 de março de 2008, demanda para realização do tombamento estadual do conjunto, apoiado na Informação Técnica nº 0034/08-7SR/Iphan, de autoria do arquiteto Nivaldo Vieira de Andrade Junior, em atendimento à demanda formulada, em 03 de agosto de 2005, pelo prefeito municipal de Cipó Jailton Ferreira de Macedo.¹

Testemunho de uma época de modernização administrativa e consolidação política constitui exemplar de grande qualidade arquitetônica e urbanística, ainda íntegro, realizado para instalação de um moderno equipamento voltado ao turismo de lazer. Em pleno sertão das beiradas do Rio Itapicuru, Nordeste da Bahia, durante a Era Vargas (1930-1950) era implantada “uma das primeiras experiências urbanísticas brasileiras e baianas dos

.....
¹ Apoiaram a proposta de tombamento os professores doutores Anna Beatriz Ayroza Galvão, Ana Fernandes e Ana Carolina Bierrenbach.

“*park-ways*”, avenidas de vale arborizadas voltadas ao fluxo de veículos e à drenagem das águas pluviais, defendidas na semana de Urbanismo de 1935”.²

Referência relevante para composição da memória e da história da ocupação do território baiano, a preservação de seu conjunto edificado pode constituir-se em diferencial dinamizador para nova etapa de desenvolvimento econômico e social do Município. Oportuna, portanto, a publicação de um trabalho que convida à reflexão sobre as possibilidades contemporâneas de desenvolvimento urbano e territorial com base no patrimônio cultural.

Salvador, setembro de 2013

Frederico A. R. C. Mendonça

Diretor Geral do IPAC

.....
2 IT 0034/08-7SR/IPHAN.

INTRODUÇÃO

Estudos recentes, no campo da história da cidade e do urbanismo, têm se debruçado sobre planos realizados para estâncias hidrominerais brasileiras, entre as décadas de 1930 e 1960, buscando enriquecer o entendimento de como os ideais modernos permearam a constituição de uma cultura urbanística brasileira.

Historicamente, a construção de cidades balneárias está associada à existência de fontes de águas com propriedades medicinais em determinado local e/ou a localidades consideradas propícias à prática do banho de mar. No caso das cidades com fontes medicinais, a prática de atividades terapêuticas e o turismo influenciaram o seu desenvolvimento frente à necessidade de criação de um ambiente saudável de repouso e lazer. No Brasil, a construção de cidades novas balneárias remonta à segunda metade do século XIX, alcançando grande impulso entre 1920 e 1960.

Além das motivações próprias da prática termal,³ a construção de cidades balneárias no Brasil se dá em um momento de profundas transformações na vida política nacional – marcado pela Revolução de 1930 e pela ditadura do Estado Novo – em que se percebe um declarado interesse por parte do Estado no desenvolvimento do interior do país, apostando no potencial econômico dessas cidades, baseado no turismo. Na Bahia, particularmente, há um claro incentivo do Governo do Estado em promover o desenvolvimento de estâncias hidrominerais como parte de suas ações no campo da economia.

Este também é um período de grande difusão de práticas urbanísticas e de reflexões no país, em que os rumos da arquitetura brasileira estão se redefinindo no embate entre ideias estrangeiras e a busca da expressão da nacionalidade. Estas questões vão estar presentes no crescimento das cidades brasileiras e na construção de cidades novas, aí incluídas as cidades balneárias.

.....

3 O termalismo – conjunto de terapias associadas ao uso das águas minero-medicinais – desenvolveu-se no Brasil a partir do século XIX, numa época em que se buscava o conhecimento técnico-científico das propriedades das águas a fim de legitimar o seu uso médico, evitando-se a prática do charlatanismo. Entre 1930 e 1950, o termalismo brasileiro viveu o seu período de maior importância com a associação das suas dimensões terapêuticas e lúdicas, muitas vezes com a existência de cassinos para a prática de jogos de azar contíguos aos balneários. (QUINTELA, 2004)

Com a construção da Estância Hidromineral de Cipó iniciada em 1935, a Bahia vê florescer, em seu território, esse tipo de empreendimento sob um projeto político baseado no desenvolvimento econômico e na melhoria das condições de vida urbana das cidades do interior e fundamentado num longo processo que vai da descoberta das águas minero-medicinais do Itapicuru, na primeira metade do século XVIII, até o impulso dado ao turismo local com a criação da Empresa Balneária do Cipó pelo médico Genésio Salles, a partir de 1928.

Aqui se apresenta e discute a construção da Estância Hidromineral de Cipó com base no plano urbanístico do engenheiro civil Oscar Caetano da Silva, que foi também o primeiro prefeito da estância. O período estudado tem como marcos a criação da estância por decreto estadual de 16 de maio de 1935 e a inauguração tardia do Grande Hotel de Cipó pelo presidente Getúlio Vargas, em 24 de junho de 1952.

O estudo confronta o plano com o cenário urbanístico da época, buscando as suas condicionantes particulares e tentando identificar relações com as práticas que se desenvolveram no Brasil e na Bahia, nas primeiras décadas do século XX. Como parte significativa desse processo, a arquitetura dos edifícios construídos na cidade é investigada, buscando situá-la no contexto da produção arquitetônica local e nacional do período.

Nesse contexto, torna-se relevante o fato de a Estância Hidromineral de Cipó ter sido palco de experimentação de práticas urbanísticas modernas no território baiano, o que se constitui numa contribuição para o estudo das Estâncias Hidrominerais no Brasil, que têm se desenhado em pesquisas realizadas sobre as cidades de Águas da Prata (SP), Águas de Lindóia (SP), Águas de São Pedro (SP) e Balneário Hidromineral do Barreiro, em Araxá (MG).⁴

Tendo-se em mente que a espacialidade das cidades balneárias pressupõe a criação de um ambiente específico – condicionante do projeto ou plano urbanístico – e que esse ambiente sofreu variações em função das práticas sociais de seus frequentadores através dos séculos, busca-se, no capítulo *Termalismo e estâncias hidrominerais*, obter referências dos aspectos favorecedores de tal espacialidade na história do termalismo. Além do tratamento com as águas, o contato com a natureza, o controle da alimentação e atividades lúdicas surgem como terapia complementar e requerem ambientes diferenciados. Observa-se,

.....
4 A Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e a Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (EESC/USP), mais especificamente, vêm se destacando no estudo desses projetos, com diversos estudos publicados e dissertações defendidas.

por exemplo, as primeiras interações entre as construções das termas romanas e as práticas sociais ali desenvolvidas.

Seguindo a trajetória da relação entre os banhos terapêuticos e as práticas sociais com os ambientes das estâncias, nota-se o ressurgimento de práticas que permaneceram quase completamente esquecidas na Europa, durante a Idade Média. Esse ressurgimento deve-se, em grande medida, ao interesse despertado pela aristocracia e pela burguesia, a partir do século XVII, pelas termas e atinge o ápice da popularidade depois das conquistas tecnológicas, econômicas e trabalhistas entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, na chamada *Belle Époque*.

Transposto para o Brasil, o desenvolvimento das estâncias hidrominerais é sentido com certa defasagem em um período em que o país começa a dar os primeiros sinais de entrada na era industrial com a importação de técnicas, materiais e de costumes europeus. Entretanto, a crença na cura pelas águas e certas práticas hidroterápicas já se desenvolviam aqui desde o período colonial, adquirindo maior significado após as análises químicas das águas e os estudos realizados por médicos brasileiros sobre as suas propriedades medicinais ao longo do século XIX.

Já na segunda década do século XX, percebe-se um maior interesse no aproveitamento das qualidades terapêuticas das águas termais, processo que conta com a participação decisiva dos chamados médicos hidrologistas. A partir dos anos 1930, esse interesse adquire maior significado com a especialização das estâncias, que surgem como cidades de características diferenciadas, para as quais são elaborados planos urbanísticos e projetos para a construção de hotéis, cassinos, parques e balneários.

O ambiente característico e necessário à construção de cidades novas balneárias no século XX identifica-se com as práticas urbanísticas modernas que se desenvolveram originalmente no continente europeu em resposta aos problemas da cidade industrial e que se difundiram para outros continentes durante as primeiras décadas daquele século.

Nesse aspecto, têm-se observado a referência ao ideário de Cidade-Jardim do inglês Ebenezer Howard nos planos para cidades balneárias no Brasil. Em alguns casos essa referência é deliberada, como no plano para a cidade de Águas de São Pedro (1935).

Como o termo cidade-jardim foi apropriado por diversas correntes urbanísticas ao longo do século XX e tende-se a identificá-lo sempre com o ideário de Howard – embora essa relação direta não seja aceitável – se faz necessário esclarecer algumas questões a esse respeito a fim de se ter uma ideia menos simplificada da sua presença no urbanismo

das cidades balneárias brasileiras. Para tanto, no capítulo *O urbanismo moderno e a construção de cidades balneárias no Brasil na primeira metade do século XX*, é traçada uma possível trajetória desde a publicação do ideário de Howard até as suas aplicações dissidentes mais pragmáticas em território brasileiro. Nesse percurso, a apresentação do modelo teórico original das Cidades-Jardins – de acordo com os objetivos sociais – e um breve histórico da atuação profissional dos arquitetos Barry Parker e Raymond Unwin – que projetaram a primeira cidade-jardim de Letchworth – tem a finalidade de evidenciar uma descontinuidade não muito explorada. Por um lado, as ideias fundacionais de caráter reformador-social e, por outro, a prática urbanística que lhe foi associada inicialmente, mas que foi rapidamente emancipada.

No Brasil, os projetos para os bairros-jardins de São Paulo, construídos pela Cia City nas primeiras décadas do século XX, contaram com a participação direta do arquiteto Barry Parker (entre 1917 e 1919) em parceria com Raymond Unwin e são produtos dos desdobramentos do conceito original de Cidade-Jardim praticado por seus autores. Também a contribuição do urbanista francês Alfred Agache, com suas conferências, e o plano para a cidade do Rio de Janeiro (1930) são de grande importância para a constituição de diversas práticas urbanísticas no Brasil, ao lado do plano da cidade de Goiânia (1933) feito pelo urbanista Atílio Correia Lima e modificado, em 1938, por Armando Augusto de Godoy.

No âmbito das cidades novas planejadas, os planos para cidades capitais, para cidades de colonização e para cidades balneárias destacam-se como experiências do urbanismo moderno em território nacional, que contribuíram para a difusão e consolidação de práticas que aqui chegaram por vias diversas.

As referências ao urbanismo moderno são percebidas na Bahia e adquirem expressão na I Semana de Urbanismo, em 1935, com a realização de conferências por profissionais locais que buscavam incutir na sociedade os conceitos e a importância do urbanismo, bem como a necessidade da realização de um plano para a cidade de Salvador.

No intuito de situar o conjunto arquitetônico da estância de Cipó, o capítulo *Arquiteturas no Brasil e na Bahia nos anos 1930-1950* apresenta o panorama das incursões de culturas arquitetônicas modernas e sua assimilação por parte da sociedade, do Estado e de arquitetos brasileiros.

No seio das transformações sociais e políticas por que passou o país na década de 1930, a arquitetura assume, em muitos casos, o papel de representante dessas mudanças, em que o rompimento com a imagem de um passado colonial dá lugar a uma nova expressão, que

se diz moderna. As obras públicas construídas no Estado da Bahia a partir da Interventoria e durante o Governo de Juracy Magalhães são exemplares dessas mudanças.

O último capítulo *A construção da Estância Hidromineral de Cipó* trata de um empreendimento baseado na história das águas termais do Itapicuru e primeiro no gênero a ser patrocinado pelo Estado na Bahia. O capítulo apresenta os antecedentes que conduziram à criação da estância pelo Governo do Estado em 1935 para, em seguida, explorar os elementos do Plano de Expansão e Melhoramentos feito pelo engenheiro Oscar Caetano da Silva e a sua implantação ao longo das décadas de 1930 e 1950, que se confunde com a construção da cidade. A produção arquitetônica local é levantada em função da sua importância como elemento de estruturação do plano urbanístico e como representativa, em seu conjunto, de um período de grande urbanização por que passou o país, na chamada Era Vargas.

As motivações e contribuições dos agentes públicos e particulares para a concretização do empreendimento são identificadas na participação dos governos, nas tentativas frustradas de exploração comercial das águas e no empreendimento do dr. Genésio Sales, concessionário das águas de Cipó a partir de 1928.

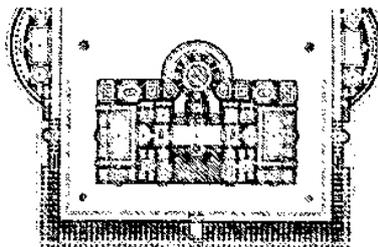
A construção da Estância Hidromineral de Cipó ao longo dos anos que compreendem este estudo foi subdividida nos períodos administrativos dos prefeitos técnicos Oscar Caetano da Silva (1935-1938), Helenauro Soares Sampaio (1938-1944) e Accioly Vieira de Andrade (1946-1951), caracterizando a participação de cada um no processo estudado.⁵

Por fim, apresenta-se um inventário da produção arquitetônica considerada de maior relevância para a constituição do conjunto urbano da cidade, que contribuiu para a sua consolidação e crescimento dentro das linhas gerais estabelecidas no plano urbanístico de 1935, referenciada na produção arquitetônica corrente do período.

Assim, esse trabalho pretende chamar a atenção para o valor histórico e cultural da arquitetura e do urbanismo praticados na Estância Hidromineral de Cipó, resgatando a memória desse importante empreendimento para o estado e para o país no período estudado, contribuindo para uma maior conscientização da população e instituições acerca da preservação e conservação de seu patrimônio.

.....

5 Além dos prefeitos citados, assumiram o cargo no período estudado os engenheiros civis Aristides da Silva Gomes (de março a junho de 1938), Carlos César Rêgo (de 1944 a 1946) e José Vital da Silva Duarte (de 1951 a 1953). Posteriormente, a Lei n. 1.003/58 revogou os artigos do decreto de criação da Estância Hidromineral de Cipó (9.523/35) que determinavam que os prefeitos da estância deveriam ser engenheiros civis funcionários da Secretaria de Viação e Obras Públicas (SVOP).



TERMALISMO E ESTÂNCIAS HIDROMINERAIS

A história do termalismo⁶ é a história dos banhos e práticas terapêuticas em que as águas minerais – em especial as quentes – eram utilizadas nos tratamentos preventivos e curativos de enfermidades, inicialmente de maneira mística e empírica e, depois, com o amparo da ciência. Essas terapias foram cultivadas por diversos povos desde a pré-história e foram sendo transmitidas através de sucessivas gerações, modificando-se e adaptando-se às práticas sociais de cada povo e a cada época.⁷

Nos primórdios da medicina, na civilização grega, templos dedicados a Asclépio – o deus da saúde – eram erigidos nas proximidades de fontes de águas termais, as quais eram consideradas sagradas. Os sacerdotes a serviço desses templos eram responsáveis pela orientação dos enfermos quanto ao uso das águas e também lhes administravam dietas complementares aos tratamentos. Na proximidade dos templos, eram construídos teatros, balneários e ginásios para a prática de exercícios. Sabe-se ainda que as “hidrópoles

.....

- 6 Termalismo é um termo utilizado por especialistas da área da Hidrologia médica para designar tanto um conjunto de práticas terapêuticas realizadas em uma estância termal, tendo a água minero-medicinal como agente terapêutico, quanto um conjunto de tratamentos, com diversas modalidades de cura, em que estão incluídos os “tratamentos hidriático, climático, pelóidico, pepsâmico, psicológico e higienodietético”, empregados simultaneamente, aos quais ainda podem se associar a fisioterapia e a farmacoterapia. (QUINTELA, 2004, p. 240-241)
- 7 A prática dos banhos terapêuticos possui vestígios pré-históricos, mas sabe-se que desde 5.000-3.000 a. C., os babilônios, os caldeus e os egípcios faziam uso externo e interno de águas minerais, atribuindo-lhes propriedades terapêuticas. Assírios, persas, hindus, judeus, entre outros povos, também contribuíram para o desenvolvimento de práticas balneares, muitas vezes relacionadas aos rituais e crenças religiosas. (MOURÃO, 1997)

gregas [situavam-se] em lugares aprazíveis, convidativos à meditação, com avenidas de plátanos, resguardadas de sombra”. (MOURÃO, 1997, p. 80)

Desde a Grécia já se percebe a intenção de criar um ambiente propício ao tratamento termal, que extrapola o banho e a ingestão da água. O termalismo requer, portanto, a criação de um ambiente coadjuvante ao tratamento com a água termal que evolui para as estâncias hidrominerais, adquirindo as particularidades de cada período histórico.

AS TERMAS NA ANTIGUIDADE E A DIFUSÃO DE BALNEÁRIOS NA EUROPA

No século V a.C., durante o governo de Péricles (ca. 495/492 a.C. - 429 a.C.), foram criados banhos públicos na cidade de Atenas, em que foram introduzidos os banhos quentes, as duchas e os banhos a vapor. As termas de Atenas eram locais de encontros sociais e de práticas esportivas, que compreendiam duchas, banheiras, piscinas para natação, ginásio para prática de esportes, salas de massagens, espaços para colóquios e palestras. Em períodos mais avançados, as termas tornaram-se equipamentos indispensáveis aos costumes gregos e foram construídas nas principais cidades da Grécia. (MOURÃO, 1997)

A prática dos gregos foi assimilada e desenvolvida pelos conquistadores romanos, que construíram as maiores termas já conhecidas e as levaram por toda a extensão do Império⁸ como elemento fundamental para a restauração das legiões após as conquistas das batalhas.

As legiões romanas, nos seus avanços vitoriosos, impunham às terras vencidas o seu poder, as leis latinas, levando os seus usos e costumes. Aproveitando os recursos termais das áreas conquistadas, os destemidos conquistadores fundavam cidades, construíam balneários e erigiam templos às suas divindades. As hidrópoles se multiplicavam e se organizavam. A fonte termal ao redor da qual se plantava o acampamento dava nome à localidade. *Aix; Aygues; Bath; Bains* perpetuaram até os nossos dias a moda terapêutica hidromineral dos primeiros séculos de nossa era. (MOURÃO, 1997, p. 116)

.....
8 São exemplos das mais importantes cidades fundadas pelos romanos na Europa, que se tornaram cidades balneárias, *Aquae Calidae* (Vichy, França), *Aquae Sextiae* (Aix-en-Provence, França), *Aquae Aureliae* (Baden-Baden, Alemanha), *Aquae Sulis* (Bath, Inglaterra).

Detentores de avançada tecnologia de construção, os romanos transportavam água em aquedutos, por grandes extensões, e os aproveitavam para abastecer as termas das cidades.

Em Roma, as Termas de Caracala, contruídas entre 212 e 216 durante o governo do Imperador Caracala, funcionaram até o ano de 357 e são as maiores do Império, ao lado das Termas de Diocleciano.

O complexo das Termas de Caracala ocupava uma área aproximada de 13 ha. Ao centro da composição simétrica situava-se um edifício monumental de planta retangular, medindo 228m de comprimento por 116m de largura e altura estimada de 38,5m, com capacidade para 1.600 banhistas (ver Figuras 1 e 2). O edifício abrigava os banhos quentes ou *Caldarium* (tanques menores, situadas sob uma cobertura abobadada), os banhos tépidos ou *Tepidarium* (tanques maiores) e os banhos frios ou *Frigidarium*. Associados aos banhos estavam palestras, escolas, saunas, vestiários e salas de reuniões.

O complexo era cercado por um passeio elevado sobre colunatas que abrigava ginásios, bibliotecas, jardins e ainda a cisterna situada no subsolo, responsável pelo aquecimento de 80.000 litros de água. A partir do programa das termas é possível observar que, além dos banhos propriamente ditos, era criado um ambiente propício às atividades de lazer, repouso, contemplação e ao estabelecimento de uma sociabilidade que lhe era característica.

As termas de Diocleciano (ver Figuras 3 e 4) foram construídas em 306 e funcionaram até 537. Eram semelhantes às termas de Caracala em forma e dimensões e eram orientadas a sudeste de modo a permitir o aquecimento solar do *Caldarium* e sua disposição funcional resguardava o *Frigidarium* de tais raios.

O período romano foi o de maior expansão já conhecido pelas práticas termais, que entraram em declínio durante a Idade Média devido aos aspectos da cultura mundana dos romanos, combatidos pelo cristianismo.

Entretanto, durante essa época, fatos isolados como a instituição do banho como prática social permitida pelo Imperador Carlos Magno em *Aix-la-Chapelle* por volta do ano 800 e outros, não tão isolados, como o privilégio da exploração de águas termais de cidades balneárias que passaram a ser de propriedade de confrarias ligadas à Igreja, fizeram com que os banhos continuassem a ser praticados.

Os beneditinos instalaram-se em Luxeil e Cauterets; as Damas do Capítulo de Remiremont detinham o Banho da Rainha de Plombières; nessa localidade, os capuchinhos, os mais beneficiados, possuíam um

estabelecimento termal, assim como eram proprietários em Baden, Aix-la-Chapelle, Spa, Schwalbach, Forges; os observantinos localizaram-se em Aix-en-Provence; os franciscanos exploraram as fontes de Alise-Sainte-Reine. Na Inglaterra, os famosos banhos de Bath foram recuperados num mosteiro fundado pelo rei Offa em 755. Engrand louva o patrocínio das entidades religiosas, porquanto era mais favorável às estâncias hidrominerais, justificando que os religiosos, quase sempre, pertenciam a importantes ou fidalgas famílias e atraíam, para suas relações sociais, uma clientela rica e escolhida. Data daquela ocasião a frequência elitista das hidrópoles, que teve a sua fase de ouro, nos tempos modernos, no século XIX e no início do século XX. (MOURÃO, 1997, p. 165)

Contraditoriamente, questões de saúde pública aliadas às questões religiosas de cunho moral foram responsáveis pelo período de negação às práticas termais entre os séculos XIV e XVI. Condenados pela Igreja e pelos médicos, os espaços de sociabilidade difundidos durante o Império Romano, que readquiriam prestígio no final da Idade Média, entraram novamente em declínio. Por um lado, a promiscuidade atribuída, de maneira geral, aos estabelecimentos balneários como uma agressão à moral cristã e, por outro, a responsabilidade atribuída aos banhos coletivos pela disseminação de doenças contagiosas que invadiram a Europa – principalmente a sífilis – proporcionaram tal decadência.

Mas uma série de fatores foi responsável pelo retorno das práticas termais nos países europeus, especialmente na França, Inglaterra e Alemanha, a partir do século XVII, embora essa prática não tenha desaparecido completamente nos diversos países, como foi dito.

A melancolia ou *spleen*, como ficou conhecida a doença na Inglaterra, é considerada um dos fatores de retorno às estações balneárias, estabelecendo a vilegiatura para o interior do país, como nos conta Alain Corbin (1989) a respeito da forte influência exercida sobre os aristocratas britânicos pelo livro *História da melancolia*, escrito por Robert Burton, em 1621.

Em seu livro, Burton (apud CORBIN, 1989) traça uma estratégia contra a doença em que devem estar presentes a preocupação com o ambiente, a higiene, os cuidados com o corpo e com o espírito. Aconselha a viagem – dando uma lista de lugares para onde se deve ir, alternando momentos entre a cidade e o campo – e a prática de esportes rurais como: equitação, pesca, natação e futebol, muitos dos quais eram praticados pelo povo. A influência de Burton fez com que o banho de mar ou de rio, que antes era considerado

imoral e próprio do povo sem educação, passasse a ser uma prática autorizada. “Em 1622, Henri Peachman considera inclusive que o verdadeiro *gentleman* deve saber nadar. A *História da melancolia*, cheia de referências ao termalismo antigo, favoreceu assim a emergência da moda do banho e a prosperidade das *spas* [estações de águas termais], que se multiplicam no interior do país”. (CORBIN, 1989, p. 71)

Por exemplo, a cidade de Bath, na Inglaterra, cujas fontes termais haviam dado origem ao assentamento romano no século II, transforma-se, a partir dos primeiros anos do século XVIII,⁹ na sede de uma burguesia de origem diversificada atraída por suas famosas fontes e por uma favorável posição geográfica. Bath era frequentada pela aristocracia, por artistas e escritores, mas também por uma burguesia formada por empregados e agentes das Índias Orientais enriquecidos pelos despojos das colônias saqueadas, agricultores e mercadores de escravos originários da América inglesa, gente enriquecida em guerras, especuladores etc. (SICA, 1982, p. 94-95)

De maneira geral, no início do século XIX, a ida às estâncias era predominantemente realizada pela aristocracia e as águas termais eram procuradas no intuito da obtenção de uma cura milagrosa. Entretanto, “ir às curas” ou “ir às águas”, expressões traduzidas para o português do termo alemão *Kure* ou da expressão francesa *aller aux eaux*, não significavam expressamente que os deslocamentos para as estâncias balneárias tinham o único objetivo do tratamento terapêutico, tinham também uma forte conotação da busca por divertimentos sociais, às vezes maiores do que a própria busca pela cura. (QUINTELA, 2004)

Essas viagens eram, portanto, em busca da associação entre cura e prazer, sempre presentes na história dos banhos.

Estabelece-se, nesse período, a vilegiatura – prática anual de viagem para locais pré-determinados, onde se permanecia por tempo também determinado. Essas viagens eram, fundamentalmente, diferentes dos *Grand Tours*.¹⁰ A vilegiatura baseava-se mais no repouso – com a estadia em locais estabelecidos – do que no movimento impresso pela viagem exploratória do *Grand Tour* e se constituía numa prática social privilegiada

.....
9 Em 1706, quando a administração local consegue autorização para proceder a uma renovação na cidade, se inicia uma série de planos e obras que se desenvolvem ao longo do século, baseada nos projetos dos arquitetos John Wood e John Wood Jr.

10 Atividades que se desenvolveram a partir do século XVIII, que tinham um trajeto mais ou menos definido, mas que o seu maior objetivo era o conhecimento da cultura antiga e o contato com a natureza. Inicialmente, os *Grand Tours* eram praticados por filhos da aristocracia e da chamada *gentry* (pequena nobreza) inglesa e aos poucos foi se estendendo para a classe média urbana, formada pelos ricos emergentes ligados aos serviços secundários às indústrias.

das classes mais abastadas, difundindo-se entre a burguesia emergente no século XIX. (QUINTELA, 2004)

Alain Corbin (1989), em seu estudo de sociologia sobre “o nascimento do desejo da beira-mar que culmina com a invenção das praias de veraneio” discute o modo como antigas práticas são reorganizadas e traça, numa “genealogia”, a transformação dos motivos que conduzem à vilegiatura marítima, uma analogia à vilegiatura das cidades balneárias, ou *spas*.

Na origem dessa genealogia está o *otium* antigo, praticado como a construção do indivíduo, tempo dedicado ao exercício da inteligência, que procura afastar os perigos da preguiça e do tédio, o que não se deve confundir com ociosidade, diferindo profundamente das férias – repouso imposto pela racionalização do tempo.

De acordo com Corbin (1989, p. 267), desde o final da República Romana até a metade do segundo século do Império multiplicaram-se as estações balneárias ao longo das margens do Lácio e da Campânia, beneficiando-se de uma moda corrente.

No tempo de Plínio, o Jovem [61-112 d.C.], uma linha quase ininterrupta de *villas* desenha-se nas costas vizinhas a Óstia, entre Terracina e Nápoles, e ao longo das praias da Baía. Os ricos apreciam Antium, Astura, Gaeta e, mais ainda, Miseno, Pozzuoli, Pompéia, ou esta Baía que Estácio ou Marcial consideram a rainha das estações, e Sêneca ou Propércio, o anfitrião dos vícios [...] Eles vêm durante a temporada [...] a fim de encontrar aí o frescor e tomar banhos sulfurosos. A navegação de recreio, os esportes náuticos, os banquetes ao ar livre e a música contribuem para formar essa vida de volúpia que distancia algumas de tais estações do modelo de *otium*. O *Grand Tour* e a visita a Nápoles, vêm avivar ou reatualizar na imaginação dos viajantes um modelo de lazer que, a partir de então, contribuiu para modelar o ritual social no meio rural inglês e nas estações termais do interior. (CORBIN, 1989, p. 268, grifos do autor)

Também na França e na Alemanha a prática da vilegiatura sofreu influência do *otium* antigo, mas desenvolveu-se de maneira particular. No meio da elite culta e viajante difundem-se as quintas dos negociantes da região de Marselha, para onde os mesmos se dirigem durante os fins de semana para reunirem-se com os amigos hóspedes, num ritual de hospitalidade.

Desse modo, retomava-se uma prática aristocrática de ida aos banhos, ancorada na mudança dos hábitos e afazeres da vida cotidiana. Por exemplo, a estância de *Aix-les-bains*, na França, era frequentada pela família de Napoleão Bonaparte e o mesmo mandou construir, em 1812, o Parque das Fontes de Vichy, outra importante estância balneária francesa.

Após a derrota de Napoleão na Batalha de Waterloo, em 1815, com o estabelecimento da paz no continente europeu, as estâncias retomaram a sua importância, aumentando o número de turistas e curistas. Entretanto, a intensificação das viagens turísticas às estâncias permaneceria restrita pelas dificuldades de deslocamento, as quais só seriam superadas a partir da segunda metade do século XIX com a construção de estradas de ferro na França e na Inglaterra, objetivando atender a demanda dos fluxos de turistas aos balneários.

Os anos de 1870 a 1914, conhecidos como a *Belle Époque*, entre a Revolução Científico-Tecnológica¹¹ e a Primeira Guerra Mundial, são, sem dúvida, o período em que as estâncias europeias recuperam o seu prestígio e em que são intensificadas as viagens turísticas.

Por um lado, o termalismo, que atingiria o seu período científico graças ao desenvolvimento da química e da física associado à evolução da medicina termal – que proporcionaram a identificação das qualidades terapêuticas das águas termais e a verificação da eficácia dos tratamentos hidroterápicos – e por outro, a divulgação dessas descobertas respaldadas pela ciência atraíram um número cada vez maior de adeptos ao termalismo.

Paolo Sica (1981) analisa a difusão das estações de férias a partir da moda das “*villes d’eau* e resorts pintorescos” entre as classes aristocráticas na Inglaterra e Alemanha desde o século XVIII, assim como da moda dos banhos de mar que se desenvolvem desde o início do século XIX. Em sua opinião, a afirmação dessas tendências não pode ser analisada fora da ampliação dos efeitos da Revolução Industrial, com a contaminação estética e higiênica da paisagem urbana tradicional em que se vê uma manifestação da nostalgia da natureza que se origina em um tempo dominado pela prepotência do racionalismo capitalista.

A sua visão coloca estas cidades como hipóteses urbanas em que a busca do clima ideal e da paisagem privilegiada afastada das áreas de produção se apresentam como alternativa a fatores associados à cidade industrial, como a poluição, os dejetos, o ruído e a violência da máquina. (SICA, 1981, p. 980)

O retorno ao campo ou, pelo menos, o convívio com suas qualidades nas cidades são bandeiras levantadas por intelectuais de vários setores da sociedade naquele pe-

.....
¹¹ Também chamada de Segunda Revolução Industrial, é o momento de expansão da economia industrial, ocorrida de meados do séc. XIX até 1870, devido à aplicação das mais recentes descobertas científicas aos processos produtivos. (SEVCENKO, 2006, p. 9)

ríodo, a exemplo dos reformadores sociais e urbanistas, cujas ideias contribuíram para a amenização dos problemas urbanos com a construção de parques e ruas arborizadas, numa clara evocação ao contato com a natureza.

Desse modo, a urbanística era fundamental para a criação de uma imagem desses centros, representados pelos edifícios suntuosos dos cassinos, hotéis e parques, sendo as áreas arborizadas fundamentais na estratégia de publicidade daquelas estações.

A espacialidade dessas cidades era determinada por uma série de fatores que buscavam eliminar os incômodos da vida na cidade, mantendo o seu conforto e oferta de serviços, criando um ambiente “pinturesco” (ver Figuras 5 e 6) em que se distribuíam hotéis, balneários e cassinos – ao redor ou inseridos em um parque verde –, que selecionavam os frequentadores e garantiam os resultados dos investimentos, normalmente feitos por grupos especializados, compostos por industriais, políticos, negociantes e advogados, configuração que se altera em grande parte com o desenvolvimento da sociedade industrial.

A natureza seletiva e aristocrática de alguns destes centros especializados [...] é mantida por um longo tempo, até a primeira guerra mundial e mesmo depois, às vezes não somente para resistir a invasão da burguesia média, mas também às pretensões de *nouveaux riches*. Desde o início do nosso século, ou, melhor, da década de 1920, ocorre por outro lado, como regra geral, uma evolução gradual em direção a um destino burguês e depois de massas, que define novos fenômenos sociais e produtivos.¹² (SICA, 1981, p. 980-981).

O desenvolvimento dos meios de transporte nessa época foi fundamental para o crescimento do turismo potencializado pela necessidade dos habitantes de escapar da vida nas cidades e restabelecer o contato com a natureza em oposição ao adensamento e deterioração das grandes cidades – consequência do crescimento causado pela industrialização.

Outro aspecto considerável para o aumento da procura pelas estâncias hidrominerais europeias é o estabelecimento de direitos para os trabalhadores das indústrias, dentre os

.....
12 “El carácter selectivo y aristocrático de algunos de estos centros especializados [...] se mantiene durante mucho tiempo, hasta la primera guerra mundial e incluso después, a veces resistiéndose incluso no solamente a la invasión de la burguesía media, sino incluso a las pretensiones de los *nouveaux riches*. A partir de comienzos de nuestro siglo, o, mejor, de los años veinte, se produce en cambio, por regla general, una evolución gradual hacia un destino burgués, y después de massas, que pone en movimiento nuevos fenómenos sociales y productivos.” (SICA, 1981, p. 980-1)

quais o direito a férias, favorecendo a permanência mais duradoura dos viajantes, fundamental para os tratamentos termais.¹³

O DESENVOLVIMENTO DAS ESTÂNCIAS HIDROMINERAIS BRASILEIRAS

Desde meados do século XIX, a presença da monarquia teve grande influência nos hábitos brasileiros de frequentar estâncias hidrominerais, a exemplo do que já era prática corrente em países como Portugal – de onde vinha a família imperial – desde séculos anteriores.

A visita, em 1844, de D. Pedro II e de dona Teresa Cristina com a finalidade de inspecionar a construção do referido hospital em Caldas de Cubatão – que ficaria posteriormente conhecida como Caldas da Imperatriz – foi a primeira a relacionar a simbólica real com as águas medicinais brasileiras, mas não foi a única.

Em 1868, a Princesa Isabel e o Conde d’Eu estiveram em tratamento de infertilidade, por um mês, na estância de Caxambú. A eficácia do tratamento só se anunciou sete anos depois, mas, imediatamente após a estadia do casal imperial, as águas de Caxambú tiveram visitação crescente.

Também Poços de Caldas teve a visita de D. Pedro II por ocasião da inauguração do uma extensão da linha férrea da Companhia Mogiana – que iria possibilitar o aumento significativo de visitação à estância.

Com propósitos políticos, D. Pedro II também visitou Itaparica, na Bahia, em 1859, o que pode ter contribuído para acentuar o caráter curativo daqueles ares e águas dentre os mais supersticiosos.

Stélio Marras (2004, p. 216-217) vê essa relação da família imperial com as águas como o estabelecimento de uma “simbólica pesada”, onde o corpo divino do rei era o responsável pela transferência de poderes sobrenaturais para as águas, consideradas milagrosas:

[...] Era o poder mágico que sorrateiramente se impregnava nas águas visitadas. É verdade que no caso português, e brasileiro por extensão, o rei não fosse ungido e, portanto não era oficializado ou juridicamente

.....
¹³ Os tratamentos com banhos termais duram 21 dias. São as chamadas estações, que tiveram origem na Antiguidade e foram recuperadas no período científico do termalismo.

institucionalizado esse seu poder de milagroso ou taumaturgo. Ou seja, a força pública e política do rei já não contavam, ainda mais no contexto do século XIX, com esse aspecto mágico e sobrenatural que antes caracterizava o duplo corpo do rei – natural e sobrenatural, temporal e divino [...] mesmo assim, o imaginário corrente, sobretudo o da colônia brasileira, já por formação, propenso a crenças dessa natureza, parece que ainda evocava o duplo corpo do rei, reconhecendo nesse corpo especial função de veiculação mágica [...] Contra certas camadas das elites ilustradas, ou contra o próprio D. Pedro II e seu pendor civil e cientificista, muita cura e gravidez foi atribuída a águas contagiadas pela família imperial no Brasil.

Além de questões simbólicas, a família imperial promoveu as primeiras estâncias hidrominerais e climáticas brasileiras, ora financiando obras públicas, ora incentivando a iniciativa privada em empreendimentos diversos, como aconteceu com a conjugação de interesses entre D. Pedro II e o major alemão Júlio Frederico Koepler, que conduziu ao planejamento de uma colônia de imigrantes alemães na região de Petrópolis, em 1843. Koepler arrendou as terras do imperador e, em contrapartida, obrigou-se a levantar a planta da cidade de Petrópolis e do Palácio Imperial de Verão, obra iniciada em 1845. (LORDEIRO, 2000)

Seja no aspecto político ou simbólico, a figura da família imperial marcou presença nas estações de cura brasileiras, contribuindo para o seu desenvolvimento e para o estabelecimento do seu *status*, assim como ocorreu com as estâncias europeias.

A ordem de D. João VI, em 1818, para que se construísse um hospital termal em Caldas de Cubatão – no Estado de Santa Catarina – regido pelos mesmos critérios do Hospital de Caldas da Rainha, em Portugal, é tida por historiadores como o marco inicial do termalismo no Brasil. Entretanto, se tem notícias da existência de águas com propriedades curativas em terras brasileiras desde o final do século XVIII. (MARRAS, 2004; MOURÃO, 1992; QUINTELA, 2004)

De acordo com Maria Manuel Quintela¹⁴ (2004, p. 10),

É durante o século XIX que nascem e se desenvolvem as práticas termais em espaços institucionalizados pela medicina brasileira. Tudo co-

.....
14 Pesquisadora portuguesa que tem desenvolvido estudos sobre os conhecimentos e as práticas termais nos territórios português e brasileiro e que revisa a bibliografia existente no Brasil sobre a história do termalismo.

meça com a descoberta das análises químicas, ainda na primeira metade desse século, e com a edificação de alguns estabelecimentos termais (Caldas do Cubatão, Caxambu e Poços de Caldas) na segunda metade do mesmo século.

As primeiras análises químicas das águas brasileiras só iriam acontecer no final do segundo quartel do século XIX, quando a classe médica começa a reivindicar o conhecimento e assumir o controle do uso das águas como remédio pelos doentes, de maneira a se evitar o charlatanismo. Nesse período, sucedem trabalhos sobre as propriedades e qualidades das águas e as indicações terapêuticas associadas.

A primeira estância brasileira a se desenvolver no contexto de cura e lazer nos moldes das estâncias europeias do século XIX foi Poços de Caldas, em Minas Gerais, que se tornou referência para as demais e destino privilegiado das elites nacionais, sendo frequentada por personalidades como Rui Barbosa e Getúlio Vargas.

O médico Pedro Sanches de Lemos é figura central na história dessa que é a mais importante estância hidromineral brasileira. Em 1901, Sanches viajou à Europa e percorreu as suas estâncias mais importantes, recolhendo modelos de implantação de balneários e seus equipamentos, cujas observações publicou em livro para que servissem de orientação à construção de uma vila balneária moderna em Poços de Caldas. De acordo com Marras (2004), Sanches sabia desde então, que era necessário aliar o mundanismo das estações ao curismo hidrológico, como observara nas estações da Europa, pois, para manter os custos de infraestrutura de uma estação balneária, era preciso contar com dinheiro advindo da moda veranista, que compreendia, entre outras “frivolidades”, o jogo nos cassinos.¹⁵

Sem jogatina não se mantém uma estação balneária, salvo se os governos as quiserem carregar às costas, como Baden-Baden e Wildbad, que custam couro e cabelo aos governantes. [...] Serão doentes todos os visitantes de Vichy? Certo que não. Na enorme massa de frequentadores da pérola do Allier há muita gente que lá vai para arejar, para distrair-se, para jogar, para fazer *tourismo*. (LEMOS, 1903 apud FRANCO, 2005, p. 86).

.....
15 Essa união entre diversão e cura tinha limites e foi muitas vezes combatida, especialmente pelos médicos, que entendiam que atividades como o jogo comprometiam a tranquilidade da estação e, conseqüentemente, a cura. Era esse pensamento do dr. Francisco Tozzi, em Lindóia – estância paulista –, que o fez proibir a existência de cassinos em suas terras, antes da abertura da estância para outros sócios. (FRANCO, 2005)

Poços de Caldas experimentou crescimento após os melhoramentos que se sucederam com base nos estudos de Sanches e continuou a desenvolver-se após a sua morte, ocorrida em 1915. Na década de 1920, um novo plano liderado pelo governador Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e pelo prefeito Carlos Pinheiro Chagas veio impulsionar o crescimento da estância, mais uma vez espelhando-se na experiência das estâncias hidrominerais europeias. Desta vez, o prefeito Pinheiro Chagas foi enviado à Europa pelo governador Antônio Carlos, em 1927, com a missão de “copiar” o que fosse preciso em termos de equipamentos, projetos de edifícios e práticas hidrológicas a fim de, em seu retorno, orientar o que deveria ser feito em Poços. Para tanto, visitaria as mais famosas estâncias francesas, Carlsbad, na Eslováquia e Marienba, na Alemanha. A estância de Vichy seria a principal referência.

A partir do seu retorno, Pinheiro Chagas dá andamento aos projetos para transformar a pequena cidade na maior estância hidromineral da América do Sul¹⁶ contratando profissionais renomados e construindo os equipamentos necessários ao cumprimento dos objetivos pré-estabelecidos. Construiu-se, ainda nos anos 1920, “o grande estabelecimento termal para o curismo, o grande Casino para a vilegiatura mundana e o hotel com grandes dependências e suntuoso serviço”. (MARRAS, 2004, p. 62-4)

Como se pode ver no caso da principal estância brasileira, os cassinos foram de fundamental importância para a manutenção da frequência de grande parte do público das cidades balneárias na primeira metade do século XX. Era também importante fonte de recursos para o financiamento e manutenção de parte da infraestrutura das estâncias.

Durante o Estado Novo houve um incentivo à construção de cassinos no Brasil, muitos deles em hotéis, frequentemente associados às estâncias hidrominerais.

Uma elite milionária fortalecida pelo Estado Novo ocupava as mesas de jogo [...] Com produção milionária, as festas promovidas pelo Estado e pela elite, em geral eram custeadas pelo empresário Joaquim Rolla, proprietário dos mais importantes cassinos do país, como os da Urca, Icaraí, Pampulha e Araxá. (PAIXÃO, 2006)

O empresário Joaquim Rolla, amigo de Amaral Peixoto – genro do Presidente Getúlio Vargas e proprietário de inúmeros cassinos – foi o idealizador de um grande cassino em

.....
16 A estância mineira atinge o apogeu nas décadas de 1930 e 1940, chegando a registrar a frequência de 37.980 banhistas na temporada de 1946, ano da proibição das atividades dos cassinos no Brasil. (MARRAS, 2004, p. 142)

Petrópolis, o Quitandinha, cuja construção se prolongou por três anos, tendo sido inaugurado parcialmente em 1944, época em que as despesas públicas encontravam-se rigorosamente contidas por causa da guerra. (PAIXÃO, 2006)

Além de Poços de Caldas, a Estância Hidromineral do Barreiro, em Araxá, foi outra importante estância mineira. Ali, nas décadas de 1930 e 1940, o Estado investiu elevada soma na construção de uma estância balneária envolta por um grande parque, contendo lago artificial, termas e um hotel cassino com capacidade para 300 hóspedes em local cuja atividade balneária já se desenvolvia desde o final do século XIX. O conjunto patrocinado pelo Estado foi inaugurado em 1944 pelo Presidente Getúlio Vargas. (PORTO, 2005)

Com essa configuração de cidades de cura e de diversão foram erigidas muitas estâncias hidrominerais no Brasil ao longo das primeiras décadas do século XX, majoritariamente em locais próximos as nascentes de águas termais. Nos planos realizados para essas estâncias, é recorrente a preocupação em criar um ambiente coadjuvante do tratamento termal, em que a integração com a natureza, através da construção de parques verdes, avenidas arborizadas e jardins, torna-se fundamental.



O URBANISMO MODERNO E A CONSTRUÇÃO DE CIDADES BALNEÁRIAS NO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Como resposta ao agravamento dos problemas enfrentados pela sociedade industrial na segunda metade do século XIX, as grandes cidades dos países industrializados, especialmente da Inglaterra, Alemanha e França, tornam-se palco de discussões e debates sobre as condições de vida no ambiente urbano que irão se desdobrar em propostas de como intervir ou como construir novas cidades em alternativa à crise polarizada pelo êxodo rural e pelo superadensamento urbano. A Cidade Linear (1882) do espanhol Arturo Soria y Mata, a Cidade Industrial (1898) do francês Tony Garnier e a Cidade-Jardim (1898) de Ebenezer Howard são exemplos de propostas ideais que se apresentaram como alternativa ao caos urbano vigente nas grandes cidades e que, por razões óbvias, encontram terreno fértil para uma ampla difusão.

Tais propostas constituem-se em matrizes de vertentes do urbanismo que irão se configurar ao longo do século XX, as quais Françoise Choay (1997) coloca de maneira oposta nos modelos *progressista* e *culturalista*, mas que irão se interconectar nos seus desdobramentos, às vezes, até em experiências híbridas. Reforçando a ideia dessa inter-relação, Peter Hall (2002) argumenta que, na história do planejamento do século XX, existem apenas algumas ideias-chave e que estas são recicladas, reconectadas e ressonantes.

Dentre as ideias-chave mencionadas, o ideário do inglês Ebenezer Howard obteve grande difusão além das fronteiras europeias e contribuiu significativamente para o desenvolvimento das práticas urbanísticas do século XX tanto em planos de ampliação de grandes cidades como na construção de cidades novas, dentre as quais destacamos as cidades balneárias, que se tornaram campo de experimentação das práticas urbanísticas modernas em território brasileiro.

Observa-se que, em tais práticas desenvolvidas nas cidades balneárias brasileiras, havia o predomínio da ideia de Cidade-Jardim, ocorrendo, em alguns casos, de maneira explícita e deliberada e, em outros, de modo subjacente ou apenas utilizando o apelo ambiental que o termo suscita e que é caro a esse tipo de cidade planejada. De qualquer forma, a cidade-jardim evocada está distante da *cidade social* imaginada pelo seu criador; na melhor das hipóteses, relaciona-se diretamente com as práticas da dupla Unwin-Parker, que deu forma à primeira Cidade-Jardim de Howard.

Para entender como surgiram as cidades-jardins e perceber por que se diz que foram desviadas, reinterpretadas e difundidas nas diversas empreitadas de planejamento e urbanização nas primeiras décadas do século XX, podendo assim entender como se deu a sua presença no urbanismo de cidades balneárias brasileiras, é necessário buscar elementos de sua trajetória.

AS CIDADES-JARDIM DE EBENEZER HOWARD: UM PERCURSO POSSÍVEL

O ideário de Ebenezer Howard¹⁷ surge com a publicação de *Tomorrow: A Peacefull Path to Real Reform* (1898), livro revisado e reeditado em 1902 com o título *Garden Cities of Tomorrow*,¹⁸ que atingiu repercussão imediata difundindo as ideias que exerceriam grande influência sobre a disciplina do urbanismo nas décadas seguintes.

.....

- 17 Ebenezer Howard (1850-1928) nasceu em Londres e emigrou para os Estados Unidos aos 21 anos de idade, indo trabalhar em terras fornecidas a pioneiros no estado de Nebraska, onde permaneceu até 1872. Desde então trabalhou como taquígrafo em Chicago, profissão que desenvolveria ao retornar para sua cidade natal, em 1876, quando passou a se dedicar em pensar a solução para os problemas da cidade capitalista, associando-se a grupos de estudos sobre questões sociais. (CHOAY, 1977; FISHMAN, 1977; HALL, 2002)
- 18 O título da segunda edição do livro de Howard – que se tornou a mais conhecida – tem sua origem associada à vivência do autor em Chicago, no período em que a cidade era reconstruída após ser atingida pelo incêndio de 1871, sob projeto do arquiteto paisagista Frederick Law Olmstead. Para Peter Hall (2002), o termo “*garden city*” foi usado como atrativo para o público, mas teria contribuído para desviar a atenção da proposta mais radical e central do seu livro. Como bem

Howard elabora um modelo de cidade fundamentado em teorias sociais e econômicas preconizadas separadamente por outros autores que ele reuniu e formatou em sua proposta. O seu modelo teórico é ilustrado e representado por uma série de diagramas e desenhos ideais, que representam as qualidades e sugerem a espacialidade e funcionamento da sua cidade social.

Em um dos capítulos do livro, Howard expõe que o seu projeto é uma combinação de três outros e que a sua originalidade está em combiná-los para assegurar o melhor resultado de cada um deles.

Resumidamente exposto, meu projeto é uma combinação de três outros que acredito nunca terem sido unidos antes. São eles:

- (1) as propostas para um movimento migratório organizado de população, de Edward Gibbon Wakefield e do professor Alfred Marshall;
- (2) o sistema de posse fundiária proposto primeiramente por Thomas Spence e mais tarde (embora com uma importante modificação), por Herbert Spence; e
- (3) a cidade-modelo de James Silk Buckingham. (HOWARD, 2002, p. 170)

De acordo com Robert Fishman (1977, p. 31-37), o processo de formação do pensamento de Howard tem referências na sua educação formal (interrompida aos 14 anos de idade) e familiar, e no contato com a pobreza que experimentou durante os anos em que permaneceu nos Estados Unidos. Além disso, após o seu retorno a Londres, em 1876, o aprofundamento nos estudos em grupos de discussão sobre questões sociais – período em que conheceu as ideias do reformador americano Henry George – e as leituras do romance utópico de Edward Bellamy e, posteriormente, de artigos do anarquista russo Peter Kropotkin entre 1888 e 1890, que o fizeram dirigir o seu projeto para a questão da cidade descentralizada.

Segundo Peter Hall (2002), cinquenta anos antes, Edward Gibbon Wakefield, propôs a construção de colônias planejadas para pobres; a origem do conceito de cidade social foi o esquema idealizado pelo Coronel Light para a cidade de Adelaide, o qual previa que outra cidade fosse construída, separada da primeira por um cinturão verde, assim que essa atingisse determinada população; o plano de James Silk Buckingham para uma

.....
observa Andrade (1998, p. 63), “o termo ‘*garden city*’ aparece pouco ao longo do texto de Howard, embora seja o termo forte do título definitivo e o que cunhou definitivamente sua proposta urbanística”.

cidade-modelo, com praça central, avenidas radiais e indústrias na periferia, fornecia traços básicos para o diagrama da cidade-jardim; e assim por diante.

De maneira resumida, Hall observa:

Na verdade, cada uma de suas ideias pode ser encontrada no passado [...]: Ledoux, Owen, Pemberton, Buckingham e Kropotkin, todos projetaram cidades para populações limitadas, circundadas por cinturões verdes de terras cultivadas; More, Saint-Simon, Fourier, todos projetaram cidades como elementos de um complexo regional; Marshall e Kropotkin viram o impacto que o desenvolvimento tecnológico produzia sobre a localização das indústrias, sendo que Kropotkin e Edward Bellamy também perceberam que isso iria favorecer as pequenas oficinas [...]. (HALL, 2002, p. 107-108)

De fato, o grande mérito de Howard está nessa combinação única de propostas apresentada objetivamente em seu livro.

Como conter a onda migratória do campo para as grandes cidades, a exemplo de Londres, e fazer com que muitos retornem ao campo é a questão posta pelo autor, que representa o entendimento e a solução do problema na análise de três campos de atração: a cidade, o campo e a cidade-campo, ilustrados no Diagrama nº 1 (ver Figura 7). Ao contrapor as qualidades boas e más do ímã cidade e do ímã campo às qualidades do ímã cidade-campo Howard conduz à solução do problema.

A cidade-campo, portanto, era o ideal de Howard e era para onde as pessoas de determinada classe trabalhadora de poucas posses convergiam em associação, após adquirir uma parcela de terra rural afastada da grande cidade. Seria necessário também atrair as indústrias para os seus arredores e, com ela, os operários, que construiriam suas próprias casas. O preço da terra agrícola seria baixo e, depois de urbanizada, o valor acrescido à propriedade serviria para pagar a sua aquisição e os juros do financiamento, sendo o excedente revertido para a manutenção dos serviços da cidade.

As cidades-jardins tinham um limite fixado em 32.000 habitantes numa porção de 400ha de terra, localizada ao centro de uma área total de 2.400ha, cujos 2.000ha restantes em volta seriam ocupados por granjas e serviços urbanos adequados ao repouso proporcionado por uma grande área verde – cinturão a envolver a cidade e a separá-la das outras que seriam criadas após se atingir a população estimada.

A cidade-jardim (ver Figura 8) teria, preferencialmente, uma forma circular de raio igual a 1.133m. Seria constituída de um núcleo central de onde partem seis bulevares em direção ao anel externo, que a cruzam transversalmente, dividindo-a em seis distritos iguais. No núcleo há um espaço circular ajardinado com os edifícios públicos ao seu redor. Entre os edifícios públicos e o Palácio de Cristal (grande arcada envidraçada que serve de passeio público e de mercado) é definido o amplo espaço do Parque Central. Entre o núcleo e o anel externo, cinco avenidas concêntricas largas e arborizadas, destacando-se a Avenida Central com 128m de largura, parcelam o espaço urbano juntamente com os bulevares. No anel externo, localizam-se fábricas, armazéns, mercados etc., todos defronte à via férrea que contorna a cidade e penetra na zona rural, que possuirá 2.000 habitantes em 2.000 ha de terra. (ver Figura 9)

Ao conjunto policêntrico formado por diversas cidades-jardins, construídas uma após a outra e interligadas por uma ferrovia, Howard chamou de cidade social ou cidade-campo: o terceiro ímã.

É importante salientar que os diagramas apresentados contribuem para a formação de uma ideia espacial de cidade, embora o autor frise se tratarem de um modelo teórico, tendo-se em vista que o terreno representado, de forma circular, é hipotético.

Naquele período, em que as cidades industriais estavam submersas numa crise que sujeitava as suas populações, sobretudo o operariado, às mais precárias condições de habitabilidade, tendo que pagar muito caro por habitações superlotadas, sem higiene, segurança ou privacidade, a repercussão e aceitação das ideias de Howard foram imediatas. A divulgação de suas ideias sobre a construção de cidades em regime de cooperação levou à criação da First Garden City Company em 1903, numa associação objetiva que levaria a cabo a construção da primeira cidade-jardim, Letchworth Garden City (1903) – projetada por Unwin e Parker¹⁹ – e, logo após a Primeira Guerra, da Welwyn Garden City (1920) – projetada por Louis de Soissons.

.....

19 Raymond Unwin (1863-1940) é considerado um dos mais influentes urbanistas ingleses. Iniciou a carreira como engenheiro e passou à arquitetura sob influência de William Morris. Em 1896, associou-se a Richard Barry Parker (1867-1941), arquiteto e urbanista inglês, com quem começou fazendo projetos de residências referenciadas no Movimento *Arts and Crafts*. Após fazerem o plano e projetos para a vila operária de New Earswick (1902) foram convidados para realizar o plano da cidade de Letchworth, considerado um dos mais importantes de sua carreira, juntamente com o plano para *Hampstead Garden Suburb*. Entre outros livros, Unwin publicou *Town Planning in Practice...* (1909), influente texto sobre planejamento urbano do século XX. Obteve cargos importantes no governo nas áreas de habitação e planejamento de cidades no período entre guerras, além de participar destacadamente em organizações internacionais no seu campo profissional.

Os objetivos profissionais dos arquitetos de Letchworth eram paralelos aos de Howard. De acordo com os ensinamentos de Morris, o empenho dos artistas em criar uma sociedade não pode estar separado do de criar uma sociedade justa. Entretanto, se Unwin e Parker simpatizavam com os mesmos ideais de Howard, eles não compartilhavam de seu método racionalista e geométrico e trouxeram para o movimento Cidade-Jardim sua própria visão de *city greatly beautiful* – derivada das *village* medievais inglesas – contrapondo o que chamaram de unidade orgânica à simetria do plano original de Howard, adaptando-se ao terreno escolhido pela companhia para Letchworth.

A respeito das interpretações e difusão do ideário de Howard, Peter Hall (2002) atribui a Raymond Unwin a responsabilidade do equívoco que associa os subúrbios-jardins às cidades-jardins. Em 1912, em palestra proferida na cidade de Manchester, Unwin defendeu a construção de “‘cidades-satélites’ próximas dos municípios, subúrbios-jardim dependentes do município para a obtenção de empregos”²⁰ e, em 1918, teve importante participação em um programa governamental de construção de habitações populares do pós-guerra, em que, contrariando a luta da Garden Cities and Town Planning Association (GCTPA) pela construção de casas populares e cidades-jardins, promoveu a construção de habitações populares em desacordo com os conceitos das Cidades-Jardins. (HALL, 2002, p. 103, 124-125)

De fato, no campo urbanístico Unwin dedicara-se a questões mais pragmáticas, como a amenização dos problemas da cidade encortçada, defendendo o planejamento do seu crescimento.

No livro *Town Planning in Practice: an introduction to the art of designing cities and suburbs* (1909), Unwin critica a falta de planejamento para o crescimento das cidades e a não consideração das necessidades da população em detrimento da maior renda possível a ser obtida da propriedade do solo. Com isso, ele justifica a reação de reformadores sociais, a exemplo do alcance obtido em pouco tempo pelas ideias lançadas por Howard, que possibilitaram a criação da Garden City Association e o início da construção da primeira cidade-jardim.

Esta responsabilidade que lhe é atribuída pelo desvio do ideário de Howard – pelo menos na Inglaterra – se deve, em grande parte, à repercussão do seu projeto para Letch-

.....
20 Com a finalidade de fornecer à cidade de Salvador determinada autossuficiência, Milton da Rocha Oliveira, em palestra sobre as cidades-jardins proferida durante a Semana de Urbanismo de 1935, propõe a construção de cidades satélites nas zonas suburbana e rural da cidade. Isso reforça o entendimento de como o ideário de Howard fora transportado para o Brasil, já modificado pelas experiências de Raymond Unwin e Barry Parker.

worth aliada à sua influente e destacada trajetória como urbanista em que priorizou a solução dos problemas de urbanização de maneira pragmática, distante do pensamento reformador de Howard.

Também o urbanismo tipo cidade-jardim de filiação sitteana²¹ que Unwin desenvolveu e divulgou em *Town Planning in Practice* e em diversas experiências dentro e fora da Inglaterra, contribuiu com o surgimento de empreendimentos comerciais impulsionados pelo apelo da expressão “cidade-jardim”, que colaborou para uma difusão do modelo desvinculado do ideário.

Razões diversas contribuíram para o desvirtuamento do conceito original de Cidade-Jardim, ou melhor, o desenvolvimento das práticas urbanísticas no século XX para as quais a teoria de Howard é referência fundamental, passa por questões conjunturais que lhes conduziram a outras direções.

Em artigo que trata das mudanças de paradigmas ocorridas no final dos anos 1920 sobre as bases do urbanismo moderno, Phillip Gunn (1995, p. 5-11) apresenta uma série de elementos em uma “agenda do urbanismo dos anos 1930” que determinam uma diluição do prestígio do projeto de Cidade-Jardim a partir daquela década. Dentre esses elementos estão: a “generalização da imagem de cidade-jardim para outros tipos de assentamentos”, como subúrbio-jardim e vila-jardim; “o objetivo da implantação institucional da prática de planejamento urbano” – nesse contexto, vê-se a transformação gradativa da Garden City Association (GCA), que passa a incorporar os conceitos de *Town Planning* e *Country Planning*, chegando, inclusive a eliminar o termo *Garden City* da sua denominação; e “o interesse na figura das ‘new towns’ e ‘cidades satélites’”.

O processo de institucionalização do planejamento contou com a participação direta da Garden City Association, com os seus membros fazendo parte das instituições governamentais que promoviam as intervenções nas políticas públicas de planejamento urbano.

É importante lembrar que, nesse período, o ideário de Howard – incluindo suas derivações mais comerciais e localizadas em projetos para bairros e subúrbios – já havia sido divulgado em outros países da Europa e Américas, inclusive o Brasil, tornando-se a refe-

.....
21 Refere-se à teoria estética sobre a construção das cidades lançada pelo arquiteto austríaco Camilo Sitte (1843-1904) em seu livro *A construção das cidades: segundo seus princípios artísticos* (1889), uma crítica aos projetos para a Viena moderna com uma releitura das cidades medievais italianas, de onde vai retirar os princípios para a qualidade estética dos espaços públicos. Essa concepção de projeto de cidade, com a criação de paisagens urbanas com rigor artístico, irá influenciar a produção, teorização e divulgação dos subúrbios-jardins, uma deformação da teoria de Howard, que se dissemina pela Europa e América.

rência que daria origem a outros desdobramentos, dissociados dos seguimentos dados pela Garden City Association.

As qualidades espaciais e visuais resultantes do urbanismo praticado por Parker e Unwin, as quais ficaram conhecidas nos projetos para a cidade-jardim de Letchworth e para o Hampstead Garden Suburb, pela baixa densidade, predominância de áreas verdes e ajardinadas e pela valorização de perspectivas na implantação das ruas e equipamentos, combinavam com o ambiente pretendido nas cidades balneárias europeias, que seriam copiados nas estâncias brasileiras.

A atuação de Parker e Unwin no projeto da Cia City para a cidade de São Paulo e a estadia de Barry Parker, por dois anos, trabalhando na elaboração e implantação de projetos no Brasil, reforçaram aqui no país a cultura urbanística tipo cidade-jardim, a partir do estado paulista. Embora o ideário de Howard, já largamente difundido por aqui, ao iniciar a década de 1930, tenha também aportado no Brasil por outras vias.

DIFUSÃO DE CONCEPÇÕES URBANÍSTICAS ESTRANGEIRAS NO BRASIL

Desde o final do século XIX até os anos 1930, o urbanismo nas principais cidades brasileiras é caracterizado pelos “melhoramentos localizados em partes das cidades”, passando para uma visão menos tópica e mais abrangente com os planos de conjunto, ou globais, que caracterizam o período que vai da década de 1930 até os anos 1950. (LEME, 1999, p. 24)

Nesse momento, a difusão do urbanismo moderno no Brasil se dá tanto pela presença de profissionais estrangeiros elaborando planos para nossas cidades – ou para partes delas – e proferindo palestras, como é o caso de Barry Parker em São Paulo e Alfred Agache no Rio de Janeiro, quanto pela formação de urbanistas brasileiros no exterior, a exemplo de Atílio Corrêa Lima, um dos autores do plano de Goiânia de 1933, que havia estudado na França. Esta difusão do ideário moderno está presente, inclusive, nos projetos para cidades novas, dentre elas as cidades balneárias, nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraíba.²²

.....
22 Nomeadamente, os trabalhos desenvolvidos por Ricardo Trevisan (2003) sobre o urbanismo da estância paulista de Águas de São Pedro; Amanda Cristina Franco (2005), sobre estâncias hidrominerais brasileiras com estudo de caso dos planos para das estâncias paulistas de Águas Da Prata, Águas de São Pedro e Águas de Lindóia e Daniele Porto (2005) sobre projetos para a estância hidromineral mineira do Barreiro de Araxá.

O plano de Aarão Reis para a cidade de Belo Horizonte, em 1894, sinaliza a primeira incursão do ideário urbanístico moderno no urbanismo de cidades novas brasileiras, com a presença de práticas tanto do urbanismo *haussmaniano* quanto das correntes urbanísticas e paisagísticas norte americanas do final do século XIX. (ANDRADE, 1996) Dessa maneira, o plano para Belo Horizonte demarca o início dessas incursões do urbanismo moderno no Brasil, abrindo um período caracterizado pelos planos de melhoramentos e fundando uma “linhagem” da qual vão descender os planos de conjunto para a área urbana e os planos diretores de desenvolvimento integrado, na década de 1970. (LEME, 1999, p. 21)

Nesse primeiro período, foram criadas as Escolas Politécnicas que iriam suprir a demanda do Estado por mão-de-obra qualificada para atuar nas cidades insalubres herdadas do século XIX. Com isso, os campos de trabalho que surgiam nas cidades eram o saneamento e abertura de vias de circulação nas áreas centrais. Assim, tendo o saneamento assumido importância fundamental no combate às epidemias que castigavam as cidades, a figura do médico foi substituída pela do engenheiro no comando das soluções das questões urbanas, fazendo projetos e implantando as redes de abastecimento e esgotamento sanitário.

A atuação profissional do engenheiro Francisco Saturnino de Brito merece destaque entre os profissionais que atuaram no urbanismo nesse primeiro período, tanto pela sua vasta atividade, elaborando planos de saneamento para diversas cidades e capitais brasileiras, quanto pela riqueza dos trabalhos desenvolvidos. O seu primeiro plano de urbanismo foi o do Novo Arrabalde da cidade de Vitória, Espírito Santo, em 1896; uma extensão da velha e insalubre cidade em uma área três vezes maior que a do sítio antigo, distando deste cerca de 4 km, destinada a abrigar o descanso dos habitantes em condições higiênicas e estéticas, impossíveis e inexistentes na velha Vitória. Embora de maneira incipiente, este primeiro plano de Saturnino de Brito prenuncia, ao situar-se entre campo e cidade, os subúrbios-jardins que seriam desenvolvidos posteriormente por Unwin e Parker. (ANDRADE, 1999, p. 197-198)

A difusão das ideias de Howard, que começam a ser implantadas na Inglaterra no início do século XX e que repercutem em todo o mundo, especialmente na implantação dos subúrbios-jardins – loteamentos que visam à melhoria ambiental de zonas residenciais voltados para a classe média alta – chega ao território brasileiro de diversas maneiras.

Em São Paulo, com a instalação da *City of São Paulo Improvements and Freehold Company Ltd* – ou, simplesmente, Cia City – em 1913, proporcionada pela compra de uma grande propriedade de terra em área de influência do projeto realizado pelo arquiteto francês

Joseph Bouvard para o Vale do Anhangabaú, teve início um extenso e bem implantado plano de urbanização de loteamentos residenciais privados, que viriam a exercer grande influência na urbanística brasileira no início do século XX.

O bairro do Jardim América iniciado em 1913, o primeiro a ser loteado, teve seus estudos iniciais realizados por Raymond Unwin e Barry Parker. O projeto de Barry Parker, que esteve no Brasil entre 1917 e 1919 trabalhando pela Cia City, é datado de 1919 e prevê para o local um loteamento-jardim residencial com infraestrutura, a exemplo do *Hampstead Garden Suburb*, projetado pela dupla em 1907.

O projeto é exclusivamente residencial, com exceção de áreas previstas para dois clubes e uma igreja. Para garantir a qualidade ambiental do loteamento, as residências devem ocupar até 20% das áreas dos lotes de 1.450 m², distribuídos em ruas de traçado sinuoso, acompanhando a topografia do terreno. Embora o projeto tenha sido totalmente implantado, algumas de suas propostas não foram aceitas, como os jardins nos fundos dos lotes – que vieram a ser loteados – e a continuidade espacial entre terrenos e rua, que foi interrompida por cercas vivas.

O resultado geral do projeto com seu jardim contínuo – cujas casas eram também projetadas por arquitetos da Cia City – veio a influenciar os demais loteamentos da Companhia, assim como os realizados por outros empreendedores em uma grande área entre os bairros Cidade-Jardim e Morumbi até o Ibirapuera. (OTTONI, 2002, p. 71)

A vinda de Barry Parker ao Brasil é bastante significativa sob o aspecto da difusão das ideias e práticas urbanísticas baseadas no ideário de Cidade-Jardim. Nos dois anos de sua atuação junto à Cia City, Parker desenvolveu projetos de bairros jardins, de residências e de um parque para a cidade de São Paulo, e, especula-se, teria sido convidado a projetar o traçado urbanístico da área central da estância hidromineral de Poços de Caldas durante a administração do engenheiro Lourenço Baeta Neves. (ANDRADE, 1999, p. 393)

Barry Parker influenciou diretamente a formação de profissionais paulistas que com ele conviveram na Companhia entre 1917 e 1919, a exemplo do engenheiro Jorge de Macêdo Vieira, autor de diversos projetos urbanísticos com claras referências das ideias de cidade-jardim inglesa, entre eles, o da estância hidromineral de Águas de São Pedro (SP), em 1935.

Há referências ainda da atuação de Parker no Plano de Avenidas (1930) do engenheiro Prestes Maia, que articula diversos projetos para a cidade. O tema central do plano é a remodelação e extensão do sistema viário da cidade com uma concepção radial perimetral, onde predomina o sistema de transporte de superfície e a proposta de expansão do

centro histórico. Em sua proposta, Prestes Maia aborda a questão dos parques públicos com ênfase no sistema viário, entretanto, se reporta a uma proposta feita por Barry Parker à prefeitura de São Paulo para a realização de um cinturão de parques interligados – chamado por Parker de *Park-Ring* –, que tinha a finalidade de separar por um sistema de parques públicos a cidade que crescia em direção às cidades periféricas, destas cidades em desenvolvimento.²³ (ANDRADE, 1996, p. 27)

Por outra via, as cidades-jardins também foram tema de uma das conferências realizadas pelo urbanista francês Alfred Agache²⁴ (1930, p. 20), na ocasião da sua estada no Rio de Janeiro, em 1927, em que as considerava como

aglomerações-satélites criadas perto de grandes centros e completamente autônomas, cuja extensão é restrita, sendo limitado o número de seus habitantes. Possuem, como indica o nome, muitos jardins públicos e particulares, e a sua organização é estudada sob o ponto de vista social, formando uma entidade completa. (apud ANDRADE, 1999, p. 381)

A presença do ideário de Cidades-Jardins no urbanismo caracterizado como *Beaux-Arts* de Agache é devida à sua rica formação em que estão presentes influências diversas, como de

Patrick Geddes na forma de abordar as cidades, de Camilo Sitte nas suas preocupações com a beleza e a dimensão arquitetônica da cidade, de Raymond Unwin no seu tratamento de áreas suburbanas e residenciais, e do movimento norteamericano *City Beautiful* nos seus grandes conjuntos monumentais. (MOREIRA, 2007, p.14-15)

A relação do urbanista francês com a cidade do Rio de Janeiro foi marcada pelo plano urbanístico que realizou, intitulado *Cidade do Rio de Janeiro – extensão, remodelação, embelezamento*, que incluía suas áreas de expansão e propunha a construção de duas cidades-jardins para as ilhas do Governador e de Paquetá.

.....
23 Andrade observa a influência dessa proposta de Barry Parker em projetos para a ocupação dos fundos de vale com parques públicos pelos engenheiros Ulhôa Cintra e Victor da Silva Freire, no início dos anos 1920. Proposta semelhante é elaborada para Salvador pelo engenheiro Milton da Rocha Oliveira e apresentada durante a Semana de Urbanismo de 1935, como um sistema de *park-ways* interligados ao longo dos vales, porém referenciado em sistema americano. (COMISSÃO..., 1935, p. 6-7)

24 De acordo com Fernando Diniz Moreira (2007), a atuação de Agache foi importante na institucionalização do urbanismo na França e no Brasil e a sua participação por aqui ainda não foi devidamente estudada, apesar da “ressonância” que o seu plano para a cidade do Rio de Janeiro provocou em diversas cidades brasileiras.

O Plano Agache, como ficou conhecido, tinha um caráter de plano diretor e foi elaborado em conjunto com outros profissionais estrangeiros entre 1926 e 1930. Nele, a cidade é abordada de forma global, embora as suas atenções maiores se voltem para a área central, onde são priorizadas as questões ligadas à estética e ao saneamento.

O tema do saneamento é encarado com maior profundidade e rigor técnico e a ele é destinado um terço do volume do plano, abrangendo saneamento básico, água, esgoto e drenagem, num enfoque global da cidade. Da mesma forma que o saneamento, a circulação é tratada com o objetivo de se obter a sua maior eficiência, mas outro elemento pesa na sua configuração: a estética. Para o sistema viário, são aliados os fatores de funcionalidade e embelezamento.

À formação de Agache na École des Beaux-Arts, Fernando Diniz (2007) atribui a atenção dada pelo urbanista às questões estéticas da cidade planejada.

Essa geração oriunda da *Beaux-Arts* acreditava que o arquiteto, devido à natureza de seu ofício – organizar idéias, arranjar espaços e dar-lhes uma forma final –, seria o profissional mais preparado para ser o urbanista. O urbanismo, portanto, detinha um intenso componente arquitetônico. (MOREIRA, 2004, p. 112-114 apud MOREIRA, 2007, p. 9-10)

Um dos colaboradores do plano Agache foi o engenheiro-arquiteto brasileiro Atílio Corrêa Lima, que, após ter se formado na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), em 1925, estudou no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris, onde foi aluno do próprio Agache e de Henry Prost, entre outros membros da Sociedade Francesa de Urbanistas (SFU). Atílio foi o autor do plano inicial da cidade de Goiânia (1933), uma experiência que trouxe importante contribuição para o urbanismo moderno brasileiro, especialmente no campo das cidades novas planejadas, que propiciaram a experimentação de ideias e modelos do urbanismo moderno internacional.

O CENÁRIO DO URBANISMO NA BAHIA NA DÉCADA DE 1930

As intervenções urbanas na capital baiana, nas duas primeiras décadas do século XX, foram caracterizadas pelas “reformas” pontuais com o objetivo de modernizar a urbe, alargando ruas e avenidas para permitir a introdução dos modernos meios de transporte, des-

congestionando o centro para propiciar condições salubres aos moradores e criando vias de comunicação com os novos bairros que surgem na cidade, além da preocupação com a estética urbana que já estava presente desde o século XIX. (PINHEIRO, 2002, p. 222-223)

A Semana de Urbanismo realizada em Salvador em 1935 é, declaradamente, um apelo para se inserir a Bahia num cenário urbanístico moderno, já vigente nas principais cidades brasileiras. A ênfase num pensamento global sobre as questões urbanas, no esclarecimento à sociedade sobre estas questões e as de preservação de monumentos históricos são temas de diversas palestras proferidas no evento de iniciativa da Comissão do Plano da Cidade de Salvador – organizada a partir de 1934, que mobilizou parte representativa da sociedade soteropolitana e que culminou na elaboração de um documento contendo uma série de propostas para a cidade.

O trecho a seguir, extraído do programa da Semana de Urbanismo, dá o tom do objetivo principal do encontro, que era congregar a comunidade técnica, a sociedade e os governos municipal e estadual para a realização de um plano para a cidade nos moldes do urbanismo já posto em prática nas “cidades civilizadas” da Europa:

Todas as cidades importantes do mundo têm um plano. Belém e Recife possuem-no. O Rio gastou considerável soma com o engenheiro Agache para elaborar-lho. Belo Horizonte é uma cidade moderna. O Estado de Goiás está construindo uma nova capital. A nossa cidade, a mais velha e tradicional do Brasil, não pode ficar atrás das outras. (COMISSÃO..., 1935, p. X)

A realização da Semana de Urbanismo fazia parte de um programa da Comissão do Plano da Cidade de Salvador. Organizada a Comissão, chegara o momento da “propaganda”, de “vender Urbanismo ao público” e conseguir o apoio financeiro dos governos para atingir os seus objetivos de elaborar, na prática, um plano para a cidade de Salvador. Era necessário mapear a cidade, fazer levantamentos, projetos, mas antes era imprescindível obter a compreensão e o apoio da população para que o plano fosse entendido como necessário, imprescindível.

As palestras proferidas foram direcionadas para atingir o público leigo em urbanismo sem deixar de esclarecer a complexidade que o assunto envolvia.

O engenheiro Milton da Rocha Oliveira, Presidente da Comissão do Plano, profere duas palestras durante a Semana. A primeira, *Urbanismo e sua aplicação à Cidade do Salvador*, na abertura do evento, expõe os princípios do urbanismo e apresenta propostas que

norteariam o plano da cidade. A segunda apresenta o ideário de Cidade-Jardim e propostas, sob esse princípio, para o plano da cidade.

Os elementos físicos do urbanismo sobre os quais Oliveira apresenta propostas são: ruas; trânsito; transporte (aéreo, marítimo e terrestre); divertimentos públicos; zoneamento e arte cívica. Dentre estes, alguns serão objeto de palestras específicas durante a Semana, com é o caso do tráfego urbano, do zoneamento e da arte cívica.

Ao analisar o elemento *ruas*, “esqueleto fundamental para um plano de cidades”, Oliveira, inspirado no conceito americano de *park-ways*, vias de tráfego especial que ligam os diversos parques da cidade, propõe um sistema dessas vias interligadas formando uma avenida de contorno arborizada, com 50m de largura, ligando futuros parques a serem construídos acompanhando os vales dos rios e servindo de via de transporte para bondes.

Na palestra intitulada *As cidades-jardins*, Oliveira alerta para o problema do êxodo rural e para a falta de lavoura nas regiões suburbana e rural do município de Salvador, atribuindo a esse fato, o elevado custo de vida na cidade, segundo ele, “mais caro que o do Rio e S. Paulo”.

Depois de demonstrar, na opinião de sociólogos europeus e americanos, os problemas causados pela emigração para as grandes cidades, admitindo que esse fosse um problema que ainda não havia chegado ao Brasil, mas que era preciso prevenir, aponta como sendo a “solução mais nobre e adequada” encontrada pela VI Sub-comissão do Plano da Cidade do Salvador,²⁵ para impedir a fixação do trabalhador rural nas cidades, “propagar a fundação das cidades jardins, satélites das grandes aglomerações humanas”.

Apesar de empregar a expressão “satélites das grandes aglomerações humanas”, Oliveira demonstra ter conhecimento do cunho social do ideário de Howard; refere-se às primeiras cidades-jardins de Letchworth e Welwyn Garden City e cita exemplos do ideário difundidos pelo mundo, além dos diagramas dos Três Ímãs e da Cidade Jardim de 32.000 habitantes.

Sobre os bairros paulistas do Jardim América e Jardim Europa, assinala: “conquanto ambos de extraordinária concepção técnica e artística, não representam absolutamente o ideal socializante e confortável de Ebenezer [...] são simplesmente os princípios de Urbanismo aplicados a um recanto da cidade”. (COMISSÃO..., 1935 p. 113)

.....
25 Subcomissão de Parques, Jardins, Playgrounds, Arquitetura Urbana e Paisagista, Agricultura, Subúrbios, Cidades Jardins, Villas Proletárias, Praias e Cultura Física.

Oliveira apresenta como proposta da VI Sub-comissão para Salvador a criação de “cidades jardins em Pirajá, Santo Amaro de Ipitanga, Água Comprida, Candeias, Aratú e uma bella cidade balneária para Itapoan; entre estas diversas cidades jardins, com limitada densidade de população, não serão permitidas outras povoações e, sim, campos de lavoura e criação”. (COMISSÃO..., 1935 p. 114)

Além dessas medidas, as quais considera preventivas, propõe evitar a emigração dos campos empregando “um grande iman [...], constituindo este em sanear o nosso *hinterland*, educar e instruir o nosso Jéca...”, criando e incentivando pequenas indústrias rurais, cuidando para que sejam empregadas no sertão as arrecadações dele provenientes, empregando-as na construção de estradas intermunicipais, serviços de drenagem, construção de açudes. Milton Oliveira conclui conclamando o público a participar de uma campanha para fundação de cidades-jardins no interior do Estado da Bahia.

Embora o objetivo geral do encontro, em princípio, fosse bastante claro, nas conclusões tiradas da Semana de Urbanismo para o plano da Cidade de Salvador, encontra-se uma diversidade de interesses que se adiantam ao planejamento global, introduzindo propostas de intervenção na cidade, o que demonstra que a prática urbanística ainda não estava bem definida.

De acordo com Heliodório Sampaio (1999, p. 186), no novo ideário que a Semana de Urbanismo busca introduzir na Comissão do Plano da Cidade de Salvador, o controle da forma urbana como totalidade não é explícito, mas subjacente, pois não se trata a questão da forma urbana em termos de modelo numa Cidade-Ideal, lembrando ainda que: “na ‘Semana de 35’ não se observa referências às ideias de Cidade-Linear (A. Soria y Mata; 1882-1892), Cidade-Industrial (Tony Garnier; 1901-1904), ou do plano Voisin (Le Corbusier; 1920-1930), mas são feitas citações da Cidade-Jardim (E. Howard; 1898-1903) [...]”.

O discurso de Milton Oliveira defendendo a fundação de cidades no interior do estado parece afinado com os objetivos do governo de Juracy Magalhães (1931-1934/1934-1937), que, de acordo com Paulo Peltier de Queiroz (1939, p. 7), “[...] cuidou, com especial carinho, das questões urbanísticas. Os planos das cidades de *Cipó*, *Ilhéos*, *Pirangy*, *Itaparica* e outras bem o atestam”. (ver Figuras 12 a 14)

Além da organização do Primeiro Congresso Municipal, que marcou o início das realizações governamentais no ramo da engenharia voltada para as questões das cidades do interior baiano com a criação de planos isolados, o governo de Juracy Magalhães criou um departamento que se empenharia em dar assistência técnica e financeira aos municípios

do interior. O chamado Departamento Central das Municipalidades, cujo anteprojeto fora apresentado ao governador em 1934, pelo engenheiro Paulo Peltier de Queiroz, se encarregaria de concentrar os dados técnicos dos municípios do estado, necessários à realização dos “planos gerais” das suas cidades. Para tanto constituiria um “dossier urbano”, com dados oficiais relativos à hidrologia, topografia, higiene, história, economia, etc., desses municípios, com a finalidade de subsidiar os planos a serem elaborados pelos técnicos. (QUEIROZ, 1939)

Este era o ambiente vivenciado pelos profissionais de urbanismo que atuavam na Bahia em meados dos anos 1930. Nesta transição de um período para o outro – conforme subdivisão feita por Leme (1999) – é que surgem os planos para as cidades do interior da Bahia, organizados pelo Governo do Estado, dentre os quais se encontram os das Estâncias Hidrominerais de Cipó (1935) e Itaparica (1937), de autoria dos engenheiros civis Oscar Caetano da Silva e Paulo Peltier de Queiroz, ambos formados pela Escola Politécnica da Bahia, em 1925 e 1934, respectivamente.

CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO DAS CIDADES NOVAS PLANEJADAS NA INTRODUÇÃO DE PRÁTICAS URBANÍSTICAS MODERNAS NO BRASIL

Desde o período colonial que a construção de cidades novas planejadas faz parte da urbanização do território brasileiro. Mas, o início do estudo do urbanismo adotado nessas cidades remonta à década de 1930, sendo ainda atualmente objeto de novas interpretações. Durante o Império e a República surge uma grande quantidade de cidades planejadas cujo estudo concentra-se em exemplos considerados mais significativos pela historiografia, que deixa de lado o que seria uma grande contribuição para o entendimento da cultura urbanística brasileira. (ANDRADE, 2005) Contudo, a partir da década de 1990, há uma intensificação das pesquisas sobre o urbanismo de cidades novas planejadas, abordando os planos, seus autores e as influências do urbanismo moderno na constituição da cultura local. (ANDRADE, 2005; GOMES; PINHEIRO, 2005)

A construção de cidades novas no Brasil teve o seu período de maior desenvolvimento entre as décadas de 1930 e 1960, quando foram iniciadas, por exemplo, as construções de Goiânia (1933), sob o plano inicial de Atílio Correia Lima, e de Brasília (1957), a partir

do plano de Lúcio Costa. Essas duas importantes cidades brasileiras destacam-se no período por serem cidades capitais, uma do Estado de Goiás e a outra do Distrito Federal, e terem as suas construções totalmente amparadas pelo Estado, o que garantiria a sua completa implantação. Ao lado de Belo Horizonte, marco da urbanística moderna no Brasil, que foi planejada pelo engenheiro Aarão Reis e que teve sua construção iniciada em 1895, essas cidades foram as que receberam mais atenção da historiografia até o desenvolvimento dos estudos relacionados à história da cidade e do urbanismo a partir dos anos 1990, sobretudo amparados pelos Seminários de História da Cidade e do Urbanismo (GOMES; PINHEIRO, 2005), que viram a diversificação e o aumento dos estudos sobre cidades e urbanismo brasileiros.

A respeito de Goiânia, Andrade (2005) observa que a cidade foi referida por Werner Hegemann, em 1936 (*City Plannig Housing*, vol. III), e analisada por Francis Violich, em 1944 (*Cities of Latin America*) e Pierre Lavedan, em 1952 (*Histoire de l'urbanisme*). Nessas abordagens são analisadas as influências da urbanística moderna internacional de que é exemplar a citação do texto de Violich (1944):

[...] o plano da nova cidade-capital representa o trabalho de vários planejadores e o pensamento de três escolas diferentes de planejamento [...] a grelha da tradição colonial portuguesa; a escola francesa de diagonais e radiais, presente no traçado de Lima; a seção Radburn projetada por Dr. Armando Godoy, distintamente norte-americana. (apud ANDRADE, 2005, p. 77)

Afora os marcos desse período de intensa urbanização por que passou o país, cuja primeira metade esteve sob influência do Primeiro Governo Vargas (1930-1945), um grande número de cidades construídas *ex-novo* teve lugar no Brasil, com destaque para cidades “associadas a projeto de colonização agrícola em áreas de expansão de fronteira” (ANDRADE, 1999, p. 394) nas regiões Sul e Sudeste e “outras vinculadas a atividades de mineração”. As cidades balneárias concebidas como cidades novas que, de acordo com Andrade (ANDRADE, 1999, p. 393), será uma categoria “implementada a partir dos anos 40, adotando o tipo cidade-jardim”, também participarão em grande número, nesse processo de urbanização.

Sobre a construção das cidades balneárias, Andrade nota que, mesmo sem destacar as condições urbanísticas em que foram criadas ou desenvolvidas, o geógrafo francês Pierre Deffontaines, em seu livro de 1944 sobre o Brasil, observa o seguinte:

As primeiras cidades de veraneio foram as de Petrópolis e Teresópolis, na Serra dos Órgãos, norte da Baía do Rio de Janeiro. Mas na atualidade as estações de veraneio se multiplicam, associadas muitas vezes às fontes minerais. Graças a seu clima constantemente primaveril, atraem não apenas brasileiros, mas também, cada vez mais, os estrangeiros: Poços de Caldas, Caxambu, Lambari, São Lourenço, Cambuquira. [...] Fora das cidades, certos rincões das montanhas começam a ser invadidos por belíssimas residências: Itaipava, Campos do Jordão, Miguel Pereira [...]. (DEFFONTAINES, 1960, p. 23 apud ANDRADE, 2005, p. 74)

Pesquisas recentes vêm comprovar que muitas das cidades novas balneárias foram objeto de estudos e de planejamento urbanístico tornando-se, inclusive, espaços privilegiados onde os ideais do urbanismo moderno podiam ser experimentados. (cf. TREVISAN, 2003; FRANCO, 2005; PORTO, 2005) Algumas dessas cidades foram erguidas sobre terreno ainda desabitado – como é o caso de Águas de São Pedro (SP), totalmente construída sob o plano do engenheiro Jorge de Macêdo Vieira, na década de 1940; outras sobre pequenas povoações que se formavam em torno das fontes termais e outras tiveram sua configuração, então consolidada, modificada por planos urbanísticos modernos, a fim de se adequarem às exigências relativas ao ambiente de uma cidade de repouso e lazer, como foi o caso da cidade de Águas de Lindóia (SP), por exemplo.

PLANOS PARA ESTÂNCIAS HIDROMINERAIS BRASILEIRAS

Com o desenvolvimento de estudos na área de urbanismo sobre os planos para estâncias hidrominerais brasileiras são identificadas, de maneira geral, referências ao urbanismo moderno internacional e, em particular, ao urbanismo tipo Cidade-Jardim desenvolvido a partir do ideário de Ebenezer Howard.

Na estância paulista de Águas de São Pedro, cujo plano urbanístico foi estudado exaustivamente nas dissertações de Ricardo Trevisan (2003) e Amanda Franco (2005), o urbanismo tipo cidade-jardim surge como referência fundamental do plano realizado em 1936 pelo engenheiro Jorge de Macedo Vieira.

Numa análise da trajetória profissional de Macedo Vieira – que se dedicou a projetos urbanísticos de empreendimentos privados e que trabalhou na Cia City, onde colaborou

com o arquiteto Barry Parker –, observa-se que a influência do ideário de Cidade-Jardim é recorrente em sua obra, sendo marcante no seu projeto para Águas de São Pedro, onde também se revela a referência às estâncias europeias, aliada às preocupações construtivas, de abastecimento e sanitárias. (TREVISAN, 2003)

Sobre o plano de Macedo Vieira para Águas de São Pedro Amanda Franco (2005) observa ainda, além da presença do urbanismo tipo cidade-jardim, elementos que remetem ao Movimento *City Beautiful*.

Quanto ao arranjo espacial, a principal referência foi a concepção inglesa de Cidade-Jardim, ainda que desprovida dos ideais de coletividade que fundamentaram a proposta formulada por Ebenezer Howard no final do século XIX [...] e, em alguns casos, traçados marcados por um forte simbolismo, composto por formas geométricas complexas e eixos de perspectivas privilegiadas, aproximando-se das características do Movimento *City Beautiful* Americano. (FRANCO, 2005, p.1-2)

Nos estudos dos planos realizados para a estância paulista de Águas da Prata – o primeiro pelo engenheiro João Florence de Ulhôa Cintra, em 1923, e o segundo pelos engenheiros Oscar Defilippi e Hypolito Pujol Jr. na década de 1940, ambos não implantados – Amanda Franco (2005) identifica a influência da espacialidade de estâncias europeias, como é comum às demais estâncias brasileiras, e a presença de traçado com características *Beaux-Arts*. Com grandes áreas verdes, baixa densidade e destaque concedido aos edifícios principais da estância, o plano de Ulhôa Cintra possuía implantação semelhante à da estância francesa de Vichy, onde “o cassino, os hotéis e os estabelecimentos de hidroterapia formavam o principal conjunto arquitetônico da cidade”. (FRANCO, 2005, p. 134)

O traçado “pinturesco” adequado à topografia, a baixa densidade populacional, a presença de parques e áreas verdes são características recorrentes nos planos para as cidades balneárias estudadas nos trabalhos citados, em atendimento às exigências de serem núcleos de cura e de lazer.

Essas características também são observadas no plano da estância paraibana de Brejo das Freiras, realizado por Nestor de Figueiredo, em 1933, em que, de acordo com artigo publicado em periódico daquele ano,

a futura cidade termal de Brejo das Freiras será uma verdadeira cidade bosque [...] A nota verde da arborização intensa predominará sempre

[...] O plano, compreende o parque das termas onde será construído o balneário e o sistema de praças e ruas que disciplinará a cidade futura. Duas amplas avenidas partirão da praça principal na direção da estação e da praça municipal. No plano mais alto do Parque Termal erguer-se-á o hotel, que será construído dentro da moderna técnica de conforto [...]. (O LANÇAMENTO..., 1933 apud FRANCO, 2005, p. 88)

Além das influências dos ideários urbanísticos modernos, dos quais as estâncias hidrominerais tornaram-se campo de experimentação livre das condicionantes e enclaves da estrutura urbana pré-existente das grandes cidades, observa-se forte referência à organização das estâncias de águas europeias, constantes nos memoriais descritivos para os projetos elaborados, frequentemente em conjunto, por médicos, técnicos e engenheiros.

O plano realizado para a Estância do Barreiro de Araxá (1933), em Minas Gerais, pelo engenheiro Lincoln Continentino e estudado por Danielle Porto (2002), traz referências, como nas demais estâncias brasileiras do período, à ideia de Cidade-Jardim com grande preocupação em criar um ambiente peculiar para as atividades de lazer e cura termal.

Os perfis dos arruamentos foram organizados de acordo com as condições de tráfego máximo previsto. Tratando-se verdadeiramente de uma *cidade-jardim*, foi previsto o máximo possível de área gramada e ajardinada [...] Adotou-se várias vezes em condições especiais do terreno, em zona residencial, o sistema de arruamentos *cul-de-sac*, quando se pôde realizar melhor aproveitamento do terreno loteado e fácil drenagem das águas. (CONTINENTINO, 1933, p. 3-4 apud PORTO, 2005, p. 170)

Da mesma forma, a organização espacial dos edifícios previstos pelo plano é feita de maneira semelhante à de estâncias europeias.

Como já se pôde perceber, o conceito de cidade-jardim amplamente difundido nos planos para essas cidades está associado às características peculiares das estâncias. A técnica urbanística disponível é colocada em função da construção dessas cidades diferenciadas.

Plano de Urbanismo da Cidade de Itaparica – Bahia

O plano de urbanismo da cidade de Itaparica (1937) de autoria do engenheiro civil Paulo Peltier de Queiroz²⁶ (ver Figura 14) é parte das ações empreendidas pelo Governo de Juracy Magalhães de planejar as cidades do interior e de aproveitar o potencial de estâncias hidrominerais existentes no estado, iniciadas com a criação, por decreto, das estâncias hidrominerais de Cipó e Itaparica, em 1935 e 1937, respectivamente.

A área da cidade projetada mais sua zona de expansão é de 85 hectares. Assim, para uma cidade balneária, “em que 50% das áreas devem ser livres”, destinam-se: 405.000 m² para áreas construídas, 230.000 m² para espaços livres não arborizados e 215.000 m² para espaços livres arborizados. Com essa área de 85 ha e uma população prevista de 10.000 habitantes, obtém-se uma densidade de 115 hab./ha. No caso da população fixa de 6.500 habitantes, a densidade chega a 76 hab/ha, que, segundo Peltier, se aproxima da densidade ideal de uma cidade-jardim. (QUEIROZ, 1939)

Conforme o seu estudo feito para as funções urbanas, Peltier propõe o zoneamento com o estabelecimento de um Centro Cívico – de onde partem as principais avenidas radiais que levam ao interior da cidade; duas zonas residenciais; uma zona mista com habitação e comércio e densa área de parques, além da “Park-way Beira-Mar”. (ver Figura 15)

O Centro Cívico fica localizado no vértice do triângulo que forma a cidade, próximo à estação de desembarque, e deveria abrigar os principais edifícios públicos, aí incluídos a residência de verão do governador, hotéis, cine-teatro, mercado municipal e prefeitura. Para alguns destes edifícios, Peltier apresenta desenhos em perspectiva, a fim de dar uma ideia da “estética de conjunto” pretendida.

As zonas residenciais, assim como a de uso misto, são criteriosamente divididas em lotes – com larguras entre 10m e 15m e comprimentos entre 25m e 30m para os lotes residenciais – e têm a sua ocupação definida por parâmetros urbanísticos constantes na legislação que deverá executar o plano, baseados nos estudos feitos pelo autor para a densidade das construções e relação entre espaços construídos e espaços livres, aí incluídos os parques e vias de circulação.

.....
26 Paulo Peltier de Queiroz (1911-?), engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da Bahia em 1934, é autor dos planos de urbanismo para as cidades de Pirangy (1935), Ilhéus (1936) e Itaparica (1937), tendo atuado no início da implantação deste último como “Chefe da Comissão de Melhoramentos”. Na década de 1940, atuou como Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco, período em que elaborou o Plano Geral para o Aproveitamento do Vale de São Francisco (1950). Em 1960 fez parte da equipe liderada por Oscar Niemeyer que elaborou o plano diretor da cidade Marina no vale do Rio São Francisco, empreendimento particular para 200.000 habitantes, a 160Km de Brasília.

Para o traçado das vias, Peltier define que este deve ficar inicialmente subordinado ao relevo topográfico, arejamento e insolejamento. Argumenta ainda, baseando-se em considerações de Saturnino de Brito,²⁷ que numa cidade plana o traçado retilíneo é conveniente, pois encurta distâncias, barateia os serviços e favorece as declividades, sendo mais indicado para Itaparica do que qualquer outro “curvilíneo ou mixtilíneo, tendo em vista as exigências do traçado sanitário e a resolução dos problemas hidráulicos”. (QUEIROZ, 1939, p. 151) Os perfis das vias públicas (ver Figura 16) obedecem a critérios de circulação de veículo e pedestres, considerando-se o fato de ser Itaparica uma cidade de veraneio.

Os serviços municipais devem contemplar áreas para prática de esportes – para os quais o plano prevê também a sua localização –, abastecimento de água e esgoto, limpeza pública, coleta de lixo, iluminação pública, pavimentação das vias públicas, Matadouro e Cemitério, também já localizados pelo plano. Além disso, são indicados os locais em que deverão ser instalados um Aeroporto – “imprescindível para a nova função da cidade”, e uma Estação de Hidroaviões.

Por suas características de estância balneária, a cidade de Itaparica tem a espacialidade pretendida por Paulo Peltier frequentemente associada à de uma cidade-jardim, com baixa densidade populacional e o predomínio de áreas verdes nos espaços públicos, como parques e vias de circulação – inclusive uma *parkway* à beira-mar – e nos lotes particulares.

A referência aos princípios de Saturnino de Brito relativos ao saneamento das cidades com a sua influência sobre os traçados das vias é determinante no plano, onde se elegeu a linha reta, baseando-se em suas recomendações para o caso de uma cidade que se desenvolve em terreno plano.

Dessa forma, pode-se perceber no plano de Itaparica uma variedade de referências dentro das práticas urbanísticas vigentes, o que não nos permite determinar uma única filiação, como é possível em planos para outras cidades brasileiras. Talvez isso se deva ao fato de não ter havido na Bahia uma influência mais incisiva naquele período, como ocorreu em outros estados com a realização de planos e projetos, ou mesmo a presença e atuação de profissionais mais ligados às correntes internacionais. A atuação do engenheiro Saturnino de Brito na elaboração do Plano de Saneamento para a Cidade de Salvador (1926) é uma exceção, embora o seu plano não tenha sido posto em prática, valendo, num

.....
27 Quando trata da justificativa do traçado das vias públicas, Peltier evoca opiniões de diversos urbanistas, dando especial atenção às considerações de Saturnino de Brito, em seu livro *A Planta de Santos*.

primeiro momento, mais os seus escritos e experiências concretas, como o plano para a cidade de Santos.

A preocupação relativa à “estética do conjunto”, mencionada no plano de Peltier, é importante de ser relatada, já que as suas propostas indicativas para os edifícios públicos e equipamentos guardam estreita relação com expressão adotada pelo Estado nos edifícios construídos na capital e no interior durante o governo de Juracy Magalhães e nos governos seguintes, a exemplo do Prédio Escolar padrão, cujo projeto anexado por Peltier e atribuído à Diretoria de Urbanismo é o mesmo que havia sido construído na Estância Hidromineral de Cipó, em 1936, e que se repetiria em outras cidades do interior baiano.



ARQUITETURAS NO BRASIL E NA BAHIA NOS ANOS 1930-1950

No início dos anos 1930, travava-se um debate entre intelectuais brasileiros sobre o que seria uma arquitetura genuinamente brasileira. Esse debate, que girou em torno da Escola Nacional de Belas-Artes (ENBA), era alimentado pela necessidade de afirmação da nacionalidade frente à importação de costumes de outros países, principalmente no campo da produção artística.²⁸

Paralelamente a essa discussão desenvolviam-se outras expressões arquitetônicas denominadas modernas pela utilização de novas tecnologias, novos materiais e estética despojada, que as diferenciavam do ecletismo acadêmico, mas que eram igualmente importadas.²⁹ Essas expressões eram chamadas de “arquitetura futurista”, “arquitetura cúbica”, “arquitetura moderna”, “arquitetura estilo 25”.

A discussão sobre o papel da arquitetura na consolidação da nacionalidade interessava diretamente ao novo governo instaurado, que ansiava por expressar as mudanças que se dispunha a realizar e a confrontá-las com o poder destituído.

.....

28 Há que se destacar que A Semana de Arte Moderna de 1922 foi um marco na luta por uma expressão artística moderna e nacional nas artes plásticas, mas, naquela manifestação, a participação da arquitetura foi bastante incipiente.

29 A realização em Paris, em 1925, da *Exposition Internationale de Arts Decoratifs et Industriels Moderns* contribuiu para a divulgação de manifestações arquitetônicas que, mesmo sendo baseadas em materiais e técnicas modernas e rompendo com o estilo eclético, não prescindiam do decorativismo.

Politicamente, a indicação do arquiteto Lúcio Costa (1902-1998) para dirigir a ENBA em 1931 estabelecia uma relação entre as ideias defendidas por Costa e os anseios do novo regime. Anos mais tarde, o episódio do concurso para o projeto do Edifício Sede do Ministério de Educação e Saúde, que culminou com a contratação de Lúcio Costa e equipe, ajudou a estreitar esta relação, que seguiria mais fortalecida graças ao sucesso e à repercussão internacional da construção do referido edifício, que se tornou marco da arquitetura moderna brasileira.

Entretanto, a ideia que se passou durante muitos anos do predomínio da arquitetura modernista nas construções públicas realizadas durante a Era Vargas não pode ser considerada como verdadeira. (ANDRADE JÚNIOR, 2008; SEGAWA, 2006) A arquitetura neocolonial, o *Art Déco* e outras manifestações modernas também contribuíram para passar a mensagem de modernidade pela qual foram responsáveis os edifícios públicos do novo governo. Nesse sentido, a construção de equipamentos como as agências de correios e telégrafos e escolas públicas é exemplo significativo.

Na Bahia, essa heterogeneidade é evidente em obras realizadas na capital e no interior pelo poder público, especialmente na construção de prédios da administração pública e de equipamentos padronizados.

A BUSCA POR UMA EXPRESSÃO ARQUITETÔNICA MODERNA E NACIONAL

Já não se pode referir apenas, quando se fala em arquitetura moderna no Brasil, à manifestação da arquitetura que se tornou hegemônica a partir das realizações e influências da chamada Escola Carioca,³⁰ responsável, em primeiro lugar, pelo reconhecimento da arquitetura moderna brasileira no exterior que ganhou força a partir do início dos anos 1940 e que teve como marco a construção do edifício do Ministério da Educação e Saúde (1936-1945), projetado por arquitetos daquela Escola, sob influência e colaboração do arquiteto franco-suíço Le Corbusier (1887-1966).

A modernização na construção das cidades e na arquitetura começa a se expressar no Brasil com a utilização de técnicas e materiais novos, produtos da industrialização dos

.....

30 Escola Carioca é o nome dado pela historiografia da arquitetura a certa produção arquitetônica moderna brasileira, ligada a um grupo de arquitetos cariocas liderados por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer e que se difunde pelo país entre as décadas de 1930 e 1950.

países europeus, que chegam por aqui no final do século XIX e rivalizam com as práticas tradicionais, remanescentes dos períodos colonial e imperial, as quais, pouco a pouco, vão sendo substituídas.

Esta invasão provoca um embate que, como relaciona Paulo F. Santos (1981 p. 76), gera “conflitos de técnicas” artesanal e mecânica, “conflitos de materiais: alvenaria e madeira *versus* ferro, cimento portland, concreto armado” e conflito nas estruturas dos “arranha-céus com paredes perimetrais sustentantes de tijolo e o miolo de ferro”, entre outros, através dos quais a “Era Industrial” acabaria por se impor.

Ao tempo em que o país começa a experimentar as novidades chegadas com a industrialização, surgem as preocupações em estabelecer uma identidade nacional como meio de preservação cultural frente às importações que excedem os novos materiais industrializados e se manifestam no campo das artes – na literatura, na pintura, na escultura e na arquitetura, sob forte influência do ecletismo francês.

A Semana de Arte Moderna de 1922 que aconteceu em São Paulo é uma manifestação que colocou em pauta, definitivamente, o questionamento sobre as expressões artísticas conservadoras. A arquitetura, embora sem uma representação marcante, estava presente naquela semana que não teve repercussões diretas sobre a disciplina, mas abriria terreno para a divulgação dos postulados da arquitetura moderna nascente na Europa, através dos manifestos de caráter pedagógico e de significativa influência europeia trazidos pelo arquiteto russo de formação italiana, Gregori Warchavchik, que chegara a São Paulo em 1923.³¹

Entretanto, a intelectualidade brasileira, inclusive os arquitetos aqui formados pela Escola Nacional de Belas-Artes, dentre eles o jovem Lúcio Costa, promovia um debate que retardou a assimilação da arquitetura moderna defendida pelo arquiteto russo.

Estava em pauta a defesa da formação de uma identidade nacional para fazer frente às manifestações estilísticas importadas – a exemplo do ecletismo francês – trazendo à tona o Movimento Neocolonial, que ganhou publicidade a partir da exposição comemorativa do centenário da Independência, realizada no Rio de Janeiro, em 1922. É importante salientar que, tanto o Movimento Neocolonial, sediado no Rio de Janeiro, quanto o Modernismo desencadeado pela Semana de 22, tinham em comum a busca de uma expressão artística genuinamente brasileira.

.....
31 Após construir sua própria casa na Rua Santa Cruz, primeira residência de caráter modernista no Brasil, Warchavchik dá início a uma série de experimentações, principalmente na construção de residências, que abririam espaço para o desenvolvimento da moderna arquitetura a partir da década de 1930.

O Movimento Neocolonial desenvolvia-se, sobretudo, a partir da Capital Federal, capitaneado por José Mariano Filho – personalidade influente que se tornara diretor da ENBA em 1926, e que congregava os arquitetos brasileiros e os alunos daquela Escola. A busca das raízes nacionais levou ao interesse pelo estudo da arquitetura colonial, que passou a ser referência para a nova prática arquitetônica, incentivada e financiada pelo Estado e pelo próprio José Mariano Filho com a realização de concursos de projetos temáticos de arquitetura e de edifícios públicos, que teriam como premissa o alinhamento formal das propostas ao estilo “nacionalista” em desenvolvimento.

Essa preocupação nacionalista era cultuada em outros países americanos, particularmente nos Estados Unidos e México e deu origem a estilos neocoloniais de origem hispânica (Mexicano, Californiano e *Missyon-Style* – ou estilo das missões espanholas na América), que vieram se misturar ao do movimento brasileiro. Paulo F. Santos (1981, p. 94) atribui a Edgar Vianna, arquiteto brasileiro formado na Universidade da Pensilvânia, a introdução desses estilos no Brasil através de projetos residenciais, um deles premiado com o primeiro lugar no concurso nacional de fachadas instituído pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Seria Edgar Vianna também o iniciador da mescla dos diversos estilos coloniais apresentada em seu projeto para o concurso do Pavilhão do Brasil na Exposição da Filadélfia, em 1925, em que se dividiam o colonial brasileiro e o mexicano. (SANTOS, 1981, p. 90-91)

Essa prática foi amplamente difundida, embora combatida por José Mariano Filho, sobretudo com a associação do Estilo Missões, a partir de meados dos anos 1920.

O Neocolonial era grave e viril; o *Mission-Style* gracioso e delicado; a conjugação dos dois (muito atacada por José Mariano) constituiu uma das notas características da sensibilidade artística da segunda metade da década. Na luta pela sobrevivência, seriam as formas hispânicas – talvez por mais leves e menos anacrônicas – as que mais resistiriam. (SANTOS, 1981, p. 94)

O próprio Lúcio Costa, que se tornou o tutor da *nova* arquitetura brasileira desenvolvida a partir dos anos 1930, teve importante atuação no estudo da arquitetura colonial, de onde buscava referências para os primeiros projetos de residências e para os projetos de edifícios públicos em estilo neocolonial. Seus estudos o levaram a identificar e selecionar a essência simples da arquitetura luso-brasileira, que, além de exercitada em seus

projetos, foi responsável pela inesperada conversão do arquiteto à arquitetura moderna, anunciada quando da sua tentativa de reforma do ensino da Escola Nacional de Belas-Artes, em 1930-31.

Esse desejo de ruptura, discutido abertamente pela vanguarda modernista encontrou identificação com o regime político recém-instalado. Lúcio Costa foi indicado para ser diretor da ENBA, onde deu início a um embate pela reestruturação do ensino, que mudaria definitivamente os rumos da arquitetura no Brasil. Costa põe em prática uma reforma que divide a ENBA entre os tradicionais catedráticos e professores arquitetos jovens, sem vínculo com a academia, pelo contrário, praticantes e divulgadores do racionalismo europeu, em que os alunos poderiam optar pelo tipo de curso que queriam ter. Foi uma disputa, acima de tudo, pessoal com José Mariano Filho, que o acusou de traição e de que estaria se aproveitando de uma situação política com propósitos pessoais. Em menos de um ano, Lúcio Costa estaria fora da direção da escola, graças a uma manobra dos defensores da academia. (SANTOS, 1981)

Paralelamente ao debate “engajado” entre a vanguarda modernista e o Movimento Neocolonial desenvolviam-se, em diversos estados brasileiros – inclusive Rio de Janeiro e São Paulo –, experiências com outras expressões arquitetônicas baseadas em referenciais estrangeiros e seguindo o desejo de modernidade.

A introdução no país dessas experiências remonta aos anos 1920 – como afirma Hugo Segawa (1995, p. 73):

Warchavchik pode ter sido um pioneiro, mas outras formas de modernidade também se manifestaram até anteriormente ao advento da casa da Rua Santa Cruz [...] São arquiteturas que também foram chamadas de ‘modernas’, ‘cúbicas’, ‘futuristas’, ‘comunistas’, ‘judias’, ‘estilo 25’, ‘estilo caixa d’água’ e assim por diante.³²

Essas expressões arquitetônicas subsistiram, mesmo sendo deixadas à margem pela crítica e pela historiografia da arquitetura, que mantiveram o foco no debate das vanguardas e, posteriormente, na pretensa hegemonia da arquitetura modernista brasileira. Destaca-se aqui a presença da arquitetura *Art Déco* no crescimento das cidades brasileiras até,

.....

³² Em 1966, também em Paris, uma mostra retrospectiva da exposição de artes decorativas de 1925 reuniu algumas dessas manifestações arquitetônicas sob o termo *Art Décoratif*e, posteriormente, *Art Déco*.

pelo menos, meados da década de 1950.³³ É importante ainda ressaltar a importância dos governos federal e estaduais na disseminação dessa arquitetura, como responsável pela construção de edifícios públicos e equipamentos em linguagem *Art Déco*.

A construção da nova capital do Estado de Goiás, inaugurada em 1935, é marcada pela presença do estilo *Art Déco* em seus edifícios públicos, simbolizando, de acordo com Gustavo Neiva Coelho (1996, p. 165), o “novo Brasil” da Era Vargas em oposição à arquitetura e estrutura urbana da velha capital, cidade de Goiás, que representava o poder das antigas oligarquias.

SOBRE A ARQUITETURA ART DÉCO NO BRASIL

A *Exposition Internationale de Arts Decoratifs et Industriels Modernes*, realizada em Paris, em 1925,³⁴ contribuiu significativamente para ampliar a discussão acerca da produção arquitetônica moderna, difundindo uma arquitetura que, mesmo se utilizando de novas técnicas construtivas – com ênfase no concreto armado – e eliminando as referências estilísticas ecléticas, não prescindia do decorativismo, empregando ornamentos que a distinguiam pela representação geometrizada de símbolos da modernidade (velocidade, rádio, aeroplano etc.), de culturas “exóticas” (pré-colombianas, por exemplo), da fauna e flora, ou ainda, figuras abstratas simplificadas.

As várias vertentes das artes decorativas reunidas na exposição já se difundiam pelo ocidente, mesmo antes de sua expansão proporcionada pela exposição. No Brasil, na Semana de 22, os trabalhos apresentados pelo arquiteto Antônio Moya já expressavam a vertente “exótica” que circulava no ambiente cultural de então, inspirada na cultura maia.

Os motivos decorativos pré-colombianos foram bastante explorados nos países hispânicos como ornamentação e, seguindo esse exemplo, o pintor paraense Theodoro Braga desenvolveu estudos no início da década de 1930 sobre os motivos da cerâmica marajoara – inspirada na cultura indígena da ilha de Marajó, no Pará. (SEGAWA, 1995) Tida como alternativa ao enfraquecido Movimento Neocolonial, a decoração marajoara inspi-

.....

33 Em Goiânia, por exemplo, o edifício da Estação Ferroviária (1951-1954) é considerado a última “manifestação do estilo” *Art Déco* na cidade. (UNES, 2001 apud MANSO, 2004, p. 48-49)

34 Em 1966, uma mostra retrospectiva das diversas manifestações artísticas europeias do entre-guerras – dentre elas o movimento pictórico holandês *De Stijl* e o *design* da Bauhaus, com destaque para a exposição de 1925 –, realizada no Musée des Arts Décoratifs de Paris e intitulada *Les Années 25...*, cunhou o termo *Art Déco*, forma contraída de *Art Décoratif*, para agrupar as diversas manifestações presentes naquela exposição.

rou uma expressão arquitetônica brasileira e esteve presente na aclimação da arquitetura *Art Déco* em território nacional. Exemplo significativo dessa expressão arquitetônica foi o projeto dos arquitetos Archimedes Memória e Francisque Couchet, vencedor do concurso para a sede do Ministério de Educação e Saúde, em 1935, que foi preterido pelo então Ministro da Educação Gustavo Capanema.

Na década de 1930, a linguagem *Déco* marcaria presença nas principais cidades brasileiras, seja na tipologia de edifícios com forte referência aos tempos modernos a exemplo dos cinemas, teatros e sedes de estações de rádio, seja na arquitetura efêmera das exposições nacionais, que serviam de vitrine da própria arquitetura, seja nos edifícios em altura espalhados pelo país, ou ainda numa grande diversidade de equipamentos e edifícios públicos, requisitados pelos novos programas governamentais. (SEGAWA, 1995, p. 77-79)

Durante o Governo Vargas, sob a égide da funcionalidade, eficiência e economia, foram realizados projetos padronizados, adaptáveis aos sítios de implantação pelos engenheiros e arquitetos das repartições públicas. A construção de escolas seguiu esse conceito em diversos estados brasileiros, a começar pela adaptação dos projetos arquitetônicos de escolas às novas regras do Governo do Rio de Janeiro, implantadas por Anísio Teixeira no início dos anos 30.³⁵

A construção de agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é o caso de maior expressividade na padronização de construções públicas em escala nacional. Foram realizados projetos para serem implantados nas capitais dos estados brasileiros e em cidades do interior, também adaptáveis ao sítio escolhido, contribuindo para a disseminação da arquitetura moderna no país. (PEREIRA, 1999)

Outro caso exemplar é o do conjunto urbano da cidade de Goiânia, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2002, juntamente com o seu traçado urbanístico. No parecer terminativo do processo de tombamento, o conselheiro Paulo Chaibub (2002, p. 79) diz que “haveremos de nos surpreender quando levantamentos mais amplos nos mostrarem a importância e a amplitude que o *art déco* teve em todo o Brasil [...]”.

Estudos realizados em torno da manifestação da arquitetura *Art Déco* no Brasil procuram entender a sua situação no quadro da arquitetura moderna e estabelecer uma classificação

.....
35 Há também, nesse período, registros de implantação desse tipo de padronização em outros estados, a exemplo do Pará e da Bahia – pela mão dos interventores federais – em que predomina a arquitetura *Art Déco*.

das suas vertentes, com base na expressão formal e decorativa dos edifícios,³⁶ em alguns casos com a finalidade de valorizar e preservar os exemplares dessa manifestação cultural.³⁷

Conde e Almada (2001), em estudo sobre a arquitetura na cidade do Rio de Janeiro, consideram o *Art Déco* um estilo – com “estilemas” claramente identificáveis –, que se propõe cosmopolita, baseado nas artes decorativas industriais modernas. Essa característica cosmopolita se dá especialmente por sua vinculação às artes utilitárias. Embora sejam identificadas a pintura e a escultura *Art Déco*, o estilo difunde-se na arquitetura, urbanismo, *design*, cenografia, artes gráficas, moda e vestuário.

Dentre as características do “estilo” que, segundo eles, “aparecem com frequência na arquitetura *Art Déco* carioca, sobretudo residencial, e que servem para uma pesquisa tipológica mais rigorosa”, estão:

a) “composição de matriz clássica”; b) o “tratamento volumétrico das partes constituintes e superfícies à maneira moderna”; c) a articulação/integração entre arquitetura, interiores e *design* (mobiliário, luminárias e serralheria artística); d) estrutura em concreto armado e acabamentos diferenciados de fachada com mescla de técnicas industriais/modernas e decorativas artesanais/tradicionais; e) plantas flexíveis; e f) iluminação feérica e cenográfica.

Essa classificação assumidamente preliminar e não aprofundada de Conde e Almada torna-se referência na tentativa de classificação da arquitetura *Art Déco* no Brasil. A abordagem da manifestação como “estilo” e a análise de suas características a partir de elementos consagrados pela historiografia para a arquitetura modernista é superada pelos estudos que a sucederam e a tiveram como referência. (CAMPOS, 2003; GALEFFI, 2003; UNES, 2001)

No trabalho intitulado *Identidade Art Déco de Goiânia*, Wolney Unes (2001) analisa os elementos *Art Déco* encontrados em exemplares da arquitetura na capital goiana, mas enfatiza, sobretudo, a arquitetura sob os aspectos dos materiais empregados na construção, dos

.....
36 Os estudos aqui referenciados são os de Conde e Almada (2001), Unes (2001), Campos (2003) e Galeffi (2003).

37 Particularmente, o livro de Wolney Unes (2001), que chama a atenção para a preservação do conjunto arquitetônico *Art Déco* da capital goiana e da Tese de Doutorado de Vitor José Baptista Campos (2003), *O Art Déco e a construção do imaginário moderno: um estudo de linguagem arquitetônica*, que estuda parte do acervo *Art Déco* paulistano tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT).

programas dos edifícios, das formas arquitetônicas e escultóricas, das relações volumétricas, da ornamentação das fachadas e das cores empregadas. O autor ressalta o fato de que

a linha *streamline* não foi muito explorada em Goiânia, certamente pela ausência de referências náuticas e mesmo rodoviárias ou ferroviárias na nova capital [...].

Igualmente, a ausência dos metais latonados, bronzes e aço – juntamente com o neons, tão caros ao *Art Déco* como elementos decorativos – deve-se talvez à dificuldade de obtenção desse material no interior do país, bem como a falta de mão-de-obra para trabalhar essas peças, e ainda às distâncias da cidade em construção até os centros industriais desenvolvidos do país. (UNES, 2001, p. 118-120)

Unes não se detém numa classificação da arquitetura; faz uma análise do *Art Déco* em Goiânia a partir dos exemplares ali encontrados, relacionando o emprego de materiais, técnicas e elementos decorativos às características geográficas e sócio-econômicas do lugar.

Reforçando o entendimento sobre a penetração do *Art Déco* na produção arquitetônica brasileira e expandindo para o continente sul-americano, Vitor Campos (2003), em estudo sobre a linguagem arquitetônica *Art Déco* na América Latina, coloca em discussão uma questão sobre o assunto que diz respeito à necessidade de um reconhecimento do que ele entende por uma “corrente da arquitetura moderna”, não como um “estilo” de moda, mas como uma alternativa assimilável de modernidade, de grande penetração nos grandes centros urbanos do continente. Nesse sentido, questiona a manutenção do tratamento dado pelos estudiosos ao *Art Déco*, que o consideram como mais um estilo arquitetônico.

Para Campos, o *Art Déco* é a primeira linguagem artística do século XX e consagra um desenho de matriz tipicamente moderna, sem romper com valores estéticos tradicionais e familiares para a sociedade da época.

Em resposta à estandardização sugerida pelas vanguardas arquitetônicas das primeiras décadas e à ortodoxia racionalista que mais tarde viria a se tornar hegemônica, a corrente impõe-se como uma alternativa nada rupturista, na medida em que se apropria de valores universalmente consagrados, para compor uma linguagem artística marcada pela riqueza de repertório e liberdade compositiva. (CAMPOS, 2003, p. 3)

Campos (2003, p. 4) apresenta em sua tese, no sentido de sistematizar informações, uma classificação de cinco vertentes do *Art Déco* de “maior definição informacional em território brasileiro” que são: o requintado, o escalonado, o aerodinâmico, o classicizante e o popular, em que estão presentes os estilemas de axialidade; ornamento; temas ornamentais antropo, zôo e fitomorfo; a morfologia escalonada; e a presença de luz e brilho nas composições. Os estilemas seriam componentes de linguagem, identificáveis em parcelas significativas dos exemplares no mundo.

Como critério de classificação, propõe três referenciais: a) identificação dos elementos de repertório mais característicos da corrente; b) padrões de natureza tectônica predominantes; e c) identificação das soluções de composição mais recorrentes. O Quadro 01 resume a proposta de classificação feita por Campos para o *Art Déco* na arquitetura realizada no Brasil.

Campos faz a primeira classificação mais abrangente e aprofundada da arquitetura *Art Déco* no Brasil, a partir de elementos próprios da linguagem.

Lígia Larcher Galeffi (2003), em sua proposta de analisar exemplares de arquitetura *Déco* na cidade de Salvador a partir de instrumentos de leitura que relacionam a arquitetura a outras experiências culturais referenciadas no ambiente urbano, depreende dos instrumentos sugeridos, pela bibliografia utilizada (*Zig Zag Modern, Streamlined Modern e Classical Modern*), novas modalidades de composição, mais apropriadas à sua leitura, denominadas: escalonar, aerodinâmica, cubista e irradiada.

A autora parte do princípio de que a “arquitetura *Déco*” – sendo uma arquitetura moderna que esteve à margem da historiografia oficial durante cerca de 40 anos, desde a exposição *Les Années 25...* – não pode se valer dos mesmos referenciais de leitura estabelecidos para a arquitetura do Movimento Moderno, que negava a existência de ornamentos não vinculados à expressão pura dos sistemas construtivos modernos.

Na classificação de Galeffi, o *Art Déco* zig-zag, ou escalonado, caracteriza-se pela geometria simplificada e repetitiva com utilização frequente de arranjos que remetem às culturas exóticas, a exemplo dos zigurates mesopotâmicos e das pirâmides egípcias e pré-colombianas. A sua apropriação foi útil ao estilo nacional marajoara, que conjugava as intenções de nacionalidade na prática de uma arquitetura moderna; o *Art Déco* Classicizante, ou *Classical Modern*, busca a depuração de composições clássicas, estilizando-as, sem que, com isso, tenha a intenção de imitá-la. Apropria-se da linguagem classicista e confere-lhe expressão mais despojada, sendo identificado com a representação da imagem moderna de governos totalitários.

Com base nos estudos já realizados sobre a arquitetura *Art Déco* no Brasil, é possível proceder a uma classificação mais consciente das suas manifestações a partir de elementos que lhe são próprios, sem que se precise recorrer a referenciais de outras arquiteturas, o que pode legitimar a arquitetura *Art Déco* e não considerá-la como mais um estilo.

Quadro 1 – Classificação do *Art Déco* na Arquitetura Brasileira

AS CINCO VERTENTES PROPOSTAS	
<i>Vertente</i>	<i>Descrição/Características</i>
<i>Art Déco</i> <i>REQUINTADO</i>	<ul style="list-style-type: none"> • sucessor direto do <i>Art Nouveau</i> comprometido com o requinte, o luxo e a beleza ornamental; • exceção no conjunto de exemplares existente no país; • recorre a princípios clássicos de composição arquitetônica; • predominância de simetrias; • requinte ornamental mediante o emprego de materiais construtivos nobres; • fatura esmerada dos diversos componentes construtivos.
<i>Art Déco</i> <i>ESCALONADO</i>	<ul style="list-style-type: none"> • a que melhor representa o <i>Art Déco</i> em termos de linguagem artística; • o escalonamento volumétrico é marca registrada da corrente; • predominância de sobreposição de planos (horizontais e verticais), tanto nas composições de fachadas quanto nas ambientações internas; • a geometria resultante é extremamente rígida e geralmente ortogonal; • temas ornamentais – fito, antropo e zoomórficos compondo relevos pré-fabricados de cimento e areia sobrepostos aos planos de fachada; • representações geometrizadas de fenômenos naturais com ondas do mar, descargas elétricas e raios solares, sugerindo a sensação de movimento, com larga presença em trabalhos de serralheria artística.

<p style="text-align: center;"><i>Art Déco</i> AERODINÂMICO</p>	<ul style="list-style-type: none"> • referenciada no desenho das estruturas náuticas, particularmente os interiores dos grandes transatlânticos; • refere-se metaforicamente à idéia de movimento, dinamismo e velocidade, atributos claramente identificados com a era da máquina; • responde pela maior parte dos exemplares produzidos nas principais cidades brasileiras no período compreendido entre os anos de 1935 e 1945; • apresenta volumes de geometria regular, geralmente lisos, com destaque para os cantos arredondados; • predominância de cheios sobre vazios; • desprovida de carga ornamental, tendente ao despojamento total; • detalhes decorativos restritos a frisos ou caneluras longitudinais ao longo das fachadas; • o requinte ornamental concentra-se nas portarias (serralheria artística e acabamentos das áreas de uso coletivo)
<p style="text-align: center;"><i>Art Déco</i> CLASSICIZANTE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • sobreposição de mais de uma linguagem ou tendência artística em um mesmo suporte físico, reiterando padrões compositivos próprios do Ecletismo; • nota-se a presença de elementos arquitetônicos de matriz clássica (greco-romanos) tais como, frontões, colunas e platibandas ornamentadas, podendo surgir variações com releituras de colunas egípcias palmiformes ou papiriformes; • austera, despojada, com poucas linhas de marcação e predominantemente geométrica, tem presença discreta das demais vertentes do <i>Art Déco</i> brasileiro.
<p style="text-align: center;"><i>Art Déco</i> POPULAR</p>	<ul style="list-style-type: none"> • resultante de formas de apropriação popular dos elementos de repertório de mais fácil assimilação por parte do não profissional ou construtor comum; • invariavelmente econômica, mas rica do ponto de vista criativo; • as intervenções geralmente se restringem a tratamentos de fachada, com relevos e texturas de argamassa de cimento e areia; podem ser encontrados exemplares onde foram empregados ornamentos em placas de estuque pré-fabricadas; • o tratamento plástico das platibandas, seguido da ornamentação parietal, é a marca registrada dessa vertente.

Fonte: Campos (2001, p. 77-78) - Quadro 04.

ARQUITETURA MODERNA NA BAHIA SOB PATROCÍNIO DO ESTADO

Ao contrário do que acontece em São Paulo e no Rio de Janeiro em que o debate entre intelectuais elegia o Neocolonial como arquitetura genuinamente brasileira, a introdução da arquitetura moderna na Bahia se delineia num contexto de polêmica e desejo de mudança em que o anseio de modernização da cidade vai de encontro a ideais preservacionistas, portanto vinculados ao contexto sócio-econômico local. Esse embate se dá na sociedade baiana desde as reformas realizadas por J.J. Seabra na cidade alta, entre 1912 e 1916, permanece nas discussões sobre a derrubada da Sé para a passagem do bonde, ente 1928 e 1933, e está presente nas palestras realizadas durante a Semana de Urbanismo de 1935. (AZEVEDO, P., 1988)

As construções do Elevador Lacerda (1929),³⁸ do Armazém-Sede do Instituto do Cacau da Bahia (1933-36), da Agência de Correios e Telégrafos (1935-37), da Estação de Hidroaviões (1937-39), do Instituto de Educação da Bahia (1936-39) (AZEVEDO, P., 1988; MAGALHÃES, 1937), entre outros, marcaram um período de realizações arquitetônicas em que a Bahia esteve entre os estados pioneiros na produção da arquitetura moderna brasileira. Desse modo, a criação de instituições inovadoras com programas complexos, às quais se buscava associar uma arquitetura nova teve grande importância na introdução da arquitetura moderna na Bahia.

Algumas agências federais também colaboraram nesse processo de introdução da nova arquitetura em Salvador. As instituições que lidavam com tecnologias avançadas foram das primeiras a aceitar a arquitetura moderna, e a Bahia se mostrou mais permeável a essas experiências que outros Estados. É o caso da Agência de Correios e Telégrafos de Salvador [...] Tratava-se de um edifício já despido de qualquer tipo de decoração com janelas altas corridas e escadas formando caixas de vidro nas esquinas, mas que mantinha os velhos princípios de composição axial.³⁹ (AZEVEDO, P., 1988, p. 16)

.....

38 De acordo com Paulo Ormino de Azevedo (1988), o Elevador Lacerda é, provavelmente, a primeira obra de arquitetura moderna construída na Bahia.

39 A composição axial observada por Paulo Ormino de Azevedo na citação torna-se mais compreensível se considerarmos que correntes da arquitetura moderna que coexistiam naquele momento no Brasil, a exemplo da vertente classicista do *Art Déco*, guardavam características compositivas de períodos precedentes, como o neoclássico, embora já despidas da sua ornamentação característica.

A participação do Estado foi fundamental nesse processo em que eram contratadas construtoras – detentoras do domínio de novas tecnologias de construção –, às quais se associavam escritórios de arquitetos modernos, a maioria instalada no Sul do país. Na realização dessas obras, desempenharam papel fundamental construtoras como a Companhia Construtora Nacional e Christiane & Nielsen, responsáveis pela introdução de modernas técnicas de construção em concreto armado no Brasil.⁴⁰

Nos edifícios especializados, a exemplo do Armazém-Sede do Instituto do Cacau e do Instituto de Educação da Bahia, são notáveis as características compositivas alinhadas com as correntes arquitetônicas modernas alemãs. Isso se deve à atuação nos projetos do arquiteto berlinense Alexander Buddeüs⁴¹ que, antes de chegar ao Brasil, atuou profissionalmente em seu país de origem, num momento de forte influência das ideias da Bauhaus. (AZEVEDO, 2006)

Por outro lado, pode-se notar nos exemplos do edifício do Instituto do Cacau e do Teatro do Instituto de Educação da Bahia que a composição arquitetônica das fachadas de acesso principal atribui um caráter simbólico aos edifícios, condizente com a representação do poder do Estado, promotor das obras.

Sobre o edifício do Instituto do Cacau (ver Figura 17) e a relação simbólica da arquitetura com o poder, Pasqualino Magnavita (1997, p. 216) diz o seguinte:

Esse arranjo monumental – que expressa outra linguagem e que se sobrepõe à fachada sobre a baixa e delgada marquise da entrada principal da edificação – procurou, de certa forma, ‘qualificar a obra’, devolvendo-lhe o status de representatividade, isto é, sua função simbólica no ‘espaço impossível’ da arquitetura moderna e, portanto, mais afim ao repertório das tradições e, conseqüentemente, consonante com o ideário de seus promotores (governo e cacauicultores).

.....
40 Entre as décadas de 1920 e 1930, desenvolvem-se as estruturas de concreto armado, tendo o engenheiro alemão Lambert Riedlinger como pioneiro. Riedlinger chegou ao Brasil em 1911, trazendo o conhecimento das modernas técnicas de cálculo e construção de estruturas em concreto armado já bastante desenvolvidas na Alemanha. Em 1912, fundou a Companhia Construtora em Cimento Armado, que, em 1928, encampada pela Wass & Freitag, se tornaria a Companhia Construtora Nacional, uma das principais responsáveis, ao lado dos alemães Kemnitz & Cia e dos noruegueses Christiani & Nielsen, pelo desenvolvimento das técnicas construtivas, aplicadas inicialmente em obras de pontes e largamente difundidas na construção de edifícios. (AZEVEDO, 2006; SANTOS, 1981)

41 Arquiteto alemão, autor de projetos em seu país de origem, como o Pavilhão Hanseático Germânico da Exposição de Antuérpia e o Aeroporto de Munich, realizados antes de vir para o Brasil. Aqui, manteve escritório no Rio de Janeiro, onde colaborou ainda com a tentativa de reforma de Lúcio Costa, lecionando na cadeira de Composição Arquitetônica do 5º ano da ENBA, em 1930.

No período entre a sedimentação da Revolução de 30 e o final do Estado Novo, além da construção de edifícios da administração pública, equipamentos e infraestrutura na capital, deu-se início a um processo de urbanização de cidades do interior com a consequente dotação dessas cidades de infraestrutura urbana e equipamentos públicos, na sua maioria escolas, hospitais, e quartéis de polícia. Saúde, educação e manutenção da ordem pública eram fundamentais para o desenvolvimento e fixação do homem no interior, dentro do programa do governo revolucionário, capitaneado na Bahia por Juracy Magalhães.

Nos anos de interventoria e governo de Juracy Magalhães (1931-1937) foram construídos em Salvador os edifícios da Secretaria da Agricultura, da Imprensa Oficial, da Repartição dos Serviços de Águas e Esgotos, o Pavilhão Martagão Gesteira (Abrigo Maternal), a Pupileira Juracy Magalhães, o Pavilhão de Pensionistas da Maternidade Climério de Oliveira, O Hospital de Pronto Socorro (Getúlio Vargas, atual Colégio Estadual Manoel Novaes), o Edifício da Secretaria de Segurança Pública e os primeiros edifícios da Vila Militar, além disso, foram projetados o Hospital Sanatório Santa Terezinha, e o Palácio da Justiça da Bahia – Fórum Ruy Barbosa. (MAGALHÃES, 1937)

Dentre estes edifícios, apenas o Palácio da Justiça da Bahia, que foi construído posteriormente, não possui a linguagem arquitetônica que caracterizou grande parte do que foi produzido pelo Estado no período. O que se pode notar também é a coexistência da arquitetura *Art Déco* com outra arquitetura moderna em que a valorização das técnicas e materiais utilizados é mais evidente. Essa coexistência é contrastante no conjunto da Pupileira Juracy Magalhães (ver Figura 19), em que o bloco posterior de fachadas envidraçadas explora os balanços possibilitados pela tecnologia do concreto armado e o bloco frontal tem linguagem *déco*, de maneira análoga ao Pavilhão Martagão Gesteira (ver Figura 18).

No interior do estado, algumas realizações do período são escolas e hospitais como o Grupo Escolar Brazilino Viegas (ver Figura 25) e o projeto para o Hospital Dantas Bião (ver Figura 26), em Alagoinhas, o Quartel e Delegacia de Polícia e o Grupo Escolar (ver Figuras 87 e 90), em Cipó, além dos planos de urbanismo, em que se destaca a sugestão para a estética dos edifícios registrada no *Plano da Cidade de Itaparica*, por Paulo Peltier de Queiroz (1939).

Nestes edifícios, pode-se perceber a intenção estética de uma arquitetura que rompe com a linguagem neocolonial e eclética das realizações de governos anteriores.⁴²

.....

42 A Escola Góes Calmon, construída no bairro dos Barris, iniciada no governo antecedente e inaugurada em 1936, é um exemplo dessa presença da arquitetura neocolonial. Note-se, porém que na década de 1940 o Estilo Missões, frequente na arquitetura residencial, voltará a ser utilizado em edifícios públicos no interior do Estado.

Pode-se observar ainda uma composição simétrica, cujo jogo de volumes marca o eixo central e o acesso principal, às vezes guarnecido por marquise. Essa composição reforça a identidade dos edifícios com o agente promotor. A referência ao *Art Déco* Classicizante aparece na simetria e em colunas prismáticas – com base, fuste e capitel estilizados – e em relevos que as insinuam. Platibandas arrematadas por frisos horizontais escalonados remetem ao *Art Déco* zig-zag, ou escalonado. Outros elementos, como os frisos e os elementos decorativos em relevo reforçam a filiação ao estilo.

Nos anos do Estado Novo (1937 a 1945), as realizações arquitetônicas, aparentemente mais escassas na esfera pública, continuavam a ressaltar a sua relação com o poder instituído, enfatizada agora pela propaganda do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP).

A publicação de *A Ponte Presidente Vargas e outras realizações do governo Bahiano*, em 1942, por ocasião do quarto aniversário da administração de Landulpho Alves, é um exemplo da divulgação das obras realizadas no Estado da Bahia feita pelo DEIP.

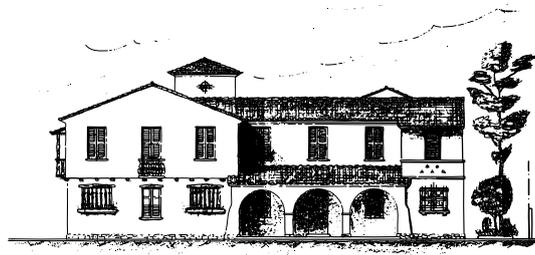
Após um relato das realizações dos quatro anos da Interventoria de Landulpho Alves em comparação com o governo anterior, em que é ressaltado o desenvolvimento econômico alcançado pelo Estado com investimentos no setor agropecuário e na construção de estradas, o texto dá publicidade à inauguração da maior ponte até então construída pelo Estado da Bahia, bem como a outras realizações rodoviárias, ao lançamento da pedra fundamental do Hotel-Balneário de Cipó e à construção de alguns prédios escolares inaugurados pela região nordeste.

Assim como algumas agências federais e outras instituições de estados brasileiros, o Estado da Bahia padronizou projetos para atender a grande demanda das cidades do interior, no caso dos edifícios escolares, hospitais e quartéis de polícia, postos de puericultura, entre outros. Os projetos eram, em sua maioria, desenvolvidos no âmbito da Diretoria de Obras Públicas e Urbanismo (DOPU) da Secretaria de Viação e Obras Públicas (SVOP).

Os projetos padronizados dos prédios escolares possuem diversas variações em relação às dimensões e ao número de salas, mas as fachadas variam pouco. Volume tripartido, platibandas, marquises, frisos horizontais e verticais e elementos decorativos em relevo são características recorrentes das fachadas, que se situam entre o *Art Déco* Classicizante e o *Art Déco* Popular. Em geral são construções modestas, para serem implantadas nas cidades do interior.

A arquitetura neocolonial do Estilo Missões aparece nos projetos padronizados pelo Estado para os postos de puericultura construídos na Bahia durante os anos 1940. Há que se observar que a arquitetura neocolonial continuou presente na arquitetura civil, pelo menos até o final dos anos 1940 (BREITENBACH, 2005) e acabou por se refletir em construções patrocinadas pelo Estado.

De maneira particular, a arquitetura na capital baiana se insere na modernidade por vias que não foram as mesmas de São Paulo e do Rio de Janeiro. A produção arquitetônica auspiciada pelo Governo do Estado entre os anos 1930 e 1950 reflete um caminho que se relaciona com a produção nacional, mas que possui valores próprios, especialmente na produção dos edifícios de maior vulto.



A CONSTRUÇÃO DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE CIPÓ

A crença na cura de doenças pelo uso das águas termais de Cipó⁴³ atraiu uma romaria de pessoas ao lugar desde a sua descoberta, mesmo em péssimas condições de viagem pelo sertão e não tendo o lugar, nem seus moradores, recursos para acomodar os peregrinos.

Já em 1730, uma carta dirigida ao Vice-Rei do Brasil na Bahia pelo Padre Antônio Monteiro Freire relatava os “ocultos” poderes curativos de tais águas que “por suas extranhas [sic] propriedades curavam radicalmente enfermos desenganados pela medicina” (FREIRE, 1730 apud SALLES, 1943, p. 1) e pedia providências para o seu aproveitamento.⁴⁴

As primeiras construções destinadas ao termalismo na região datam de 1829 e 1831 e são, respectivamente, “um estabelecimento de banhos nas fontes da Missão da Saúde (hoje cidade de Itapicuru), a um kilometro da Vila” e “uma casa acomodada ao abrigo dos doentes em Mãe-d’água do Cipó”. (FRÓES, 1940, p. 8)

.....
43 Pela definição do linguista Theodoro Sampaio, “cipó é uma palavra tupy, corruptela de iça-pó, a fibra que agarra; o galho que prende; Icepó; Cepó; Cipó”. (PONDÉ, 1923, p. 47) Mãe d’Água do Cipó, ou, posteriormente, Cipó, é o nome da localidade que se formou nas proximidades de nascentes termais do rio Itapicuru. Nos relatos orais de moradores mais antigos, o nome primitivo foi atribuído por um caçador ao descobrir as nascentes de água quente em meio a um cipoal, nas margens do rio, enquanto resgatava uma ave por ele abatida. Posteriormente, o prefixo Caldas foi adicionado, extra-oficialmente, como referência às águas termais destacando a atividade balneária do lugar e conferindo-lhe certo *status*. Por muitos anos, a Estância Hidromineral de Cipó ficou conhecida como Caldas do Cipó.

44 De acordo com Pedro Calmon (1929), “em 1730, o padre Antônio Monteiro Freire [...] da estirpe dos primeiros Monteiros da Bahia, senhor de uma sesmaria entre os rios Inhambupe e Itapicuru, descobria [...] as preciosas águas virtuosas, thermaes, minero-medicinaes do Cipó”. Se forem incluídas as águas do Itapicuru na história das águas curativas e medicinais brasileiras, serão antecipadas para a primeira metade do século XVIII as notícias sobre águas com propriedades curativas no Brasil. (cf. QUINTELA, 2004)

De acordo com Adriano Pondé (1923, p. 47), “em 1848, o presidente da província [...] mandou dar ao médico diretor a quantia de 800\$000 para conclusão da casa que servia de hospital no Cipó” e em 1849, o dr. Ignácio Moreira do Passo⁴⁵ escrevia ao presidente da Província dando por concluída a “casa” que se havia mandado construir em “Mãe d’Agoa do Sipó para residência das pessoas, q’ali fossem tomar banhos”.

A utilização das águas para fins curativos seguiu sem respaldo da medicina até 1843, quando uma comissão proposta pela Faculdade de Medicina da Bahia realizou a análise das propriedades físicas e composição química das águas do Itapicuru, dando ainda indicações do seu uso para diversas doenças.⁴⁶ (BRITTO, 2002; SALLES, 1924) Até 1874, a atuação do médico diretor das águas na manutenção das chamadas “Casas da Nação” é afirmada em seus relatórios e o mesmo parece não ter tido substituto após a sua aposentadoria.

O reconhecido valor das águas termais de Cipó e a importância que as estâncias hidrominerais já haviam alcançado na Europa e no Brasil em finais do século XIX não foram suficientes para alavancar o desenvolvimento da estância baiana, que, apesar de diversas tentativas de exploração (SALLES, 1943 p. 4) e da fama de suas águas, só teria impulso a partir de 1928 com a conjugação dos esforços particulares do médico Genésio Salles⁴⁷ com o apoio do Governo do Estado.

Na fala de abertura da 2ª sessão da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia, em 1879, o presidente da Província, Antonio de Araújo de Aragão Bulcão, chamava a atenção para o assunto das águas do Itapicuru, que, ao lado das questões de higiene, era o de maior interesse e o que poderia trazer mais resultados benéficos para a saúde pública.

Chamo a vossa illustrada attenção para este importante assumpto, digno da maior sollicitude e interesse por parte dos poderes publicos.

[...]

.....

- 45 Médico formado na Faculdade de Medicina da Bahia e um dos membros da comissão que analisou as águas do Itapicuru em 1843; ocupou o cargo de “Médico Diretor do uso das Águas Thermaes de Itapicurú” até 1874. Muitos de seus relatórios e correspondências enviados ao Presidente da Província no período de 1843 a 1874 foram transcritos por Antônio Carlos Nogueira de Britto (2002), no capítulo intitulado “Banhos nas Agôas Thermaes de Mãe d’agôa do Sipó”.
- 46 A partir do século XIX há um interesse entre os médicos brasileiros em comprovar as qualidades terapêuticas das águas medicinais e difundir a sua utilização científica no Brasil, que se pode perceber a partir da publicação de textos sobre o assunto por profissionais ligados às escolas de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro e com a realização de análises de diversas fontes espalhadas pelo país. (LOPES, 1931)
- 47 Genésio de Seixas Salles Filho (1885-1968), formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1909, tornando-se professor e médico importante na sua época. Nutriu interesse pelo desenvolvimento das águas de Cipó influenciado pelo êxito de um tratamento obtido por seu pai, em 1906, acometido de enfermidade diagnosticada como grave e não debelada pelos recursos da medicina tradicional. Acompanhou de perto diversos casos de cura termal e procurou chamar a atenção da sociedade e de autoridades para as águas de Cipó, das quais se tornou concessionário. (DADOS..., 1968).

Pode-se, pois, dizer que as aguas thermaes do Sipó, aliás dignas de competir com as mais afamadas da França e da Allemanha, estão abandonadas em um deserto, quando n'aquelles paizes, e mesmo entre nós, em Minas, por exemplo, faz-se o possivel por preservar, conservar e tornar proveitosos e procurados esses verdadeiros mananciaes de saúde e vida. Quando não possamos levantar alli um estabelecimento balneario luxuoso, convem alguma cousa fazer nesse sentido, melhorando as casas existentes e edificando outras com as necessarias accomodações e conforto, conforme os preceitos da sciencia.

O rio Itapicurú tem um leito suplementar, por onde correm as aguas em tempo de enchente. Não será talvez muito difficil e dispendioso, segundo informações que tenho, desviar-lhe para alli o curso normal, afastando-o d'est'arte das vertentes, que ficarão preservadas de desaparecer.

Se estes ou outros melhoramentos puderem ser realizados; se as luzes do vosso saber e patriotismo vos inspirarem mais alguns, como por exemplo, a creação de uma eschola, que vos recommendo, os quaes despertem a animação e chamem a concurrencia para aquella localidade, não há duvida que surgirá alli um centro florescente de população, e tornar-se-hão as vertentes do Sipó uma estação de banhos digna d'este nome, e procurada avidamente pelos que soffrem. São intuitivas as vantagens que provirão d'ahi á provincia, que terá n'esse estabelecimento uma nova fonte de renda. (apud BRITTO, 2002, p. 235-236)

Em 1910, a criação da Empreza das Águas do Cipó por Germano de Assis Junior e Manoel Velloso, trouxe alento para o desenvolvimento local com a construção de um balneário e de um edificio com “maquinismos” importados para engarrafamento e “exportação” das águas. Foi outra iniciativa frustrada, pois a contrapartida do governo de construir uma estrada de acesso ao lugar não foi cumprida. A indústria de engarrafamento não chegou a funcionar e o edificio entrou em ruína (ver Figuras 27 e 28), não tendo sido aproveitado nas tentativas que se seguiram. (SALLES, 1943, p. 5)

No início dos anos 1920, passados quase dois séculos das primeiras solicitações, as condições de acomodação e acesso às águas de Cipó permaneciam precárias. Como relata Genésio Salles (1924, p. 383-384),

Ao chegar o banhista installa-se em uma pequena casa obtida a custo pela gentileza de um amigo e ahi quase resignado, vai-se habituando ao

desconforto daquelles quartos poucos assejados. Assalta-o desde logo contraste commovedor: o aspecto humillimo do logarejo e a fama das suas águas. [...] Apenas 10 a 11 casas se prestam á hospedagem dos forasteiros; muitos deles arrancham-se como as circunstancias permittem, e é bem curioso ver-se num casebre com dois quartos acomodarem-se tres ou mais familias.

Motivado pelo abandono da concessão por Germano de Assis e na expectativa de novos interessados, o governo abre uma concorrência pública, em 1921, e a exploração das águas é adjudicada ao dr. Vianna Júnior, provavelmente, o primeiro médico a tentar a exploração comercial das águas de Cipó,⁴⁸ sobre as quais realizou experiências terapêuticas. Vianna Júnior não consegue cumprir as cláusulas contratuais e perde a concessão anos mais tarde. (SALLES, 1943, p. 10)

Diante de várias tentativas frustradas de realizar o aproveitamento das águas de Cipó e do interesse alardeado por Genésio Salles por aquele lugar, em 1928, o governador Góes Calmon sugeriu que o médico baiano concorresse à concessão que se abria com a rescisão do contrato com Vianna Júnior. Tendo sido o único candidato a apresentar proposta, Genésio Salles torna-se concessionário das águas de Cipó por 40 anos, em 1928. (SALLES, 1943, p. 11)

Em sociedade com o seu irmão, Américo Salles, Genésio funda a Empresa Balneária do Cipó para administrar o empreendimento e seus serviços, de acordo com o contrato de concessão. Dentre as suas obrigações estavam: a construção de um estabelecimento balneário de acordo com as exigências científicas da época; apresentar plantas para aprovação, com detalhes em escala 1/100, dos edifícios;⁴⁹ e construir e manter uma estrada de acesso ao lugar. Em contrapartida, o concessionário gozava de isenção de impostos e podia construir hotéis e casas de diversões; e o governo se obrigava a manter no local um posto de profilaxia à verminose e a contribuir com a construção da estrada, executando as “obras d’arte”. (APEB, Fundo Secretaria da Agricultura).

De imediato foi construído um balneário sobre as emergências termais com banheiros, vestiários de madeira – de modo que fossem desmontados antes das cheias do rio

.....
48 Importantes estâncias brasileiras desenvolveram-se, não por acaso, sob a direção de médicos, detentores de conhecimentos sobre a terapêutica termal e defensores do uso da água como remédio. Foi assim com as estâncias brasileiras de Poços de Caldas e Águas de Lindóia (FRANCO, 2005; MARRAS, 2004).

49 De acordo com o *Termo de Contracto...* de 1928, todas as obras deveriam ser feitas de acordo com os projetos aprovados, obedecendo às exigências técnicas e às “prescrições da arte”. (APEB, Fundo Secretaria da Agricultura)

– e uma piscina ao ar livre de água termal corrente (ver Figura 29). O *Chalet* da família Salles – residência construída por volta de 1913 e que era utilizada em época de férias – foi transformado no Hotel Thermal (ver Figura 30) para atender às obrigações e necessidades imediatas do concessionário.

Diante das dificuldades de acesso a Cipó, Genésio Salles associou-se a comerciantes de Alagoinhas e construiu uma estrada de 144 km de extensão entre aquela cidade e Cipó, organizando também o transporte de passageiros no trecho, a fim de facilitar o acesso dos banhistas desde aquele entroncamento ferroviário.

A inauguração do Balneário de Cipó, em 29 de junho de 1929 (ESTÂNCIA..., 1933b), é um marco no sentido de tornar realidade uma estância hidromineral na Bahia. A partir de então, Cipó transforma-se num ponto de atração cada vez mais forte para curistas e turistas em função das qualidades terapêuticas de suas águas, das melhorias realizadas na estância, da publicidade em jornais e revistas da capital e interior da Bahia e de cidades como Belém, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracajú, Rio de Janeiro e São Paulo e da difusão entre as elites da moda de frequentar estâncias hidrominerais.

A PARTICIPAÇÃO DOS GOVERNOS

Ao adentrar a década de 1930, a Bahia se apresentava como um estado predominantemente rural, assim como grande parte do território nacional. De acordo com Consuelo Novais Sampaio (1992, p. 31-32), dos 151 núcleos urbanos que eram sedes municipais, 78 enquadravam-se na categoria de vila e 73 na de cidade. Nas vilas, na maioria dos casos, somente as poucas ruas existentes possuíam iluminação à base de querosene. Já nas cidades, a iluminação era elétrica, mas normalmente precária e ineficiente. Além disso, a quase totalidade dos municípios não possuía esgotos sanitários, boa parte deles não possuía ruas pavimentadas e a maioria era desprovida de arborização e ajardinamento urbano.

Na Vila do Soure, sede do município do mesmo nome, em 1923, “cerca de 97 casas de telhas contornam a praça e mais 60 se distribuem sem ordem pelos arredores”. Já em Cipó, há “um acervo de cem casas mais ou menos, distribuídas e edificadas sem apuros de estética, sem luz e sem água”. (SALLES, 1924, p. 333, 383-384)⁵⁰

.....

50 O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não realizou contagem populacional em 1930. No censo de 1920, Soure, município ao qual pertencia o povoado de Cipó, possuía 7.554 hab.; Amparo, 8.473 hab.; Pombal, 11.252 hab. e Tucano, 18.595 hab.

As vilas e povoados do nordeste Baiano, a caminho de Cipó e dos sertões, pertenciam a esse rol de povoados onde a urbanização não chegara, como demonstra a difícil acessibilidade narrada por Genésio Salles em suas *Impressões*:

Carros de boi toscamente paramentados, animaes em condições de serem cavalgados, carreiros e tropeiros, com vestes de couro, physionomias inexpressivas, porte desgracioso, tudo isso impressiona a quem pela primeira vez viaja. Após o demorado trabalho destes pobres matutos, seguimos [...], iniciando assim a penosa travessia, entregues aos caprichos de uma conducção por demais grosseira neste seculo de aviões e submarinos. (SALLES, 1924, p. 386)

Dentro dos preceitos do governo revolucionário instaurado em 1930 e encabeçado por Getúlio Vargas, teve início uma reforma territorial no estado, demonstrando a intenção política de proporcionar desenvolvimento ao interior do país.

Àquela altura, Cipó era um povoado pertencente ao município de Soure que se tornaria vila e distrito-sede do município de Cipó, criado na reforma político-administrativa implantada por Arthur Neiva, em 1931, com os territórios suprimidos dos municípios de Soure, Pombal, Tucano e Amparo. Em 1933, são restituídos os municípios de Tucano, Pombal e Soure, tendo este último perdido a área necessária à formação do distrito-sede de Cipó. (INSTITUTO..., 1958, p. 165)

O sertão baiano e a sua gente já eram amplamente conhecidos através do olhar eurocêntrico de Euclides da Cunha desde 1906, quando da publicação de *Os Sertões*. O sertanejo, “antes de tudo, um forte” por ser adaptado ao seu *habitat*, foi caracterizado como uma sub-raça, distante alguns séculos do Brasil civilizado. Mas para o regime político vigente, ao menos no discurso de seu líder, essa distância seria eliminada se houvesse a oportunidade de nutrição e educação.

No Brasil, o rude homem do sertão, sempre pronto a atender aos reclamos da Pátria nos momentos de perigo, é matéria prima excelente e, se vegeta decaído e atrasado, culpemos a nossa incúria e imprevidência. [...] Daí a esse espetro farta alimentação e trabalho compensador; creai-lhe a capacidade de pensar, instruindo-o, educando-o, e rivalizará com os melhores homens do mundo. [...] Para isso conseguirmos, há só um

(BRASIL 1926, p. 26-55) No recenseamento de 1940, Soure possuía 7.902 hab.; Cipó, 12.810 hab. (sendo 2.489 no distrito sede, 5.654 no de Amparo e 4.667 no de Heliópolis); Pombal, 15.932 hab. e Tucano, 20.472 hab. (INSTITUTO..., 1950, p. 51-53)

meio, uma só terapêutica, uma só providência: – é preciso que todos os brasileiros recebam educação. (VARGAS, [s.d.], p. 117)

As condições de vida eram bastante precárias no que tangia à alimentação, saúde, educação e urbanização. O esquecimento a que foram relegados por tanto tempo os brasileiros do interior, tanto pelo governo central quanto pelos estados e, mais do que isso, a expropriação dos seus poucos recursos através da arrecadação de impostos sem o devido retorno em serviços básicos agravava a precariedade da vida dos sertanejos.

O cangaço, fruto do estado de abandono e da falta de controle do território, aterrorizava a vida nos distantes sertões dos estados da região Nordeste, afrontando o distante poder dos governos.

Demonstrando intenção de levar desenvolvimento econômico ao interior do estado desde o início da sua Interventoria (1931-1934), Juracy Magalhães revela preocupação particular com a região Nordeste, pedindo ajuda imediata ao chefe do governo provisório para atender às necessidades consideradas mais urgentes do povo baiano:

Sobreléva, porém, a todas as desgraças que incidem sobre esta terra, a desorganização absoluta do Nordeste Bahiano, onde a seca e o banditismo dizimam as populações, de tal sorte, que não mais havia cidadão que ousasse ser autoridade no meio de tanta desolação. Foi assim que encontrei municípios onde nem sequer havia um prefeito!⁵¹

Primeiramente, o combate ao banditismo, contando com a construção de estradas de rodagem, quartéis e delegacias de polícia e, em seguida, o incentivo à produção agrícola, a urbanização de cidades, a construção de escolas (MAGALHÃES, 1982, p. 81), políticas estas que refletiam os ideais do próprio Getúlio Vargas de levar o desenvolvimento para o interior do país, fixando o homem no campo.

A construção da estrada de rodagem Alagoinhas-Cipó, em 1934, pôe fim às condições precárias de acesso ao nordeste baiano por essa via e dá fôlego ao empreendimento de Genésio Salles. Antes disso, fazia-se uma penosa viagem partindo da capital, que tinha como trecho mais confortável as nove horas e meia, pela estrada de ferro que ligava as estações da Calçada, em Salvador, a Cajueiro, na localidade de mesmo nome. Daí em diante, mais

.....
51 Trecho de Carta de Juracy Montenegro Magalhães a Getúlio Vargas, em 01 de novembro de 1931 apresentando a situação financeira da Bahia e informando sobre a situação político-social do estado. (Acervo do CPDOC-FGV)

três dias em carros de bois ou no lombo de animais, penetrando lentamente num ambiente cada vez mais árido, com pernoites em acomodações humildes de gente hospitaleira.⁵²

O balanço dos investimentos feitos em estradas de rodagem pelo Governo do Estado (BAHIA, 1937, p. 83) apresenta os seguintes indicadores:

Anteriormente ao período do atual governo, iniciado em 1931, existia uma rede geral de 6840kms., sendo 363kms. de estradas de 2ª classe, sem revestimento e pontes definitivas, permitindo o tráfego sómente durante o verão e 6477kms. de estradas carroçáveis.

No período iniciado em 1931 até a atualidade a rede geral atingiu a 11688kms. em tráfego.

Das estradas construídas nesse período encontram-se 1405 kms. de boas rodovias em condições técnicas de 1.ª e 2.ª classe, com pontes definitivas em concreto armado e superfície de rolamento, apropriada ao tráfego, revestida de cascalho e material sílico-argiloso e alguns quilômetros com revestimento betuminoso e de concreto. O restante ou sejam 3443 kms. apesar de obedecer ao plano rodoviário, foi construída em condições de estradas carroçáveis ligando os municípios entre si, para serem, posteriormente melhoradas e adaptadas às boas condições de rodovias de classificação.

Nesse período, o Interventor Juracy Magalhães, que tinha por meta visitar todos os municípios do estado como parte de sua campanha ao governo em 1934, já havia estado em Cipó e mencionado o potencial econômico da futura estância para a economia da Bahia, adquirindo uma importância estratégica que seria demonstrada anos mais tarde com os investimentos da construção da Estância Hidromineral⁵³ e com a sua posição estratégica no entroncamento da rodovia Bahia-Alagoas.

.....
52 A distância, em linha reta, de Cipó a Salvador é de 202 Km. Com as atuais rodovias, a distância mínima, por terra, é de 247 Km.

53 As bases legais de administração estatal das Estâncias Hidrominerais foram lançadas na Constituição Federal de 1934 (art.13, §1º), a qual facultava aos municípios considerados como tais, à semelhança das cidades capitais, a indicação do seu prefeito por parte dos Governos dos Estados. Além disso, previa-se, em casos específicos, que a União auxiliaria os Estados no estudo e aparelhamento das estâncias mineromedicinais ou termomedicinais (art.119, §5º)

A Criação da Estância Hidromineral de Cipó

Através do decreto nº 9.523, de 16 de maio de 1935, o governador Juracy Magalhães criou, em Cipó, a primeira estância hidromineral no Estado da Bahia. O decreto asseguraria as providências necessárias à construção de uma nova cidade, planejada para atender à demanda crescente de aquáticos, incompatível com a estrutura da pequena vila e, baseando-se na Constituição Federal (1934), estabelecia que o cargo de prefeito seria “exercido por um funcionário técnico, Engenheiro Civil, da Secretaria da Agricultura, Industria, Comercio, Viação e Obras Públicas”. Sendo assim, o engenheiro civil Oscar Caetano da Silva, autor do Plano de Expansão e Melhoramentos da Vila Balneária do Cipó, foi designado para exercer as funções de prefeito técnico da estância, a fim de conduzir os trabalhos de construção do núcleo urbano central do distrito-sede – nessa ocasião elevado à categoria de cidade –, tendo permanecido no cargo de 1935 a 1938.

O plano para Cipó é representativo – juntamente com os planos para as cidades de Ilhéus, Pirangy e Itaparica – das realizações feitas no campo do urbanismo pelo Governo Juracy Magalhães dentro de uma política de desenvolvimento das cidades do interior, que incluía também investimentos na construção de equipamentos públicos e em redes de infraestrutura urbana.

A criação da Estância Hidromineral de Cipó foi o ato mais importante em favor do desenvolvimento da estância baiana, que, a partir de então, contaria com a atuação direta do Estado, tanto na sua administração quanto no financiamento e construção da cidade balneária. Os anos que se sucederam ao decreto de criação da estância foram de transformações sensíveis para os moradores e visitantes de Cipó, dentre os quais, o próprio Juracy Magalhães.

Portanto, no período de quase quatro anos, entre 1935 e 1938, teve início a implantação do Plano de Expansão e Melhoramentos da Vila Balneária de Cipó e foram realizadas obras de abertura e pavimentação de avenidas e ruas, iluminação pública, abastecimento de água, drenagem pluvial, instalação da estação meteorológica, construção da Praça Juracy Magalhães, construção de um Bosque, da Usina Diesel-Elétrica, do Grupo Escolar e do Quartel e Delegacia de Polícia, tendo sido ainda planejados outros edifícios e equipamentos públicos como a Prefeitura, o Mercado, o Matadouro e o novo Cemitério.

Com auxílio do Governo Federal foram realizadas ainda as obras de defesa da cidade contra as cheias na curva do rio Itapicuru pelo Departamento de Portos; foi construída

uma pista para pouso de aeronaves, sob fiscalização da Aeronáutica; foram feitos estudos criteriosos das águas por químicos e hidrologistas de renome nacional (doutores Bruno Lôbo e Campos Paiva) e foi designado um engenheiro especialista, do Departamento Nacional de Águas, para estudar o desvio do rio Itapicuru em frente à cidade, a fim de proteger as fontes termais, que perigavam se perder no leito do rio. Além disso, foram realizados incentivos indiretos, como a construção da Rodovia Alagoinhas-Cipó.

Nesse período, nota-se que a afluência de banhistas teve um grande incremento (ver Figura 32) devido à atenção dada pelo governo que impulsionou as atividades de divulgação já exercidas pelo concessionário.

O NÚCLEO URBANO CENTRAL E O PLANO DE OSCAR CAETANO DA SILVA⁵⁴

Até o final dos anos 1920, o povoado de Cipó configurava-se especialmente por uma praça retangular com um barracão central em torno do qual eram realizadas as tradicionais feiras semanais (ver Figuras 34 a 37). Além da praça, poucas ruas sugeridas pelos alinhamentos irregulares das casas estendiam-se lentamente e outras casas e barracos pontuavam aleatoriamente o território, entre eles, a ruína do edifício da Empreza (ver Figuras 27 e 28).

A praça era delimitada a norte e a sul por duas fileiras paralelas de casas residenciais e comerciais geminadas, das quais se destacava o *Chalet* da família Salles, construído por volta de 1913 (ver Figura 30); a leste, o limite era a Igreja de Nossa Senhora da Saúde e a oeste, o barranco da margem direita do Itapicuru, local das nascentes das águas termais, onde se achavam instalados os banheiros de palha para uso dos doentes (ver Figura 33). Não havia qualquer tipo de pavimento sobre o chão da praça e o barracão possuía cobertura em telha cerâmica sobre estrutura de madeira sem fechamentos laterais; as ruas – ou

.....

54 Oscar Caetano da Silva (1902-1987) nasceu na cidade de Salvador e diplomou-se engenheiro civil pela Escola Politécnica da Bahia (EPB) no ano de 1926. Foi professor da cadeira de “Desenho à Mão Livre e de Ornatos” na EPB, a partir de 1929, e das disciplinas “Urbanismo - Arquitetura Paisagista” e “Materiais de Construção” na Escola de Belas Artes da Bahia, a partir de 1932. Como funcionário da SVOP elaborou o plano de urbanismo da Estância Hidromineral de Cipó, da qual foi prefeito técnico de 1935 a 1938, sendo responsável pela implantação do núcleo urbano central. Foi Chefe da Comissão de Melhoramentos de São Roque de 1938 a 1940, onde elaborou o plano urbanístico da cidade e projetou a Estação Terminal e o Armazém da Estrada de Ferro de Nazaré. Além destes, foi coautor do projeto arquitetônico da Igreja dos Mares, em Salvador, e realizou diversos projetos residenciais. A carreira docente foi interrompida em 1937 devido à sua atuação na administração pública. Em 1950, após quase uma década na Diretoria da Navegação Baiana, desligou-se do Estado e voltou a lecionar na EBA e na Faculdade de Arquitetura da UFBA, onde se aposentou em 1972. Dedicou-se também à pintura tendo realizado, entre 1955 e 1972, quatro exposições individuais e participado de 14 coletivas. (SILVA, 1972)

caminhos – eram conformadas pela justaposição e confrontação das edificações geminadas e, certamente, não obedeciam a regras urbanísticas.

A nossa estância se resume num acervo de cem casas, distribuídas e edificadas sem apuros de esthetica, sem luz e sem agua. Uma praça com a mesma feição das outras: o classico barracão da feira e uma capella quase em abandono, tres tamarindeiros e duas cajaranas definem-lhe os traços mais característicos. (SALLES, 1924, p. 383-384)

Este panorama começa a ser modificado a partir de 1929 – de maneira mais simbólica do que espacial – com a organização do balneário e as construções do Radium Hotel e do Teatro pelo novo concessionário e a demolição da Igreja de Nossa Senhora da Saúde.

Sobre aquele território, em 1934,⁵⁵ o engenheiro Oscar Caetano da Silva é encarregado de traçar o Plano de Expansão e Melhoramentos da Vila Balneária. (BAHIA, 1942, p. 18)

Oscar Caetano buscou transformar a espacialidade da pequena vila, dando-lhe novos usos e qualidades, em função da sua especialidade, preparando a cidade futura. A nova praça do núcleo urbano modifica o uso da antiga Praça da Feira, transferindo o comércio local, que levaria consigo os antigos moradores; com poucas desapropriações abriu a Avenida D. Pedro II;⁵⁶ a Praça do Mercado determinaria a futura localização do comércio; a construção de edifícios ampliava os limites da vila.

Dificuldades são encontradas pelo novo prefeito para dar andamento aos serviços de urbanização devido à precariedade de transporte de materiais e equipamentos para o lugar, bem como, à escassez de mão de obra em tempos de safra no campo. Questões de ordem administrativa também ocuparam o seu tempo, como o equacionamento de contas herdadas das administrações anteriores e a organização e controle da arrecadação municipal.

De fato, a implantação do projeto da nova cidade sobre a Vila do Cipó trouxe mudanças para a população nativa. A vida na vila, que se desenvolvia em torno da Feira, ia sendo modificada a partir de decisões externas; ruas que eram assimiladas, tendo em vista os benefícios trazidos pela urbanização. Contudo, manifestações de apoio à nova administração eram

.....
55 Em carta ao governador Juracy Magalhães, datada de 4 de janeiro de 1935, o Sr. Domingos Castro, então prefeito do município, queixa-se da demora do “Engº Caetano” em enviar a planta da Vila e reclama que esse fato tem prejudicado algumas construções. (Acervo CPDOC-FGV) Esta demora certamente era proposital, já que estava sendo gestada a criação da Estância Hidromineral.

56 Na falta da visita do Imperador, como aconteceu com outras estâncias brasileiras, batizou-se a principal avenida da cidade com o seu nome para lembrar que foi durante o seu governo que foram construídas as três casas para abrigo de doentes.

frequentes em cartas e telegramas dirigidos ao governador. Os investimentos em infraestrutura e serviços eram seguidos de ações públicas de agradecimento.

É certo que a construção de uma estância hidromineral interessava ao Estado e modificava a participação dos moradores na cidade. A tendência era de que estes se tornassem espectadores dos acontecimentos que ali se desenvolveriam, tendo sido reduzida a sua representação política e iniciada a transferência de suas moradias e casas comerciais para fora do centro.

Plano de Expansão e Melhoramentos da Vila Balneária de Cipó

É importante esclarecer que até o final dessa pesquisa não foram encontrados documentos originais do plano de Oscar Caetano. Reduções de poucos desenhos, descrições de viajantes e comentários de terceiros são vestígios valiosos que se juntam a correspondências redigidas pelo engenheiro sobre o andamento dos serviços, com algumas referências ao traçado, numa tentativa de reconstituição. A preservação do traçado viário do núcleo da cidade, juntamente com as construções da época, permitiu a observação *in loco* de elementos constituintes do plano.

O plano delimita um perímetro a ser urbanizado em longo prazo com as chamadas Avenidas de Contorno e Beira-Rio pontuadas por áreas verdes em seus limites com o descampado da caatinga. Em destaque, bosques interligados pela *Parkway*, envolvendo e expandindo o território da pequena vila e as zonas verdes ao centro das quadras residenciais, que aliadas à legislação que previa lotes ajardinados, dariam à cidade o aspecto de verde contínuo característico de projetos tipo cidade-jardim. (ver Figuras 40 e 41)

O traçado das vias é adaptado à topografia suave que se desenvolve a partir da margem direita do rio nas proximidades de uma de suas curvas, onde estão as nascentes termais de Cipó. A *Parkway* proposta é uma avenida arborizada, de traçado sinuoso e paralelo ao curso do rio, que segue pelo talvegue do terreno permitindo a coleta dos esgotos para serem lançados à jusante do centro urbano e atravessa toda a cidade de oeste a leste. Observa-se que o leito da *Parkway* é contraponto para o traçado retilíneo que se orienta nas direções NE-SW e NW-SE, dominado pela Avenida D. Pedro II, continuação da Estrada de Rodagem, que parte da entrada da cidade em direção aos jardins da Praça Juracy Magalhães.

O alinhamento das principais vias existentes condicionadas pelas casas foi respeitado a fim de não se proceder a grandes desapropriações iniciais. Assim, percebe-se a deflexão

entre a Praça Juracy Magalhães – que por si já assume traçado levemente trapezoidal, embora imperceptível ao observador – e a Rua Duque de Caxias e duas deflexões na Avenida da Ponte, preservando a construção do hotel Santa Cruz (ver Figura 32).

Nota-se, na “Perspectiva do Projecto” (ver Figura 42), a concentração de edifícios em volta da praça ajardinada pretendida por Oscar Caetano, percepção esta reforçada pela observação do seu Estudo de Aformoseamento da Praça Capitão Juracy Magalhães (ver Figura 43), firmando uma ideia de Centro Cívico – em praça fechada –, que não se concretizou, dando lugar a uma configuração espacial mais dispersa e monumental devido, principalmente, à implantação do Hotel-Casino, durante os anos 1940. Percebe-se também a ênfase na arborização das vias principais – *Parkway*, Avenida D. Pedro II e Avenida de Contorno –, o bosque na extremidade leste da zona urbana, com cerca de 20.000m², e as massas vegetais no interior dos quarteirões residenciais.

Descrições feitas pelo viajante Guimarães Cova, Tenente-Coronel da Polícia Militar da Bahia, expõem com clareza elementos do plano à época do início da sua execução, dando notícias, inclusive, da existência de legislação de ocupação do solo:

Constam, desse plano, [...] o ajardinamento da praça Juracy Magalhães, com belíssima e artística fonte luminosa no centro, em forma de uma taça, com cinco metros de diâmetro, a sair de dentro de um lago com 10 metros; pergola ornada de trepadeiras de varios matizes; espelho dagua, donde se levantará uma formosa estátua de mulher desnuda, em estatura a mais do natural e um viveiro de plantas aquaticas; alargamento das duas ruas principais existentes, unicas aproveitadas no plano. [...] A Avenida Pedro II tem 580 metros de extensão, por 15 de largura, com passeios de 3 e meio metros, ladrilhados e arborizados, possuindo, também, uma faixa de circulação de 8 metros, para veículos, por ser esta avenida a principal arteria de acesso ao centro, ligada, como está a rodovia Alagoinhas-Cipó. Acham-se, tambem, em começo de construcção, a avenida de cintura, que envolvera completamente a Vila e que será uma artéria de passeio, com cerca de 4 kilometros de extensão; e finalmente um ‘park Way’, com 20 metros de largura, abundantemente arborizado, que cortará a vila na sua maior dimensão, ligando dous grandes bosques extremos, pontos futuros de agradáveis passeios e utilíssimo repouso, porque prevejo, serem elles destinados a regular as condições thermometricas do clima cipoense, durante os verões abrazadores. [...] A legislação municipal daquela

Estância, instituiu, para as novas edificações, um recuo de 4 metros, mínimo, do alinhamento das ruas, bem como exige lotes mínimos com as testadas de 15 metros de modo a se construírem casas isoladas, distantes 4 metros uma da outra, para que possam, os seus proprietários, circundá-las de jardins. (COVA, 1936)

Percebe-se a ênfase no embelezamento da cidade e na criação de um ambiente bucólico, que funcionaria como atrativo e coadjuvante do tratamento termal. A técnica pode ser percebida no dimensionamento e hierarquia das vias e nos cuidados com a orientação do seu traçado e na preocupação com a drenagem urbana, como também observou o engenheiro Helenauro Sampaio:

Obedecendo às normas da técnica urbanística, a Cidade-Jardim do Cipó está surgindo à margem do lendário rio Itapicurú.

Estudadas as condições ideais de insolação, o regime de ventos dominantes e a topografia local, em detalhe, foi projetado o aformoseamento do núcleo urbano inicial e a sua expansão lógica, tendo em vista a característica fundamental de um centro balneário e a necessidade de ser amenizado o ambiente com uma distribuição adequada do elemento vegetação. (BAHIA, 1942, p. 16-7)

As descrições feitas por Helenauro Sampaio tanto em relação às cidades-jardins, quanto às técnicas urbanísticas aplicadas no plano de Cipó, equivalem à argumentação dada por Paulo Peltier para o plano de Itaparica. Vale lembrar, que a citada publicação se trata de um documento de apresentação da estância em uma feira nacional e funciona como publicidade.

A avenida de cintura, ou de contorno, representa a intenção de se controlar o crescimento do espaço urbano como nas Cidades-Jardins idealizadas por Howard e em projetos para estâncias brasileiras da época, a exemplo de Águas de São Pedro (1935) e Águas da Prata (1936), o que indica certo alinhamento do plano com o que estava sendo feito em empreendimentos semelhantes em outros estados. Aqui, a cidade-jardim é a cidade ajardinada de paisagem verdejante e espaços generosos. Trata-se de uma estância hidromineral cuja especialidade de cura, repouso e diversão requer um ambiente planejado visando estas necessidades.

A *Parkway*, avenida cortando a cidade em sua maior extensão e os bosques criados para passeio e repouso – recorrentes nos projetos para estâncias hidrominerais brasileiras

– proporcionam o contato com a natureza e buscam elevar a concentração de áreas verdes, contribuindo para o embelezamento e amenizando o clima local. Além disso, é o canal de drenagem das águas pluviais e o seu traçado sinuoso contraposto ao traçado retilíneo das demais vias denuncia a adoção de traçado misto, em função das condições topográficas, como era preconizado por Saturnino de Brito em suas considerações sobre traçado sanitário. Em escala e complexidade maiores, esse conceito estava sendo discutido na Semana de Urbanismo de 1935, nas propostas de Milton da Rocha Oliveira para Salvador.

As vias públicas, calçadas com paralelepípedo rejuntado, possuem perfil transversal adequado ao escoamento das águas pluviais, rede de abastecimento de água e drenagem subterrânea. São de largura variável, tanto nas pistas de carros como nas calçadas de pedestres, que também possuem postes de iluminação e arborização. A Avenida D. Pedro II possui largura total de 15m, sendo 8m para a pista de rolamento e 3,5m para cada calçada lateral, com 580m de extensão; a *Parkway*, projetada para cerca de 1.000m de extensão foi construída parcialmente e possui largura de 24m, sendo 9m para a pista e 7,5m para cada calçada arborizada. Tais características fazem parte das “técnicas urbanísticas modernas” defendidas e praticadas por Peltier no plano de Itaparica e enfatizadas por Helenauro Sampaio, sucessor de Oscar na construção de Cipó.

Percebe-se que a cidade foi zoneada fazendo-se a distinção do centro cívico-balneário – com os edifícios públicos e hotéis em volta da praça ajardinada – do centro comercial, em torno da Praça do Mercado, e da zona residencial com seus lotes medindo 15x30m, em que as construções são recuadas em relação às divisas frontais e laterais (4m e 2m, respectivamente)⁵⁷ do lote. Note-se que as casas comerciais existentes possuem uso misto em sua maioria e permanecem assim quando são transferidas para a Praça do Mercado, sendo favorecidas pelo parcelamento do solo. Esta caracterização do zoneamento é deduzida pela observação e pelo histórico de ocupação da cidade, podendo ser comparada ao zoneamento proposto por Peltier para Itaparica, com Centro Cívico, zona de uso misto e zonas residenciais.

Completam as preocupações com a estética já demonstradas no tratamento paisagístico, a unidade dada à arquitetura dos edifícios públicos, que, mesmo construídos ao longo de duas décadas, mantiveram expressão coerente. Dentro dessa intenção, é bastante

.....
57 De acordo com Helenauro Sampaio (1943), as locações das construções eram feitas pela prefeitura de modo a garantir os recuos e alinhamentos. Esses recuos não se aplicavam às casas de uso misto, que são geminadas, conformando a praça em torno do futuro mercado.

ilustrativa a reforma feita no Radium Hotel – edifício vinculado à concessão das águas e situado no coração da estância – que, tendo sido construído por volta de 1933 com fachadas estilizadas, foi externamente modificado ganhando linhas verticais marcantes e outras características da arquitetura moderna *Art Déco*. (ver Figuras 69 e 70)

Ao final da administração de Oscar Caetano estavam traçadas as diretrizes do crescimento da cidade e já haviam sido construídos alguns edifícios que o norteariam. Além disso, é clara a intenção de dar continuidade ao seu traçado, que será ampliado na década seguinte.

***Plano de Reorganização da Estância Hidromineral de Cipó na Administração de Helenauro Soares Sampaio*⁵⁸ (1938 a 1944)**

Com a instauração do Estado Novo (1938-1943) e a saída de Juracy Magalhães do comando político estadual, as obras na estância de Cipó mantiveram continuidade satisfatória durante a Interventoria de Landulpho Alves, período em que foi planejada a reorganização da Estância Hidromineral de Cipó, dando continuidade ao traçado urbanístico de 1935, mas com o estabelecimento de prioridades e investimentos em aspectos administrativos e técnicos. Os serviços de urbanização deveriam preparar a cidade para o crescimento populacional e de visitantes.

Sobre a preservação do traçado estabelecido pelo plano de Oscar Caetano, Helenauro Sampaio escreve em relatório:

o plano delineado para a Estância do Cipó, pelo Eng. Oscar Caetano da Silva é excelente e não deve sofrer modificações uma vez que tôdas as peculiaridades locais foram estudadas criteriosamente. Com a construção da ponte ‘Presidente Vargas’, porém a margem esquerda do Itapicurú deve ser incorporada à zona urbana, mediante ampliação do plano aprovado. (SAMPAIO, 1943, p. 34)

A necessidade de organização do crescimento urbano da Estância era notável, pois apesar de o plano urbanístico traçado continuar sendo seguido rigorosamente, se fazia

.....
58 Helenauro Soares Sampaio (1913-?) nasceu na cidade de Salvador e diplomou-se engenheiro civil pela Escola Politécnica da Bahia no ano 1935. Foi funcionário da SVOP, assumindo a administração da Estância Hidromineral de Cipó entre 1939 e 1944, onde realizou projetos de arquitetura e de cálculo estrutural, além de suas atribuições como prefeito técnico. Foi Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado entre 1945 e 1946 e prefeito de Salvador, entre julho de 1946 e abril de 1947.

necessário, para o desenvolvimento das atividades balneárias e eficiência do empreendimento, uma organização criteriosa da estância, controlando-lhe os investimentos, despesas e arrecadações.

Em conformidade com a nova política estabelecida para a administração, Sampaio fora incumbido pela Secretaria de Viação e Obras Públicas de elaborar um plano de reorganização da estância, justificando a necessidade dos serviços a serem realizados e indicando a ordem de preferência para a sua execução, assim como os seus custos prováveis.

Delineava-se então a intenção de um aporte de investimentos para a elevação da estância baiana aos padrões das congêneres nacionais. Para isso, seria necessário tomar uma série de medidas que deveriam ser planejadas e teriam como parâmetro o desenvolvimento das estâncias balneárias de São Paulo e Minas Gerais.

Desse modo, a construção da Estância Hidromineral de Cipó iniciada em 1935 passaria pela reflexão de outro engenheiro, também formado pela Escola Politécnica da Bahia e funcionário da administração pública estadual. Isso se daria, em princípio, sem modificações no “traçado”, mas adaptando-o a uma nova dimensão prevista pelo Estado para o empreendimento.

O Plano de Reorganização da Estância Hidromineral de Cipó, apresentado à Secretaria de Viação e Obras Públicas em janeiro de 1942, elenca os serviços indispensáveis a serem realizados para que a estância atinja os níveis desejados de desenvolvimento num prazo de cinco anos.

Os serviços administrativos sugeridos referem-se a aspectos como: a) legislação estadual para a criação de estâncias hidrominerais e climáticas, vinculada às orientações federais existentes; b) avaliação do contrato de concessão existente em Cipó, a fim de se proceder à encampação dos serviços termais, pois se acreditava que somente com a administração direta do Estado seria possível proceder ao reaparelhamento; c) a criação de um Conselho para estabelecer as normas técnicas dos serviços termais, com a participação de professores e profissionais da área médica, para se garantir a exploração técnica das águas; entre outros. (BAHIA, 1943a)

Os serviços técnicos, considerados indispensáveis, foram divididos em cinco grupos: 1) o aparelhamento da estância; 2) urbanização; 3) construções de edifícios; 4) abastecimento e transportes e 5) não especificados e eventuais.

Dentre os serviços técnicos, Helenauro Sampaio destaca a prioridade da urbanização em relação à construção de edifícios, para assegurar que as construções seriam feitas de acordo com o traçado do plano.

Em julho de 1942, Helenauro Sampaio partiu para o sudeste do país a fim de conhecer a organização técnica e administrativa de suas principais estâncias hidrominerais, além de tratar de assuntos diversos, quando de passagem pelo Rio, então Capital Federal, pertinentes aos serviços técnicos em fase de planejamento, especialmente os relativos à urbanização e construção de edifícios e casas populares.

Em seu relatório de viagem, após descrever a organização de cada estância visitada, foi traçado um comparativo da situação da estância de Cipó com as suas congêneres, destacando as suas qualidades e as melhorias consideradas possíveis para a sua equiparação às melhores estâncias do país.

O principal objetivo do então prefeito era, em suas palavras, “planejar um conjunto de obras com o vulto e a complexidade [...] que [iriam] acelerar o progresso da Estância de Cipó através de uma alteração profunda no regime de exploração das suas fontes e da sua própria estrutura urbana”. (SAMPAIO, 1943, p. 19)

Os investimentos feitos pelo Estado em infraestrutura àquela altura tinham colocado Cipó no centro de uma malha rodoviária importante, entre a capital e os estados nordestinos, através da rodovia Bahia-Alagoas, articulando os seus dois grandes trechos – Alagoinhas – Cipó – Cachoeiras de Paulo Afonso – com a inauguração da ponte Presidente Getúlio Vargas na cidade de Cipó, em 1942. Na escala urbana, a ponte abria a possibilidade da expansão da cidade para a margem esquerda do rio, fato que se desenvolveria a partir de então.

Embora em desacordo com o que pretendia o plano de reorganização feito por Helenauro Sampaio – que privilegiava a urbanização em antecipação à construção dos edifícios –, mas atendendo “à notável repercussão no turismo nacional” trazida pela construção da rodovia Bahia-Alagoas, o Governo do Estado lança a pedra fundamental, na ocasião da inauguração da ponte, para a construção do Hotel-Casino – um hotel de 90 apartamentos com infraestrutura luxuosa, sem precedentes no estado.

Assim, os investimentos canalizados para as obras de construção do Hotel-Casino e o período de recessão causado pela Segunda Guerra Mundial, retardaram alguns investimentos em obras de urbanização e eliminaram a possibilidade de outros planos. Helenauro previa a criação de um lago de águas termais resultante do desvio do leito do rio

Itapicuru, que objetivava a proteção das nascentes e a criação de um “grande apelo paisagístico”, certamente influenciado por sua visita ao Barreiro de Araxá, em 1942.

Entretanto, até o ano de 1944, a estância de Cipó já havia recebido investimentos em urbanização e construção quatro vezes maiores que a estância de Itaparica, aporte que era ascendente desde o início da urbanização, como mostram os gráficos da Figura 47.

Dificuldades em promover a encampação do balneário aliadas aos problemas enfrentados no período da guerra e, posteriormente, com a mudança de governo e arrefecimento da atividade balneária mudaram os rumos e objetivos do Estado para com a estância, desviando o foco do Plano de Reorganização.

***A Administração de Accioly Vieira de Andrade*⁵⁹ (1946 a 1951)**

Os anos da administração de Accioly Vieira de Andrade foram de consolidação da estrutura urbana da estância com a construção de alguns edifícios previstos e aumento da infraestrutura para atendimento da demanda crescente de população local⁶⁰ e de visitantes, destacando-se, nesse período, a atenção dada aos distritos situados nas zonas rurais do município. De acordo com o que fora preconizado pelo Plano de Reorganização da Estância de 1942, tomou impulso nesse período a construção de edifícios e equipamentos públicos.

Em 1948, deu-se preferência às obras de maior necessidade local, como abastecimento de água e ampliação do serviço de luz elétrica, além de abertura de mais uma rua, serviços de arborização e construção de passeios. Sendo concluídas, em 13 de julho, as obras no Hotel Balneário (não mais chamado Hotel-Casino) pela construtora Christiani & Nielsen, “faltando apenas a instalação dos ascensores”. (MANGABEIRA, 1948 p. 15-16)

Nesse período, foram construídos e inaugurados, em Cipó, o Edifício da Prefeitura Municipal, o Mercado Municipal, o Posto de Puericultura, a capela do Cemitério N. Sra. do Carmo, o Reservatório Elevado da Estação de Tratamento de Água do Mungu, a Usina Diesel-elétrica do Bairro Santos Dumont, entre outros. Ainda na sede,

.....
59 Accioly Vieira de Andrade (1907-1996) nasceu na cidade de Bom Conselho (atual Cícero Dantas-BA) e diplomou-se pela Escola Politécnica da Bahia em 1935. Antes de integrar o quadro da SVOP foi Técnico da Prefeitura de Salvador, onde trabalhou em projetos e obras de urbanização, como a reforma do Passeio Público e o Projeto para a Praça Adriano Gordilho, na Penha (Revista Técnica, 1943). Em 1946, foi prefeito da cidade de Feira de Santana por cinco meses, antes de assumir o cargo na Estância Hidromineral de Cipó, onde permaneceu até 1951. Foi diretor do DER-BA de 1954 a 1958 e seguiu carreira política, atuando como Deputado Estadual de 1959 a 1979.

60 Em 1948, a população do município de Cipó era estimada em 16.000 habitantes. O município compreendia, além do distrito sede, os distritos de Amparo e Heliópolis.

foram realizadas obras de abertura de ruas e acessos aos equipamentos e parque do Hotel-Balneário.

Além disso, foram construídas escolas na zona rural e nos distritos de Amparo, Boa Hora e Heliópolis; Mercados Municipais nos distritos de Amparo e Heliópolis; estrada ligando o distrito de Amparo a Cipó e a Heliópolis e concluído o Sistema de captação, tratamento, reservatório e adução de água do Mulungu, em Cipó.

Em 1950, ano de eleições gerais, a Estância Hidromineral de Cipó foi palco de inaugurações de diversas obras com a participação dos secretários Pimenta da Cunha, da Viação e Obras Públicas e Dantas Júnior, da Fazenda. Preparava-se, então, o funcionamento do Hotel-Balneário, que seria inaugurado em 1952 com a denominação de Grande Hotel de Cipó.

ARQUITETURA E DESENHO URBANO NA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE CIPÓ

Foram poucas as construções não residenciais realizadas em Cipó antes da criação oficial da estância, estando estas sempre associadas às práticas termais. Tais construções, após a consolidação do empreendimento do Estado, seriam reformadas e modificariam suas características a fim de se harmonizarem com a estética impressa pela arquitetura dos edifícios públicos que iam sendo construídos. Por outro lado, as novas construções populares elegeriam as platibandas – com seus contornos geométricos a esconder os telhados coloniais nas fachadas – e os frisos e relevos, característicos do estilo *Art Déco* em sua vertente popular, tão em voga no interior do país.

Desde o início da urbanização da estância, em 1935, a arquitetura dos edifícios públicos indicou uma unidade estética identificada com a produção realizada pelo Governo do Estado da Bahia, na capital e no interior, e coerente com a produção patrocinada pelos governos nacional e dos demais estados, produção esta que se desenvolveu após a Revolução de 30, no período em que Getúlio Vargas esteve no poder.

Este também é um período de grande difusão da arquitetura *Art Déco* no Brasil, como uma das expressões da arquitetura moderna que encontrou espaço no cenário de mudanças sociais e políticas por que passava o país, tendo adquirido grande penetração nos diversos setores e camadas da sociedade, devido à sua adaptação à falta de recursos econômicos e materiais. Como já dito anteriormente, destaca-se nesse momento a construção

da nova capital goiana, marcada pela presença do *Art Déco* em seus edifícios públicos e nas construções populares.

Percebe-se, por exemplo, a semelhança compositiva entre os primeiros edifícios de Goiânia e de Cipó, embora esta também esteja presente em algumas construções do final dos anos 1940. É importante salientar que a arquitetura moderna *Art Déco*, com todas as suas variantes estéticas, disseminou-se por todo o país e a comparação feita com edifícios da capital goiana justifica-se pela sua condição de cidade construída *ex-novo*, com recursos públicos e no mesmo período da construção de Cipó e pela reconhecida relevância de seu acervo arquitetônico e urbanístico, tombado pelo IPHAN.

Também na arquitetura residencial, em estilo diverso do encontrado nos edifícios públicos, há semelhanças de composição entre construções contemporâneas das duas cidades. Isso demonstra, além das relações entre arquitetura e poder, um alinhamento no que tange às expectativas da população frente à modernidade.

As primeiras residências de Goiânia são em estilo conhecido como normando, com telhas cerâmicas planas, que também esteve em voga na arquitetura residencial brasileira do período.

Na Salvador do final dos anos 1920 e início dos anos 1930, a nova arquitetura dos edifícios públicos, institucionais, residenciais e equipamentos, anunciava um desejo de rompimento, muitas vezes simbólico, com o passado. Exemplo marcante do período foi a construção do Elevador Lacerda, em 1929, pela construtora Christiani & Nielsen, que viria a construir, cerca de quinze anos mais tarde, o Grande Hotel de Cipó.

Nos edifícios públicos construídos após a Revolução de 30, a geometrização e simplificação ornamental de elementos da arquitetura clássica aliadas às composições simétricas que valorizavam o eixo de acesso aos edifícios, quase sempre guarnecidos por uma marquise, foram algumas das características associadas ao estilo *Art Déco* que se viam reproduzidas.

Nesse aspecto, a unidade estética evidente nos edifícios projetados para Cipó aparece como representativa da postura do Estado na predileção por uma arquitetura pública desvinculada da imagem da Velha República – embora politicamente o coronelismo não tenha sido extinto – que se sucedeu na disseminação de novas construções pelo interior do estado e na capital, guardada a superior importância política desta última. É importante lembrar que, a partir da Constituição de 1934, as estâncias hidrominerais podiam

ser administradas por prefeitos indicados pelo chefe do executivo estadual, assim como as cidades capitais.

A autoria dos projetos dos edifícios é geralmente vinculada à Diretoria de Obras Públicas e Urbanismo (DOPU), que possuía arquitetos em seu quadro funcional. Entretanto, é possível que alguns dos projetos de edifícios sejam de autoria do engenheiro Oscar Caetano da Silva, embora só possa ser comprovada a sua autoria no projeto da Praça Ju-racy Magalhães, além do plano de urbanismo.

O texto de Guimarães Cova, que descreve com detalhes o que estava sendo construído em Cipó, alimenta suspeitas relativas à autoria de alguns projetos por parte de Oscar Caetano:

Na banca do illustre e dynamico prefeito, já se acham, igualmente em estudos, os projetos dos prédios da Prefeitura, do mercado, matadouro, quartel e prisões e Cemitério N. Sra. do Carmo, bem assim um campo de aviação e outro com todos os jogos de esportes. (COVA, 1936)

Embora sem referências explícitas quanto à autoria, pode-se supor que tenham sido projetados por Oscar Caetano, mesmo entre aqueles que não foram construídos sob sua orientação. Portanto, assim como o plano de urbanismo foi seguido pelos seus sucessores, é possível que alguns dos projetos também o tenham sido.

Edifícios Públicos, Particulares e Equipamentos construídos em Cipó entre as décadas de 1920 e 1950

As primeiras construções às margens do rio Itapicuru, próximas às fontes de Cipó, remontam à primeira metade do século XIX e tinham a finalidade de abrigar os doentes que necessitavam permanecer por vários dias em uso das águas medicinais. As obras foram custeadas pelo Governo da Província, tendo a construção de uma delas, que servia de hospital, ficado a cargo de Ignácio Moreira do Passo. (PONDÉ, 1923, p. 47) As “Casas da Nação”, como eram conhecidas, foram destruídas em uma das enchentes do rio de modo que em 1893, existiam apenas as suas ruínas.

Ahi foram construídos dois grandes edifícios para hospedagem de banhistas, e outro para a residência de um médico administrador.

[...] Em 1893, quando ali estive o nosso informante, nada mais existia, senão as cumieiras e cavernas dos restantes edifícios, próprios do patrimônio estadual [...]. (CALDAS..., 1932)

Já no início do século XX, a construção de um edifício para engarrafamento de água pela Empresa das Águas do Cipó causou grande euforia na região, representando uma iniciativa pioneira na exploração das águas com a perspectiva de criação do primeiro balneário do estado. A promessa não cumprida por parte do governo de construção de uma estrada de ferro que daria escoamento ao produto fez com que o empreendimento fosse abandonado, entrando em ruína o Edifício da Empresa (ver Figuras 27 e 28), construído por volta de 1912.

Após a urbanização da estância, as ruínas que ficaram à margem da Avenida de Contorno (atual Av. Genésio Salles) foram absorvidas como escritório e oficinas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e, posteriormente, do Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DER-BA), atual proprietário do edifício (ver Figura 66).

A cobertura aparente, os lanternins e os oitões da construção original já não existiam quando foi dado novo uso ao edifício. Assim como aconteceu com outros edifícios, as suas fachadas foram modificadas, ganhando platibandas escalonadas no lugar dos beirais dos telhados e vergas retas em lugar dos arcos nos vãos das janelas e portas, adaptando-se claramente à estética das demais construções da cidade, embora a decisão de manter a estrutura original – motivada por economia ou pela preservação de uma construção histórica – tenha implicado na inexistência de recuo em relação ao limite do terreno.

O edifício passou por sucessivas alterações com aberturas de vãos e mudanças de acesso, entretanto, permanecem as paredes perimetrais da construção primitiva, vestígios da mais antiga construção não residencial ainda existente na estância, vinculada às tentativas de exploração comercial das águas termais.

Edifícios da Empresa Balneária do Cipó

Com a concessão dada a Genésio Salles em 1928, foi fundada a Empresa Balneária do Cipó e construídos equipamentos importantes para a constituição da estância hidromineral e criação do ambiente propício ao público que passaria a frequentar o local: o Balneário; o

Hotel Thermal, instalado no *Chalé* de férias da Família Salles (ver Figura 30); o Radium Hotel; o Teatro e a uma Usina Elétrica, que garantia a iluminação das instalações da empresa.

Situado à margem direita do Rio Itapicuru, o Balneário do Cipó (atual Balneário Genésio Salles), projetado pelo engenheiro Luiz Affonso de Sá Adami, foi a primeira construção da Empresa com a finalidade de atender às exigências contratuais da Concessão, tendo sido inaugurado em 29 de junho de 1929. O balneário teve a sua primeira configuração dada por uma piscina de água termal corrente, um conjunto de banheiros desmontáveis de madeira assentados sobre as nascentes termais e uma *buvette*, ou bebedouro.

Em 1937, o balneário passou por uma ampliação com a construção de um edifício de dois pavimentos em concreto armado encravado na encosta do rio, cuja cobertura-terraço ao nível da Av. Contorno servia de acesso e de belvedere sobre o Itapicuru (ver Figuras 67 e 68). As novas instalações visavam dar maior conforto aos banhistas e ampliar a sua capacidade em função da demanda crescente, proporcionada pela criação da Estância Hidromineral dois anos antes e possuíam salão de repouso, consultório médico, novos vestiários, sanitários e mais um grupo de banheiros para banhos de imersão.

O edifício, de composição assimétrica enfatizada pela proeminência do volume da circulação vertical, tem a sua estrutura de concreto armado valorizada e exposta pelo grande número de envasaduras.

Visto do nível da piscina o volume da escada é simétrico e verticalizado, tendo esses aspectos enfatizados pelas três janelas ao nível do primeiro pavimento e pela cimalha que serve de guarda-corpo ao belvedere.

Elementos como os degraus de convite e a marquise de cobertura do acesso ao volume da circulação vertical, bem como as vigas em balanço com redução escalonar de seção transversal enfatizam as características *Art Déco* do edifício. Além disso, a platibanda da cobertura que serve de murada do belvedere possui desenho escalonado característico das construções do período.

Com o declínio da atividade balneária, o edifício teve o terraço coberto e transformado em salão de bailes, ficando a infraestrutura de apoio aos banhistas abandonada. Na década de 1970, a piscina foi ampliada no sentido longitudinal e os banheiros de madeira foram substituídos por outros de alvenaria de blocos cerâmicos com uma cobertura contínua em laje de concreto armado, cuja face superior foi decorada com um relevo em argamassa do artista plástico Sinésio Alves. Esta é a configuração atual do balneário, que se encontra em estado de abandono.

Em 1933, dentro de suas obrigações como concessionário, Genésio Salles inaugurou o Radium Hotel, um edifício de três pavimentos em estrutura de concreto armado com 52 apartamentos com instalações de água corrente, iluminação elétrica, cozinha, salões de jantar e de festas e jardim de inverno. Construção de planta retangular com pátio central (jardim de inverno), o hotel possuía cobertura em telha colonial com beirais aparentes e fachada frontal decorada em estilo neoclássico ornadas com cariátides, esculturas de esfinges aladas e outros elementos em relevo que remetem à cultura egípcia. Internamente, os salões eram também decorados com esculturas e cariátides e as paredes e tetos com relevos e pinturas de motivos clássicos (ver Figura 69).

O edifício foi implantado de frente para a Praça da Feira e para o rio em direção perpendicular à das construções residenciais existentes na mesma praça e em localização próxima à da primeira Igreja de N. Sra. da Saúde, que seria demolida em seguida.

Após a construção da Praça Juracy Magalhães (1935), foi anexado ao hotel o *Casino* – construção de planta retangular recuada em relação às divisas do lote, com a finalidade de incrementar as atividades desenvolvidas pelos hóspedes com salão de jogos, pista de dança e bar. O acesso independente é protegido por uma cobertura semicircular com platibanda arrematada por friso horizontal e apoiada em colunas neoclássicas de ornamentos simplificados, de acordo com a estética da nova cidade que se construía. Nessa ocasião, o terreno foi cercado por murada baixa composta de volumes prismáticos de alvenaria e concreto armado.

Sobre o *Casino* foi edificado, posteriormente, um pavimento com 12 apartamentos de instalações mais confortáveis, ocasião em que foram reformadas todas as fachadas da construção inicial a fim de dar unidade ao conjunto edificado do Radium Hotel (ver Figura 70).

As colunas do acesso à construção anexa repetiram-se no apoio da estrutura da nova varanda do pavimento térreo. Esse novo espaço passa a conformar uma base para o edifício, dando a impressão que o mesmo possui um pavimento a menos. Em oposição a esse efeito, as fachadas ganham platibandas ornamentadas com volumes que acentuam a sua verticalidade.

Os relevos geometrizados e fitomórficos aplicados às fachadas, o tratamento escalonado dos volumes verticais que se elevam acima das platibandas, as colunas clássicas despojadas, são elementos da arquitetura *Art Déco* utilizados para dar uma nova feição ao edifício, condizente com a centralidade da sua localização e importância de sua função na Estância

de Cipó (ver Figuras 71 e 72). Esta geometrização de ornamentos não se reflete na decoração do interior do edifício, que permaneceu original, onde as colunas similares às externas possuem capitéis estilizados e as vigas imitam cornijas clássicas (ver Figuras 73 e 74).

O Radium Hotel foi até a entrada em funcionamento do Grande Hotel, em 1952, o maior e mais confortável hotel da estância, fazendo parte dos pacotes das “estações de banho” da Empresa Balneária do Cipó. Com o declínio da atividade balneária e a perda da concessão comercial das águas entrou em decadência, passando a funcionar parcialmente. O *Casino* chegou a ser arrendado, servindo de espaço para bailes e jogos e o Salão de Refeições funcionou como espaço de celebrações religiosas, quando da demolição da segunda igreja de N. Sra. da Saúde, na década de 1980.

Atualmente, obras de reformas iniciadas na década de 1980 estão suspensas. O edifício, em estado de degradação, está interditado e é objeto de disputa de propriedade (ver Figuras 75 e 76).

Outro equipamento fundamental para as atividades culturais dos hóspedes do Radium Hotel, o teatro (atualmente denominado Teatro Genésio Salles) onde eram realizados recitais de poesia e concertos musicais, está localizado na R. Duque de Caxias, uma das ruas que teve o seu traçado preservado pelo plano urbanístico de 1935. Como acontece com o edifício das oficinas do DERBA e outras construções residenciais anteriores ao plano, suas fachadas não guardam recuo em relação às divisas do lote. O programa, bastante simples, é resolvido em planta retangular com cerca de 150,00m², aproveitando-se o desnível do terreno, onde se acomoda a plateia de 160 lugares com palco elevado ao fundo. Possui acesso central principal distribuído em duas circulações laterais.

A fachada frontal é a única que recebe decoração. Relevos estilizam composição clássica de colunas e cornija arrematadas por frontispício escalonar, resultando em composição simétrica com valorização da verticalidade. Esta composição aproxima-se das fachadas de construções populares que se utilizam de poucos recursos na intenção de obter um resultado estético moderno, classificado como vertente popular da arquitetura *Art Déco*.

O edifício foi ainda adaptado para exibição de filmes com a construção de uma Sala de Projeções sobre o acesso principal. Pertence à família Salles e, mesmo estando em condições precárias, é utilizado como auditório anexo à Escola Estadual Edvaldo Boaventura, com a qual se comunica através de saída lateral (ver Figura 77).

Igreja de Nossa Senhora da Saúde

Em 1935 foi concluída a construção de uma nova igreja dedicada a Nossa Senhora da Saúde em terreno localizado à Rua Duque de Caxias em substituição à primeira que se situava nas imediações da Praça Juracy Magalhães. A igreja perdeu, definitivamente, a sua posição central e de destaque na cidade, dando lugar aos equipamentos destinados à atividade balneária. A primeira igreja, cuja construção data de 1912, possuía traços simples – compatíveis com a posição secundária ocupada pelo povoado àquela época – e pequenas dimensões, principalmente se comparada com as igrejas das localidades vizinhas, sedes de municípios seculares como Soure, Pombal e Tucano.

Em publicação da época (*O Intransigente*, 05 maio 1934) encontram-se as notas de um viajante que relata as ações iniciais da construção da Igreja: “Acaba de chegar o Omnibus, trazendo o escultor Bellandi⁶¹, engenheiros, eletricitas e diversos operários, para se encarregarem da construção da igreja, que, segundo a planta, será uma belíssima obra de arte.”

A nova igreja, que viria a ser demolida na década de 1980 para a construção de um templo de maior área, constituía-se de nave única adossada a volume menor, à guisa de ábside, que compunha o espaço do altar. O edifício, recuado das dividas do lote, era elevado em relação à rua e precedido por poucos degraus distribuídos entre a balaustrada frontal e sua fachada. O plano da fachada frontal, dividido em três partes por colunas em relevo arrematadas por pináculos piramidais, evoca a verticalidade tão cara aos templos católicos. Elementos geométricos, como arcos ogivais e plenos; *ocula* e frontões triangulares em relevo reforçam esta característica à medida que expressam linguagem neoclássica europeia presente no Brasil da virada para o século XX (ver Figura 78).

Praça Juracy Magalhães (1935)

As primeiras obras da Estância Hidromineral de Cipó foram de abertura, infraestrutura e pavimentação dos logradouros mais importantes do núcleo central, partindo da urbanização da Praça Juracy Magalhães, obra fundamental para transformar a pequena vila em cidade balneária, desenhada por Oscar Caetano.

.....

61 Trata-se do arquiteto e escultor italiano Belando Bellandi, que encontrava-se na Bahia, onde realizou trabalhos juntamente com outros profissionais italianos. Também trabalhou em Sergipe na restauração da fachada eclética do Palácio do Governo e teria realizado as esculturas do interior do Radium Hotel de Cipó.

Com base no Plano de Expansão e Melhoramentos deu-se início, em 1935, à construção da atual Praça Juracy Magalhães em formato trapezoidal, medindo cerca de 70m de comprimento por 40m de largura com pavimentação em cimentado, sistema de drenagem pluvial subterrânea, canteiros ajardinados, bancos de ripões de madeira sobre estrutura de ferro fundido e passeio perimetral de 3m de largura pavimentado com ladrilhos hidráulicos tipo *trottois* e arborizado ao longo do meio fio perimetral. Seu eixo longitudinal é marcado pelo alinhamento de três elementos: um espelho d'água retangular; a fonte luminosa e a pérgula com espelho d'água oval. Os espelhos d'água são bordejados por pavimentação em placas de concreto moldadas *in loco*, de formas poligonais irregulares, espaçadas e equidistantes.

A fonte luminosa é composta por uma escultura de concreto armado em forma de taça – ornada com frisos e bordas ao gosto *déco* – no centro de um espelho d'água circular, localizado no cruzamento dos eixos longitudinal e transversal da praça, ponto focal da perspectiva da Av. D. Pedro II.

A pérgula, em concreto armado, possui planta arqueada e está apoiada sobre uma base pavimentada com ladrilhos hidráulicos hexagonais de pigmentação avermelhada, elevada 50cm em relação ao piso da praça. As colunas da pérgula, com cerca de 3m de altura, possuem bases ornadas com motivos fitomórficos (característica recorrente na arquitetura *Art Déco*) e iluminação elétrica decorativa embutida nas faces internas dos fustes cilíndricos.

De acordo com o plano de massa visualizado tanto na “Perspectiva do Projeto” (ver Figura 42) quanto no “Estudo de Aformoseamento” (ver Figura 43), a praça seria fechada em três lados por edifícios isolados com cerca de três pavimentos, a exemplo do Radium Hotel, já existente. A partir do final da década de 1930 e início dos anos 1940, as casas geminadas foram sendo desapropriadas e demolidas, dando lugar, inicialmente, à construção de um Hotel-Casino – que não foi concluído – e do Hotel-Balneário (também chamado de Hotel-Casino e, desde a inauguração, Grande Hotel de Cipó). Até o final dos anos 1940, quase todas as casas já haviam sido demolidas e algumas propriedades transferidas para a Praça do Mercado, porém, em seu lugar, não foram construídos novos edifícios e sim jardins e um parque infantil (ver Figuras 45 e 46).

Ao longo dos anos, a praça passou por modificações significativas como a troca dos postes de iluminação e do ajardinamento em que foram substituídas espécies da flora regional por um jardim com menos identidade, nos anos 1980. No entorno, os jardins e

parque infantil adjacentes deram lugar a piscinas públicas com tubo-águas coloridos e a bares de construção vulgar. Em março de 2008, foram iniciadas obras com vistas a recuperar a pavimentação em *trottoirs* e colocar dispositivos de acessibilidade para cadeirantes.

Primeiros Equipamentos e Edifícios Públicos (1935-1940)

Como foi dito, edifícios públicos e equipamentos foram planejados e construídos pela prefeitura municipal ao longo das administrações dos engenheiros civis ligados à SVOP, atendendo às necessidades urbanas e mantendo certa unidade estética.

A Usina Diesel-Elétrica (ver Figuras 84 e 85), localizada em trecho alargado da Av. D. Pedro II, é um pequeno edifício originalmente destinado ao abrigo e manutenção de um gerador de energia elétrica, inaugurado em 1935, que foi responsável pela iluminação pública e particular durante, pelo menos, 15 anos. Mesmo com pequenas dimensões, o edifício possui localização destacada (ver Figuras 60), devido, provavelmente, à importância da sua função naquela época em que poucas cidades do estado possuíam iluminação elétrica, sendo também o primeiro edifício construído pela prefeitura após a criação da Estância.

A construção de planta retangular medindo 5x10m situa-se em terreno quadrado de 24m de lado, obedecendo a um recuo frontal de 5m e centralizado em relação às laterais do lote, deixando acessos para instalação do gerador, serviços de manutenção e abastecimento e eventual troca do equipamento por outro de maiores dimensões em função da demanda da cidade.

A composição é simétrica com ênfase na verticalidade dada pelo escalonamento das platibandas em direção ao eixo central, ainda valorizado por friso em relevo sobre o acesso. O muro frontal com 1,50m de altura possui espessura proporcional e volumes prismáticos que enfatizam os acessos, com linguagem adequada à da construção.⁶²

Com a construção da Usina Elétrica no Bairro Santos Dumont em 1949-50 e, posteriormente com o fornecimento de energia pela hidroelétrica de Paulo Afonso, a Usina Diesel-Elétrica ficou obsoleta e as suas instalações foram adaptadas para abrigar a Delegacia de Polícia e, atualmente, serve de depósito de materiais de construção da prefeitura.

.....

62 Essa era uma condição comum às construções públicas da época, a exemplo das agências dos Correios difundidas pelo interior do país a partir de 1931, em especial as do tipo II, de apenas um pavimento. Segundo Pereira (1999, p. 106), “o art déco – estilo moderno na época – era evocado nesses prédios, começando pelo tratamento das muretas que marcavam o terreno [...] cabia à marquise conferir imponência e sentido público à construção, estruturando a composição axial, em torno da qual a planta se organizava simetricamente [...]”.

O segundo edifício construído pela Prefeitura da Estância Hidromineral de Cipó foi o Prédio Escolar (ver Figuras 86 e 87), tendo sido inaugurado em 1936. Possui localização central no Plano de Expansão e Melhoramentos de Oscar Caetano e contribui para a expansão do núcleo central (ver Figuras 60), embora sua localização tenha sido considerada distante das residências pelos antigos moradores. O projeto, atribuído à DOPU, aparece na publicação do *Plano de Urbanismo da Cidade de Itaparica* (QUEIROZ, 1939) entre os estudos para os Principais Edifícios Públicos daquela cidade, reforçando a argumentação de Peltier por uma unidade estética do conjunto construído.

Sobre a sua construção e implantação, Oscar Caetano, em carta ao governador Juracy Magalhães (4 fev. 1936), escreve:

a construção do Prédio Escolar, desencantou, felizmente, estando em franco progresso. Localizei-o em ponto elevado, cuidadosa e devidamente orientado e em situação que, modificando, para melhor, o traçado das ruas do ante-projeto, no trecho escolhido, se me afigura perfeita. (Acervo CPDOC-FGV)

É um edifício térreo, com cerca de 250m² de área construída, implantado em terreno plano de formato irregular adaptado à sua função e elevado cerca de 1m em relação ao nível do solo, composto de dois corpos interligados por um pátio coberto com telha cerâmica vã sobre estrutura em tesouras de madeira aparente. O corpo frontal, além da escadaria e átrio, possui duas salas administrativas e duas salas de aula para 40 alunos cada uma, com portas diametralmente opostas, em relação ao corredor central que as separa, e janelas voltadas para a direção sul. O corpo posterior possui sanitários, cantina e duas salas de aula iguais às do corpo frontal, com porta de acesso aos fundos do terreno ao final do corredor. Todas as dependências são pavimentadas com ladrilho hidráulico e marmorite, oriundos da fábrica instalada pelo prefeito técnico na cidade.

A composição do edifício lhe atribui certa monumentalidade, apesar de se tratar de uma edificação térrea. Esse efeito é dado especialmente pelo átrio elevado, com suas colunas despojadas cujas bases se apoiam sobre a escadaria e pelo jogo de volumes do corpo frontal.

Um jogo de volumes, planos e frisos dão unidade à composição, tirando partido de elementos construtivos como os dutos de seção retangular das águas pluviais que se contrapõem aos frisos horizontais em argamassa; e as janelas que remetem à composição do átrio em escala reduzida e sugerem a organização tripartida dos relevos decorativos.

A baixa altura do muro que delimita o lote preserva a leitura do edifício desde o exterior e seus elementos piramidais e escalonados em pontos determinados complementam a composição do edifício, como acontece com grande parte dos edifícios públicos do período.

Alguns serviços de manutenção e adequação foram feitos pelo proprietário com prejuízo das características originais do edifício: elevação do muro divisório do terreno, tornando o edifício invisível do exterior; substituição das janelas basculantes de aço perfilado e vidro por cobogós de concreto nas salas de aula; substituição dos tubos de queda de águas pluviais por buzinotes de pvc; colocação de grades de ferro sobre as balaustradas do pátio coberto e vedação das áreas descobertas contíguas ao mesmo.

A arquitetura do Prédio Escolar está contextualizada com a produção realizada pelo Governo do Estado, relacionando-se também com edifícios construídos à mesma época em outras cidades brasileiras, a exemplo de Goiânia, que, devido à escassez de recursos, fazia expressar a monumentalidade e modernidade pretendidas para os edifícios estatais na simetria, na presença de colunas marcando o acesso principal e o eixo da fachada frontal e na simplicidade e economia de ornamentos – estes restritos a elementos de referência abstrata.

Na sequência cronológica das construções públicas, o edifício do Quartel, Delegacia de Polícia e Cadeia Pública (ver Figuras 88 a 91) surge no final dos anos 1930 como um dos mais importantes no conjunto urbano de Cipó não só pelo tratamento formal do edifício, mas também por sua localização significativa na expansão leste do núcleo urbano – ao longo da Av. de Contorno ou Beira-Rio (atual Av. Dr. Genésio Salles) – e pela implantação sobre a encosta do rio que lhe serve de fosso, colocando o edifício em destaque, apresentando posição estratégica de defesa.

Trata-se de um edifício térreo com área aproximada de 250m², centralizado do lote, composto de corpo principal constituído pela intersecção de volumes prismáticos – que resulta em composição simétrica com valorização de volume central – e caixa d'água constituindo torre prismática de base quadrada de 2,5m de lado e 10m de altura (com antena para transmissão de rádio).

Nesse edifício de grande massa, frisos em alto relevo acentuam a sua horizontalidade e a sua solidez, características das edificações militares. Em contrapartida, as colunas das fachadas frontal e laterais, também em alto relevo em relação aos planos dos volumes componentes, reforçam a simetria e a valorização do corpo central. O aspecto monumental valorizado pela elevação do volume proeminente tem a sua solidez equilibrada pelas

fenestração do átrio, especialmente as de canto, que, juntamente com a delgada marquise que sobranceia o acesso, permitem que se percebam as características do sistema construtivo em concreto armado.

A torre do reservatório destaca-se do conjunto de maneira harmônica, coroada com os mesmos frisos das fachadas do edifício; estes abrem espaço para a instalação da antena de radio-transmissão, tornando-a elemento da composição.

Os registros fotográficos demonstram que sua construção é posterior à ampliação do balneário de 1937, possivelmente entre 1939 e 1940. Atualmente é a sede da 21ª Companhia Independente da Polícia Militar da Bahia (CIPM), tendo passado por pequenas obras de adaptação e manutenção, sendo significativa a construção de um alojamento anexo ao edifício nos anos 1980. Durante o período da Segunda Guerra, uma grande área em terreno contíguo e vinculado ao Quartel – onde hoje funciona o Colégio Cipoense – serviu de aquartelamento de tropas das forças armadas brasileiras.

Edifícios e Equipamentos de 1940 a 1952

Os anos 1940 consolidam a urbanização e o crescimento da estância com a construção de mais edifícios públicos nas administrações de Helenauro Sampaio e Accioly de Andrade, período em que construções particulares também se disseminam com a construção de residências de veraneio, residências fixas e hotéis particulares.

Em 1942, foi inaugurado o trecho Cipó-Cachoeira de Paulo Afonso da Rodovia Bahia-Alagoas, com a abertura ao tráfego da Ponte Presidente Vargas⁶³ sobre o rio Itapicuru (ver Figuras 92 e 93) e foi lançada a pedra fundamental do Hotel-Balneário de Cipó, que, assim como a referida ponte, teve a sua construção a cargo da construtora Christiani & Nielsen.⁶⁴

A localização da ponte obedece ao que fora previsto nos primeiros desenhos de Oscar Caetano (ver Figura 42), ao final da antiga Avenida da Ponte (atual R. Rui Barbosa – BR 110). O projeto e a fiscalização da obra ficaram a cargo de Helenauro Sampaio.

.....
63 A ponte foi batizada com o nome do presidente devido à sua importância, pois era a maior já construída pelo Estado até então. Na mesma excursão em que se inauguravam obras públicas no nordeste do Estado realizada por Landulpho Alves, a segunda maior ponte construída, com 80 metros de vão, recebeu o seu próprio nome.

64 A construtora Christiani & Nielsen foi responsável pela construção na Bahia, entre as décadas de 1930 e 1940, de grande parte da malha rodoviária do Estado e de importantes edifícios modernos, como, por exemplo, o Elevador Lacerda (1929), o Armazém-Sede do Instituto do Cacau da Bahia (1933-36), e o Instituto de Educação da Bahia (1936-39), entre outros.

São 140m de vão sobre o rio em estrutura de concreto armado – sendo 50m o vão dos arcos centrais parabólicos – com largura total de 8m, dos quais 5m de pista de rolamento e 1,5m de passeios nas laterais. As cabeceiras são demarcadas por “arranques” com desenho de referência *Art-déco* semelhante às muradas dos edifícios públicos da cidade.

Na ocasião da inauguração da ponte (fevereiro de 1942) também entrou em funcionamento o Açougue Municipal (atual Cesta do Povo) (ver Figuras 94 e 95), outro equipamento importante para o crescimento da cidade de acordo com o plano urbanístico de 1935. Localizado em uma das esquinas da Praça do Mercado (atual Praça da Bandeira), o edifício define o alinhamento das construções comerciais e mistas que ali se realizariam, delimitando a praça no lado sul. As suas fachadas, que já passaram por diversas alterações, preservam os relevos e formas com platibandas escalonadas que certamente influenciaram as casas vizinhas (ver Figuras 96 a 99) que se enquadram na vertente popular do estilo *Art déco*, cujas construções são posteriores.

• HOTEL-BALNEÁRIO – GRANDE HOTEL DE CIPÓ (1942-1952)

Em desacordo com o que pretendia o Plano de Reorganização elaborado por Helenauro Sampaio em 1942 – que privilegiava a urbanização em antecipação à construção dos edifícios, mas atendendo “à notável repercussão no turismo nacional” (DEIP, 1942) trazida pela construção da rodovia Bahia-Alagoas, o Governo do Estado lança, em 1942, a pedra fundamental para a construção do Hotel-Balneário (ver Figuras 100 a 107),

[...] um moderníssimo hotel de luxo, dotado de condições técnicas sem precedentes no País apenas comparáveis ao que existe de melhor no gênero nas estâncias Européias do Mediterrâneo [...] o projeto obedece a uma orientação nitidamente funcional [...]. A fachada, pela sobriedade das linhas e proporções, é belíssima e o edifício, em seu conjunto, terá um caráter monumental. (BAHIA, 1942, p. 15)

Devido às suas dimensões, implantação e localização, o edifício interfere significativamente no espaço da cidade, reforçando o caráter monumental do traçado da Av. D. Pedro II e modificando a escala da Praça Juracy Magalhães, a ponto de se tornar necessária a ampliação desta sobre os lotes onde estava prevista a construção de edifícios pelo plano original. É a maior construção da cidade, com, aproximadamente, 11.000,00m² distribuídos em nove pavimentos, seis acima do acesso frontal, à época

Com instalações de refrigeração do ar, 90 apartamentos, dos quais 4 de grande luxo, piscina de água termal, ginásio, terraços-jardins de recreio e descanso, salas de refeição e recreio especiais para crianças, garages para carros de hóspedes, quartos e salões para choffeurs e empregados, etc. (BAHIA, 1942, p. 15)

Composta pela interseção de volumes prismáticos de bases retangulares e de alturas variadas, a construção possui frente de 96 metros voltada para a Praça Juracy Magalhães, com acesso principal alinhado com o eixo da praça e da Av. D. Pedro II.

O volume central do edifício abriga os acessos ao hotel, a distribuição para as diversas áreas sociais ao nível do pavimento térreo e as circulações verticais com escadarias e elevadores. É o volume mais alto, com seis pavimentos em relação ao acesso da praça, cujo último pavimento serve de mirante da cidade e seus arredores.

Dois volumes laterais de cinco pavimentos, suspensos por *pilotis*, abrigam as alas de hospedagem nos andares superiores, áreas sociais e de serviços no pavimento térreo e nos subsolos. Os apartamentos são voltados para o Norte (fachada posterior aos acessos) e a circulação horizontal que parte do volume central possui aberturas voltadas para a praça. As envasaduras da galeria de circulação possuem formas que variam a cada pavimento, com a predominância de arcos plenos.

Um volume de pé direito duplo, à direita, abriga os salões de festas e o cassino e outro volume, com quatro pavimentos, abriga salas de estar ao nível dos apartamentos, abrindo-se para um terraço-jardim sobre o pavimento térreo.

Formalmente, a predominante composição de grandes massas remete às construções em concreto armado que se difundiram no início dos anos 1930, mas é uma construção difícil de ser caracterizada. Observa-se a utilização de elementos do repertório modernista como os terraços-jardim e os *pilotis*, mas esses são disfarçados em pilastras na composição da fachada frontal.

Na fachada frontal das alas de hospedagem, a vedação adquire elementos que lhe atribuem maior espessura para proteger a galeria de circulação do sol poente e amenizar o calor. Esses elementos em concreto armado configuram um tipo de “fachada postiça” de treliças diagonais, quebra-sóis verticais e aduelas em forma de arco, cuja composição remete a uma organização hierárquica neoclássica.

A escassez de ornamentos e a presença de elementos como a escadaria e marquise do acesso, assim como elementos do interior do edifício, a exemplo dos guarda-corpos, remetem ainda à arquitetura *Art Déco*.

Na fachada posterior, voltada para a direção norte e para o Rio Itapicuru, nota-se a total ausência de ornamentos, com as esquadrias dos apartamentos a denunciar as suas unidades e grandes terraços aos níveis dos pavimentos térreo, primeiro e primeiro subsolo, a definir a separação entre o embasamento e o volume correspondente à fachada frontal. Nos subsolos, voltados para o bosque, aparecem despojados os *pilotis*.

Em outras estâncias brasileiras foram construídos hotéis-cassinos contemporâneos ao hotel de Cipó, como o Hotel-Cassino Quitandinha (1941-1944), em Petrópolis – em estilo normando – e o Grande Hotel do Barreiro de Araxá, projetado pelo arquiteto Luís Signorelli, em 1939, com predominante referência ao Estilo Missões.

A construção do hotel se prolongou por toda a década de 1940 com dificuldades no fornecimento de materiais durante o período da Guerra e provável paralisação das obras com o fim do Estado Novo e a consequente transição de retorno ao regime democrático. Outro motivo provável de arrefecimento das obras seria a proibição dos jogos de azar decretada pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra em 1946, que inviabilizaria as atividades do cassino.

Quase dez anos após o lançamento da pedra fundamental do Hotel-Balneário a obra é inaugurada, em 24 de junho de 1952, com a denominação de Grande Hotel de Cipó. O evento de inauguração contou com a presença do Presidente Getúlio Vargas e de extensa delegação de políticos e autoridades, além de populares de toda a região. (À MARGEM..., 1952)

Do ano de inauguração até o final dos anos 1960, quando foi fechado, o hotel funcionou atraindo um público seletivo, a exemplo dos hotéis-cassino fechados em 1946, inclusive com a prática de jogos de azar, cujas condições legais de funcionamento não foram ainda identificadas. Os hóspedes vinham de outros estados e da capital e, para tanto, o arrendatário mantinha uma linha de táxi aéreo exclusiva, direta de Salvador.

O hotel permaneceu fechado por muitos anos até que em 1982 passou por reforma promovida pelo Governo do Estado, quando foi reduzido o número de leitos e metade do edifício passou a abrigar o Centro Administrativo Regional do Nordeste da Bahia. Em antigos ambientes sociais, como salões de festas e cassino, passaram a funcionar uma agência bancária e o Fórum da Comarca de Cipó. No final dos anos 1980, o hotel já havia sido fechado novamente por não conseguir manter financeiramente, ficando suas instalações sob-responsabilidade da Prefeitura Municipal. Não sofreu mais mudanças significativas

em suas instalações e atualmente encontra-se parcialmente fechado à exceção da área do antigo cassino, que abriga a Câmara de Vereadores de Cipó e de algumas salas no subsolo ocupadas pela prefeitura.

De acordo com informações prestadas por Evandro Góes, o projeto do hotel teria sido feito pelo engenheiro Helenauro Sampaio, numa exceção aberta pela construtora Christiani & Nielsen que se reservava a construir edifícios cujos projetos estavam sob sua responsabilidade. Essa versão não pôde ser comprovada, o que se sabe, porém é que o engenheiro Helenauro Sampaio esteve em contato com projetistas da construtora, na sede do Rio de Janeiro, em 1942, discutindo detalhes técnicos da construção e fornecimento de materiais na Bahia. (SAMPAIO, 1943)

• AGÊNCIA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (1943)

Durante viagem à Capital Federal em que cuidou de assuntos diversos relacionados à urbanização e construção de edifícios na estância, Helenauro Sampaio também visitou a Seção de Edifícios do Departamento de Correios e Telégrafos para fornecer dados necessários ao orçamento e construção da nova agência postal-telegráfica de Cipó, construída em 1943, dando seguimento ao plano de urbanização da cidade (ver Figuras 108 e 109).

Localizada na confluência das avenidas D. Pedro II e Sete de Setembro (antiga *Park-way*), portanto, em localização central e de fácil acesso, a agência de Cipó foi implantada de maneira a se obter ampla visibilidade do edifício por parte de quem chegava ou passava pela cidade,⁶⁵ aproveitando a condição do terreno triangular em esquina, voltando os fundos para laterais de terrenos vizinhos (ver Figura 60).

É um edifício baseado no *tipo especial I* dos modelos de agências postais introduzidos pela Diretoria de Correios e Telégrafos do Ministério de Viação e Obras Públicas a partir de 1931,⁶⁶ que também serviu de modelo para as agências implantadas nas cidades de Palmeira dos Índios (AL), Lambari (MG), Muriaé (MG) e Cabedelo (PB), entre outras. (PEREIRA, 1999, p. 110)

.....
65 É importante observar que a Av. D. Pedro II e a Av. Sete de Setembro (antiga *Park-way*) já não fazem parte do fluxo de entrada e passagem pela cidade, modificado pela construção da Rodovia BR-110, na década de 1960, sobre a Rua Rui Barbosa (antiga Rua da Ponte).

66 Num projeto nacional de padronização dos serviços públicos telegráficos do primeiro governo Vargas, que visava dotar as principais cidades do interior do país de agências postais com projetos arquitetônicos padronizados e de linguagem arquitetônica moderna, foram criados mais de uma dezena de tipos de agências padrão ao longo dos anos 1930, além dos projetos para agências das cidades capitais. (cf. PEREIRA, 1999).

A distribuição espacial do edifício é semelhante à do *tipo I*, que também possuía dois pavimentos, com agência no pavimento térreo (com hall e áreas independentes para atendimento postal e telegráfico, caixas postais, administração e sanitários para os funcionários) e residência funcional no pavimento superior, composta de sala, três quartos, cozinha e demais dependências, com acesso independente pela lateral do edifício. (PEREIRA, 1999, p. 106) Entretanto, algumas mudanças nas tipologias foram realizadas durante a década de 1930, quando foram criados os tipos especiais dando origem a uma *família* hierarquizada:

Esses tipos de agências iam ganhando, conforme a classe, maior destaque nos pontos focais do edifício: a marcação vertical e o alteamento da platibanda no acesso principal; a introdução em contraponto, de régua horizontais, que enfatizavam a marquise e seguiam marcando na fachada zonas de abertura das esquadrias [...] e, por fim, a introdução, no corpo principal da fachada, de imponentes caracteres em argamassa desenhando o nome: ‘Correios e Telégrafos’. (PEREIRA, 1999, p. 110)

Na agência de Cipó – assim como na de Muriaé (MG) –, nota-se também certa valorização do acesso lateral, destinado à residência funcional, destacando-se o eixo central. No caso baiano, a implantação do edifício coloca as fachadas laterais voltadas para a rua, o que justificaria ainda mais tal tratamento. Ali, o muro característico das construções *Art déco* do período é recuado para os limites da fachada dos fundos.

Ao longo dos anos, a agência passou por reformas nos espaços internos do pavimento térreo e teve a escadaria frontal substituída por rampas, além de ter sido ampliada com a construção de um anexo aos fundos, para adaptar-se às novas exigências e tecnologias implantadas pelos Correios. As janelas em veneziana de madeira e vidro foram substituídas, estando ainda preservados os gradis de proteção originais.

• A PRESENÇA DO ESTILO MISSÕES

Em 1943, Helenauro Sampaio projeta para D. Elvira Costa Paiva o Hotel Balneário (atual Pousada Paiva), um hotel de dois pavimentos com cerca de 700,00m² de área construída e vinte quartos, à Av. D. Pedro II.

O projeto do hotel foi apresentado à SVOP pelo engenheiro a fim de torná-lo modelo para hotéis de cidades do interior. As plantas foram acompanhadas de memorial descritivo

e especificações de materiais. Em seu memorial, chama a atenção o item “7 – ESTILO”, que descreve:

De acordo com os materiais de construção comumente encontrados no Interior, julgamos preferível adotar-se o estilo dito “missões”, que não foge muito às tradições da arquitetura do País, está mais ou menos em voga, e não exige grandes requintes de acabamento, facilitando, assim, a mão de obra.

Não procuramos, porém, fazer apenas fachada.

Desde a distribuição da planta, visamos determinado efeito e a fachada é simples resultante do arranjo planimétrico. (SAMPAIO, 1943, p. 3)

O Hotel Paiva (ver Figuras 110 e 111) não seguia o estilo da arquitetura dos edifícios públicos construídos na cidade até então, mas apresentava um estilo “mais ou menos em voga” e dentro das tradições do país, filiado ao Movimento Neocolonial, que esteve presente em construções residenciais e até em edifícios construídos pelo Estado da Bahia nos anos 1940.

Não foram encontrados registros de que o projeto padrão tenha sido construído em outras cidades do interior, como pretendia Helenauro Sampaio, mas outras construções no Estilo Missões também foram reproduzidas pelo Estado, a exemplo dos Postos de Puericultura das cidades de Campo Formoso, Itabuna (REVISTA FISCAL DA BAHIA, 1949 apud BREITENBACH, 2005 p. 178-179) e Itaparica e Cipó (ver Figura 112).

O projeto padronizado dos postos de puericultura exemplifica a coexistência das vertentes da arquitetura moderna praticada pelo Estado da Bahia no final dos anos 1940.

O posto de Cipó, de linguagem nitidamente neocolonial, foi inaugurado em 1950 com a finalidade de dar assistência à maternidade e à saúde infantil no município. Observa-se, no tratamento do muro, as colunas encimadas por pirâmides, amplamente difundidas nas construções públicas *Art Déco* de pequeno porte, embora aqui o muro seja adaptado à linguagem neocolonial com a decoração feita por telhas do tipo capa e canal.

Em algum momento, as alvenarias que despontavam no telhado aparente de quatro águas foram eliminadas – possivelmente por problemas de infiltração – e o muro foi alteado e descaracterizado.

Também previsto no plano de 1935, o Mercado Municipal (ver Figuras 113 a 115), situado na Praça da Feira (atual Praça da Bandeira), ocupa uma quadra cercada por quatro vias,

onde se consolidou a feira nos anos 1940 e em torno da qual se deu a ocupação por casas geminadas de uso misto.

Devido ao desnível existente no terreno em direção à *Parkway*, no trecho da atual Praça da Bandeira, foi construída uma plataforma plana ao nível da rua mais alta, para onde se estendem as atividades realizadas no mercado.

O edifício é um abrigo para a realização da feira, como acontecia com o telheiro no antigo centro da vila, porém com maior área, infraestrutura e conforto. Possui planta retangular (50m x 30m) com aberturas centrais nos quatro lados, facilita o acesso e permite a circulação cruzada do público para a área externa. Os quatro cantos são ocupados por depósitos (atualmente, lojas), que se abrem para o exterior e por sanitários públicos.

Os acessos e as esquinas do edifício são marcados por marquises de concreto armado e pela utilização de relevos verticais imitando colunas clássicas, que conduzem a frontões estilizados encimados por telhas coloniais transversais – elemento decorativo semelhante ao utilizado no posto de puericultura.

A cobertura em telhas cerâmicas sobre estrutura de madeira aparente está dividida em telhado perimetral e lanternim central com quatro águas, com sistema de captação de águas pluviais no interior e beirais curtos entre os trechos dos frontões, guarnecidos por cornija que lembram os beirais coloniais tipo beira-saveira.

Mais uma vez, elementos da arquitetura *Art Déco* coexistem com elementos neocoloniais do Estilo Missões. Entretanto, até o momento não foram encontradas referências à padronização desse tipo de mercado pelo Estado, embora na estância hidromineral de Itaparica, o estilo missões tenha sido utilizado no Mercado Municipal e no Grande Hotel, além de ampla difusão na arquitetura residencial de veraneio.

Fechando a década de maior urbanização da estância foram construídos e inaugurados outros edifícios públicos, como a Usina Elétrica do Bairro Santos Dumont e, a Capela do Cemitério N. Sra. do Carmo, a Prefeitura Municipal e a Estação de Tratamento de Água do Mulungu.

• USINA ELÉTRICA E CONSTRUÇÕES DE APOIO

A Usina Elétrica e suas construções de apoio que abrigavam oficinas e Casa do Guarda (ver Figuras 116 e 117) foram construídas para aumentar a capacidade de abastecimento

da cidade em crescimento, sendo localizadas nas proximidades do antigo campo de aviação, no bairro Santos Dumont.

Pelas fotografias da época da inauguração, podem-se observar, nas construções térreas, os elementos característicos da arquitetura *Art Déco* – frisos e platibandas escalonadas –, muito semelhantes às decorações encontradas nas residências populares.

Como construção mais importante do conjunto, a usina propriamente dita, possui ainda volume central proeminente com marquise protegendo e marcando o acesso. As arestas dos volumes que compõem a construção são marcadas por elementos que atribuem verticalidade ao edifício. Fechando o terreno, muro com ornamento vazado em concreto, semelhante ao utilizado na reforma do Radium Hotel, na sede da Prefeitura e na Agência dos Correios.

O conjunto da usina elétrica perdeu as suas funções com a chegada das redes de energia gerada na hidrelétrica de Paulo Afonso e foi paulatinamente sendo descaracterizado. No local, funcionam atualmente casas comerciais.

• CAPELA DO CEMITÉRIO N. SRA. DO CARMO (1949)

Outra realização do período, a Capela do Cemitério N. Sra. do Carmo (ver Figuras 118) é uma pequena construção no centro da área do cemitério que está localizado ao final da Rua Três de Maio, num dos pontos mais elevados da cidade, próximo à estação meteorológica. Não somente a altitude, mas a direção dos ventos deve ter condicionado a implantação do cemitério, que foi planejado em 1935, provavelmente nesta mesma localização.

O acesso ao recinto do cemitério se dá através de portal em forma de arco apoiado em dois pilares robustos, contendo desenhos em forma de cruz (ver Figuras 119).

A pequena capela de planta retangular coberta por telhado cerâmico de duas águas possui fachada frontal cruciforme em cujo topo estão instalados o sino e a cruz latina. A fachada possui ainda desenho em relevo de círculos concêntricos – simbolizando passado, presente e futuro –, aplicado acima do número, em algarismos romanos, que informa a data da sua construção.

• PREFEITURA MUNICIPAL (1950)

Outro edifício público inaugurado em 1950, certamente o mais importante no rol de construções realizadas por Accioly Vieira de Andrade, foi o da Sede da Prefeitura Municipal (ver Figuras 120 a 124), situado à Praça Juracy Magalhães, entre as avenidas D. Pedro II e de Contorno (atual Genésio Salles). Este edifício preserva as características estéticas do conjunto *Art Déco* reafirmando as manifestações tardias dessa arquitetura que chegaram a alcançar a década de 1950 em diversas cidades brasileiras. Pode-se também levar em consideração a possibilidade de haver a preocupação de preservar a unidade estética do núcleo central.

A construção da Prefeitura Municipal aproveitou a estrutura inacabada de um hotel-cassino particular, cujas obras haviam sido iniciadas em 1939. O edifício ocupa parte da quadra original que fora dividida, ficando a parte restante como jardins da ampliada Praça Juracy Magalhães, para a qual se volta o edifício.

A construção simétrica de planta retangular (33m x 9m) possui dois pavimentos e está assentada sobre plataforma elevada em relação ao nível dos logradouros lindeiros. O acesso ao edifício é destacado pela proeminência do volume central que se eleva acima da platibanda do telhado. Esse volume central é composto por uma marquise de concreto armado sobre o acesso, pelo balcão situado sobre a mesma e pela moldura da portada do pavimento superior que abriga um brasão com as iniciais “PM”.

O tratamento das fachadas é austero e quase sem ornamentos, limitando-se aos frisos em relevo que enquadram as janelas, à semelhança, em proporções menores, da fachada do Grande Hotel, situado no lado oposto da praça.

A circulação interna é distribuída pelos Halls centrais, comunicados por escada de lances duplos – iluminada por vitral – e por um corredor longitudinal que conduz às salas e gabinetes nos dois pavimentos. A organização dos espaços não sofreu modificações significativas e o edifício já abrigou também a câmara de vereadores.

A pavimentação dos *halls* e da escada permanece original em ladrilho hidráulico e marmorite, mas os pisos dos demais ambientes foi substituído por cerâmica. A antiga pavimentação de ladrilhos hidráulicos vermelhos da plataforma que dá acesso ao edifício foi substituída por um tipo de *trotois* com desenho e cores diferentes do original. Estas modificações, incluindo-se a retirada da mureta que cercava as laterais e fundos do lote foram realizadas nas décadas de 1990 e 2000.

• ESTAÇÃO DO MULUNGU (1950)

Finalizando as construções do período no distrito sede, a Estação de Captação, Tratamento e Reserva de Água de Cipó (atual Estação de Tratamento da EMBASA) está localizada na Fazenda Mulungu, a cerca de 3km do centro da cidade.

A estação é composta por um reservatório elevado (ver Figuras 50 e 125), tanques subterrâneos de tratamento e reserva, casa das máquinas e residência funcional, além das instalações de bombeamento.

O reservatório elevado é constituído por uma torre em forma de tronco de cone de paredes de alvenaria de pedra argamassada aparente com cerca de 20m de altura e diâmetro variando entre 10m na base e 8m no topo, que suporta a caixa d'água cilíndrica de concreto armado com cerca de 3m de altura e capacidade para 70.000l. Frisos horizontais marcam as lajes de fundo e da tampa da caixa d'água.

O conjunto de construções do Mulungu pertence atualmente à EMBASA, que utiliza apenas o seu reservatório elevado, de modo que as outras construções encontram-se arruinadas.

O conjunto urbano da Estância Hidromineral de Cipó revela a investida na construção de uma cidade nova de características especiais no semiárido baiano numa conjugação de esforços que foi capaz de superar as difíceis condições locais.

A urbanização da cidade perdeu força nas décadas seguintes com a diminuição ascendente do seu prestígio. Na década de 1960, foram criadas na Bahia mais três estâncias hidrominerais, sendo uma delas a do Jorro, no município de Tucano – a cerca de 60Km de Cipó – que se tornou popular desde a perfuração de um poço em busca de petróleo, em 1948, do qual brotou água a uma temperatura superior a 40°C.

Além do arrefecimento causado pela ilegalidade dos jogos de azar e pela eficácia superior dos medicamentos alopáticos no tratamento das doenças antes curadas com o termalismo, o município de Cipó teve sua área reduzida, em 1958, perdendo os distritos de Heliópolis e Amparo, que passaram a constituir o município restituído de Ribeira do Amparo.



Caderno de Imagens



1.



2.

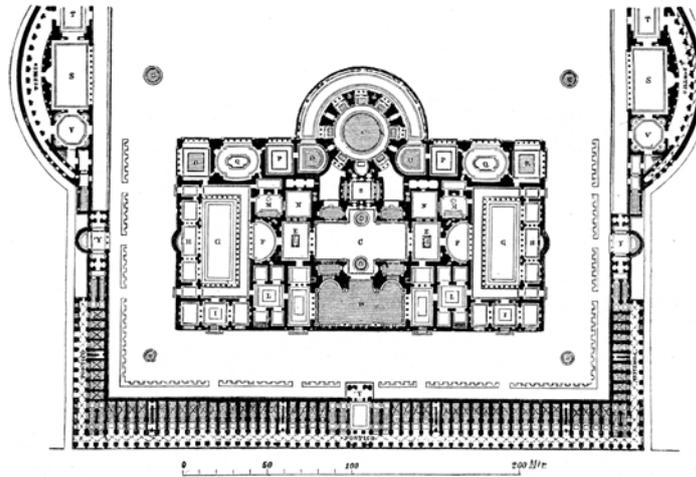


Figura 1

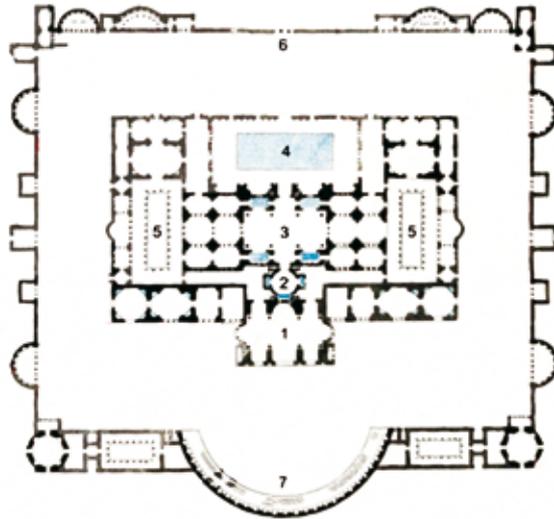
Termas de Caracala: desenho do Grande Hall. Fonte: PLANO... (1908?)

Figura 2

Termas de Caracala: planta parcial do complexo com edifício ao centro. Fonte: TERMAS..., (1891?)

3.

- 1. Caldarium
- 2. Tepidarium
- 3. Frigidarium
- 4. Natatio
- 5. Palaestrae
- 6. Entrada
- 7. Grande Exedra



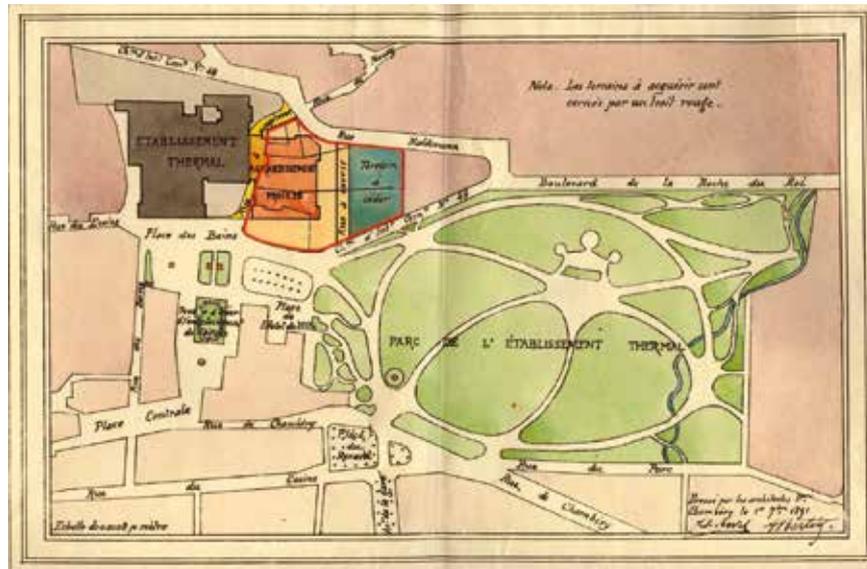
4.



Figura 3 e 4

Termae de Diocleciano: Planta Baixa; e fotografia de uma maquete. Fonte: (PLANTA..., [1901?]).

5.



6.



Figura 5

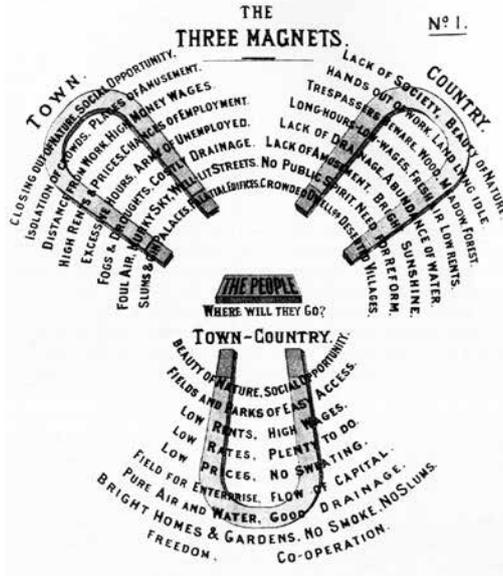
Aix-les-Bains, França: em verde, a área destinada ao parque, contígua ao estabelecimento termal (plano de 1891)

Fonte: AIX-LES-BAINS, (1962?). (FR.AC - Aix-Les-Bains)

Figura 6

Aix-les-Bains, França: piscina do parque (meados do séc. XX). Fonte: ETABLISSEMENT, [1891]. (FR.AC - Aix-Les-Bains)

7.



8.

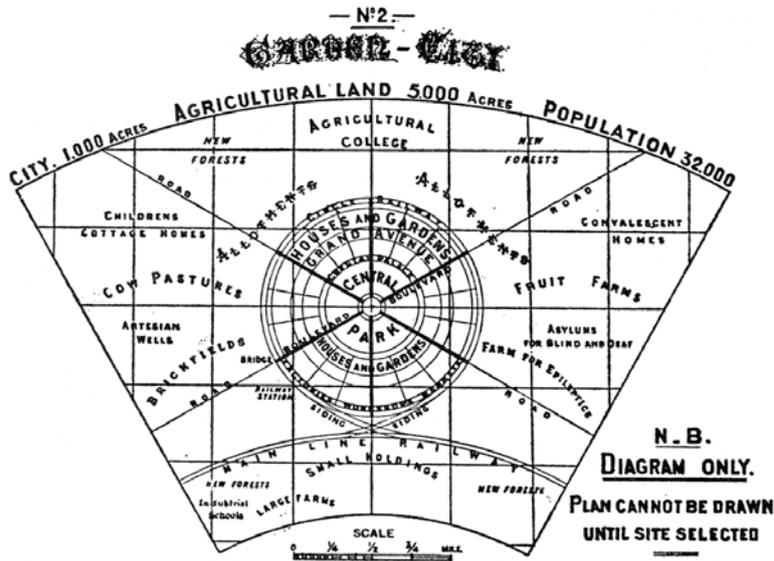


Figura 7

Diagrama nº 1 - "Os Três Imãs". Fonte: Howard (2002).

Figura 8

Diagrama nº 2 - Cidade-Jardim. Fonte: Howard (2002).

11.

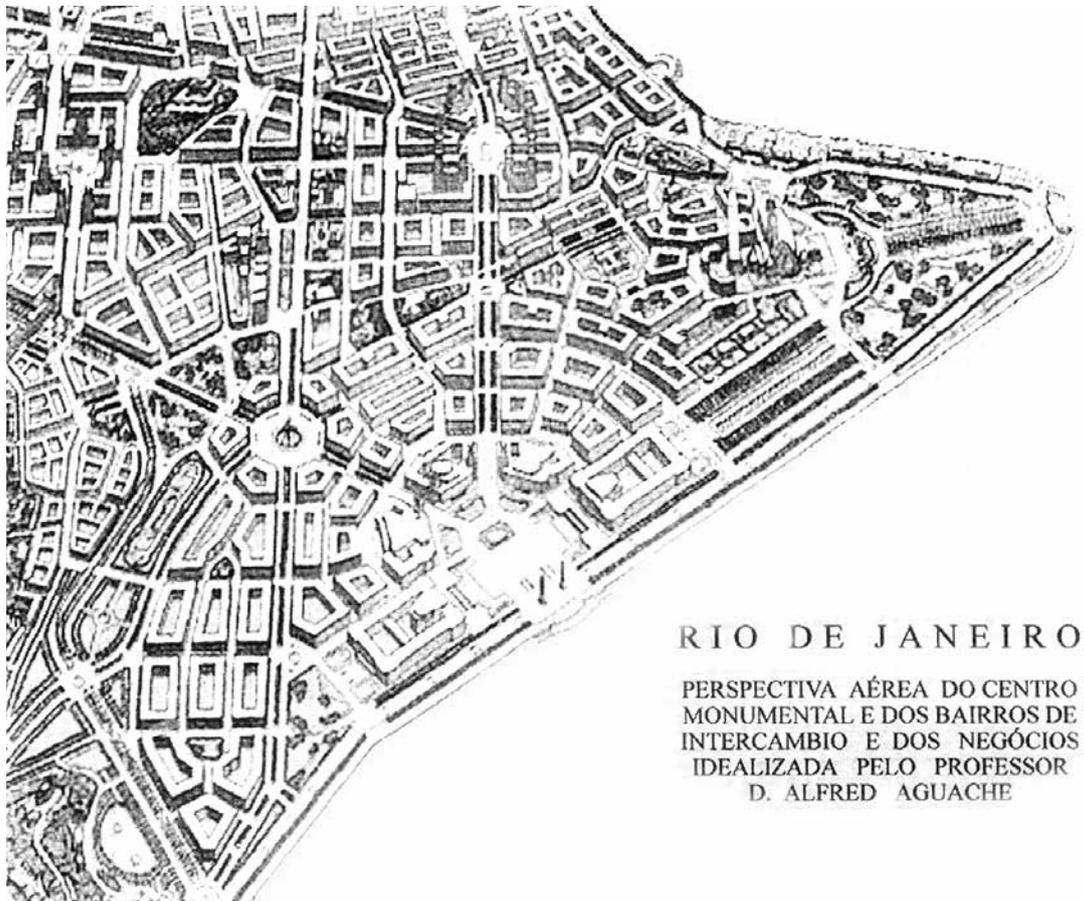
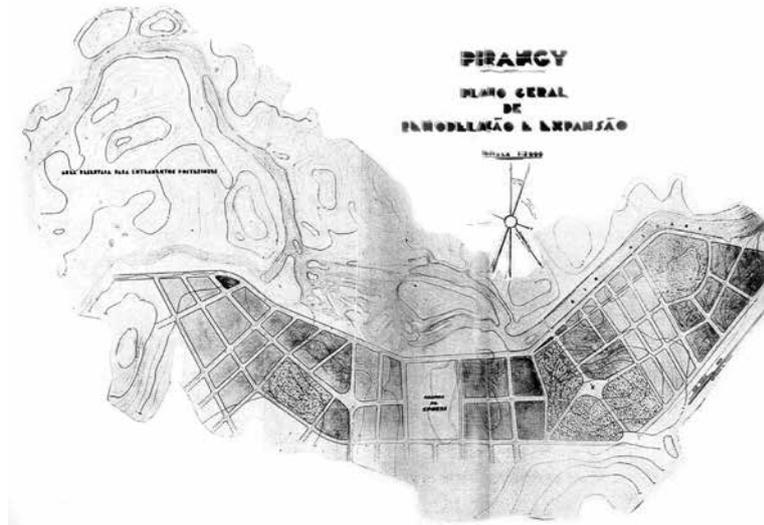


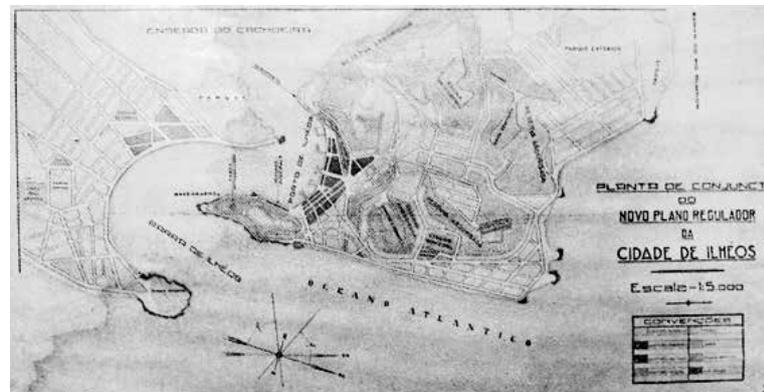
Figura 11

Plano Agache para o Rio de Janeiro. Perspectiva aérea do centro monumental. Fonte: Leme (1999).

12.



13.



14.



Figura 12

Pirangy - Plano Geral de Remodelação e Expansão (projeto do engenheiro Paulo Peltier de Queiroz. 1935).

Fonte: Queiroz (1936).

Figura 13

Planta de Conjunto do Novo Plano Regulador da Cidade de Ilhéus (projeto do engenheiro Paulo Peltier de Queiroz. 1935).

Fonte: (GOVERNO..., 1937).

Figura 14

Cidade de Itaparica - Plano de Urbanismo (projeto do engenheiro Paulo Peltier de Queiroz. 1937).

Fonte: Queiroz (1939).

15.



16.

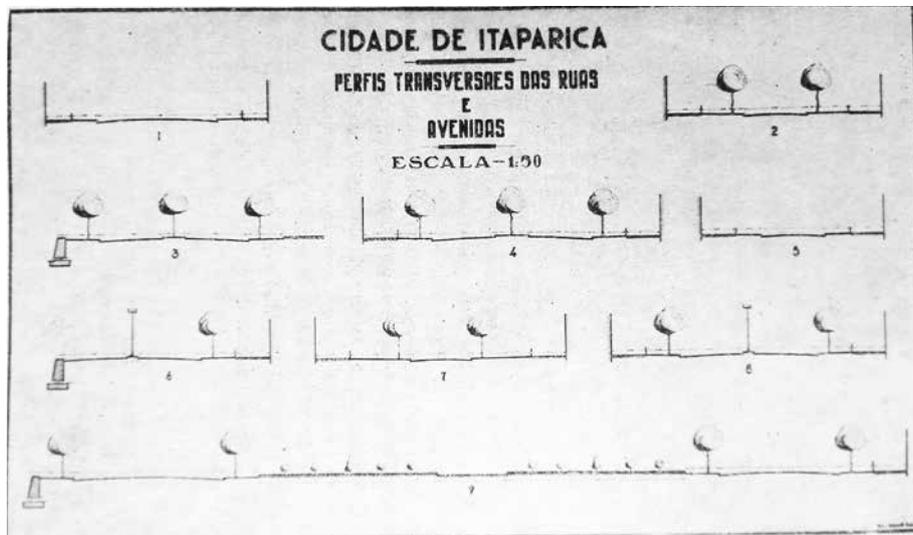


Figura 15

Praça dos Veranistas - Trecho da "Park-way Beira-mar". Fotografia do autor, 2006.

Figura 16

Cidade de Itaparica - Perfis Transversaes das Ruas e Avenidas. Fonte: QUEIROZ, 1939.

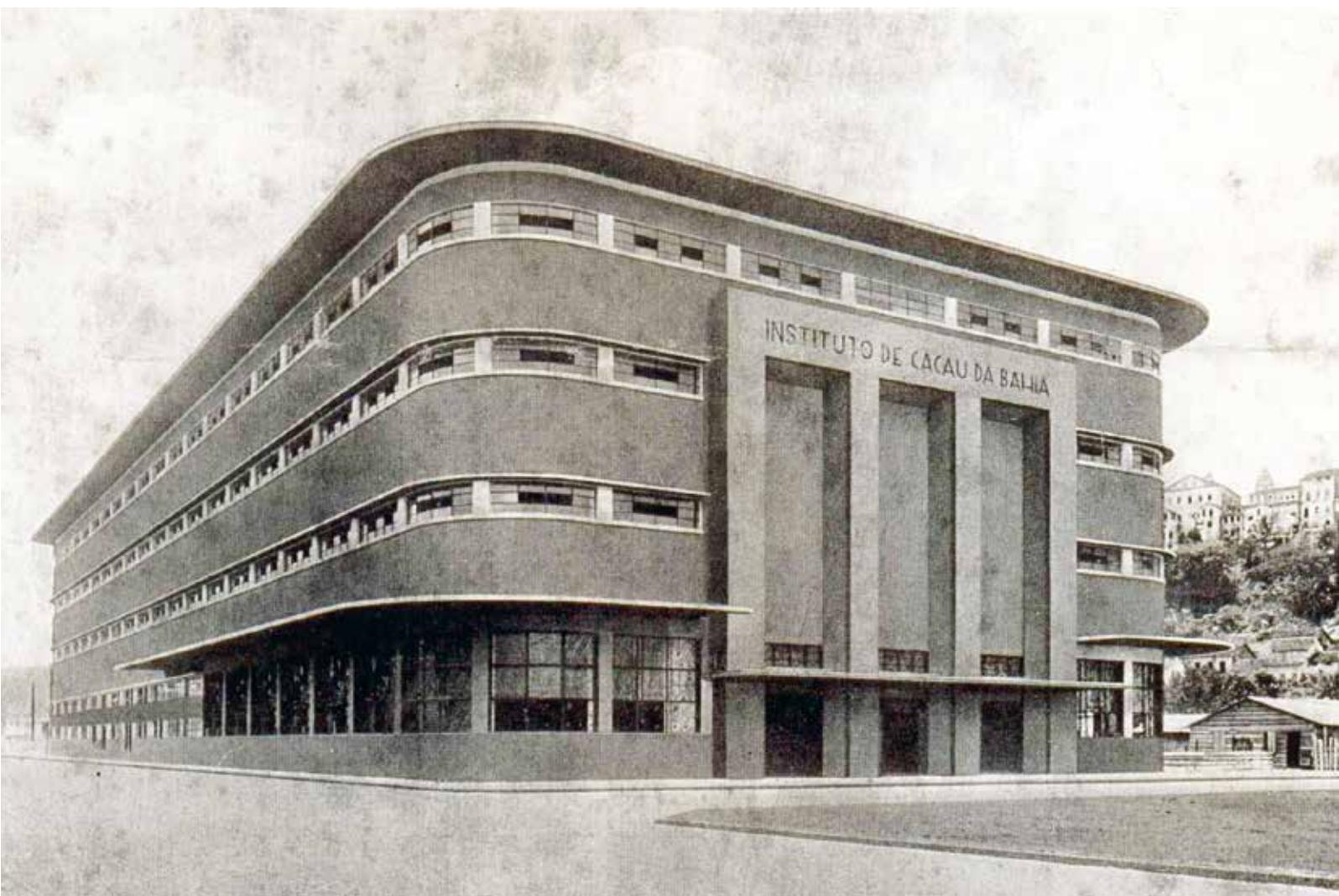


Figura 17

Instituto do Cacau da Bahia. Fonte: Arquivo DOCOMOMO - Núcleo Bahia

18.



19.



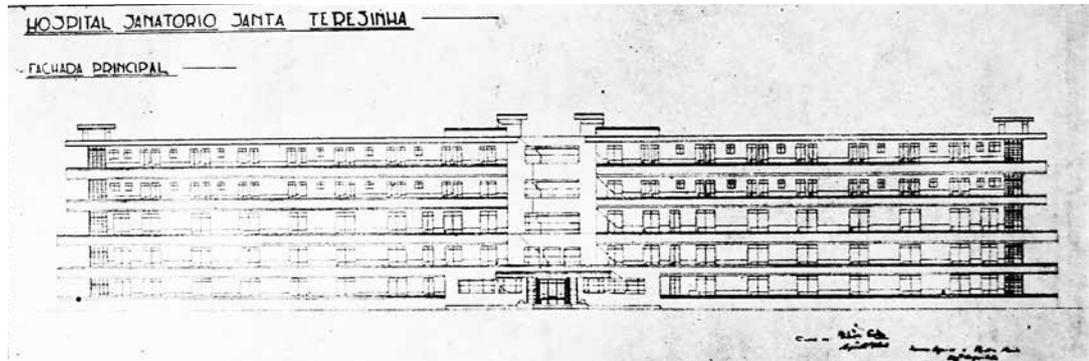
Figura 18

Pavilhão Martagão Gesteira (Abrigo Maternal). Fonte: Magalhães (1937).

Figura 19

Edifícios da Pupileira Juracy Magalhães. Trata-se de dois blocos paralelos conectados por circulação no eixo transversal. Fonte: Magalhães (1937).

20.



21.



Figura 20

Projeto do Hospital Santa Terezinha (Fachada Principal). Fonte: Magalhães (1937).

Figura 21

Fotografia do Hospital Sanatório Santa Terezinha, construído durante o Estado Novo, em que se percebem os balanços da estrutura de concreto armado e formas curvas, à semelhança do edifício da Pupileira. Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia.

22.



23.



.24



Figura 22

Pavilhão de Pensionistas da Maternidade Climério de Oliveira. Fonte: Magalhães (1937).

Figura 23

Edifício da Secretaria da Agricultura (atual Palácio dos Esportes). Fonte: Magalhães (1937)

Figura 24

Edifícios da Imprensa Oficial do Estado da Bahia (já demolido). Fonte: Magalhães (1937)

25.



26.



Figura 25

Prédio Escolar Brazilino Viegas, na Cidade de Alagoinhas. Fonte: Magalhães (1937)

Figura 26

Fachada do Hospital Dantas Bião, na Cidade de Alagoinhas. Fonte: Magalhães (1937)

27.



28.

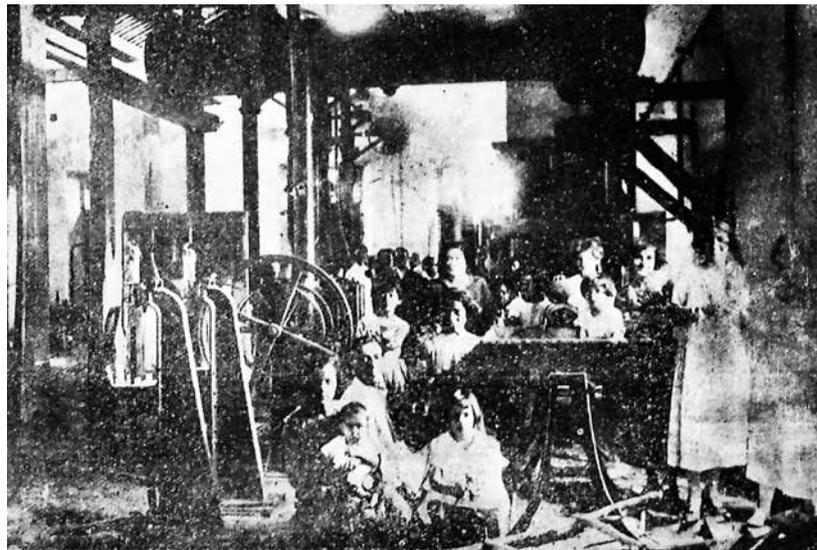


Figura 27

Edifício da Empresa de Águas do Cipó em estado de abandono: aspecto externo. ca.1923. Fonte: Salles (1924, p. 486)

Figura 28

Interior do Edifício da Empresa de Águas do Cipó: maquinário para engarrafamento. ca.1923. Fonte: Salles (1924, p. 486)

29.



30.



Figura 29

Piscina de água termal corrente do Balneário do Cipó, ca. 1929. Fonte: Acervo de Evandro de A. Góes.

Figura 30

Chalet da Família Salles convertido no Hotel Thermal, ca. 1929. Fonte: Acervo de Evandro de A. Góes.



Figura 31

Fotografia aérea da Estância Hidromineral de Cipó: obras em andamento (1935).

Fonte: Arquivo da Família de Ney Vaz de Carvalho.

32.

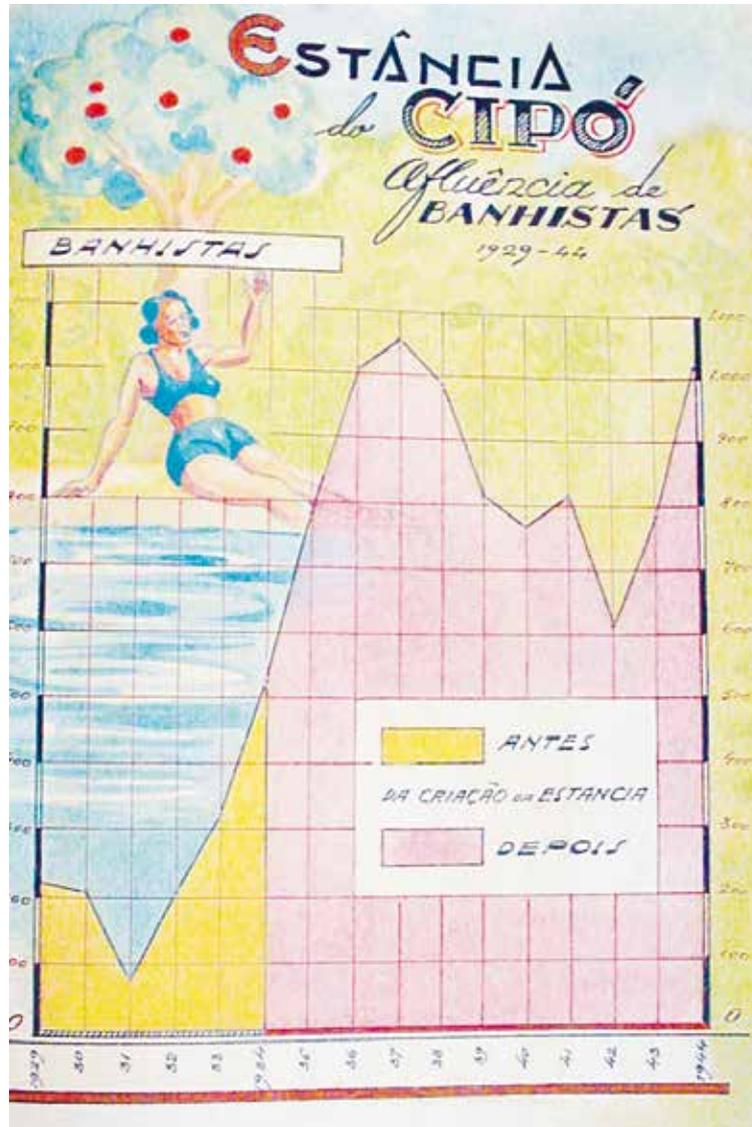


Figura 32

Estância Hidromineral de Cipó. Afluência de banhistas. Observa-se o incremento na afluência a partir da criação da estância.

Fonte: Bahia, 1944, Doc. 2582/67, Ano 1943/1944. Relatórios de Atividades da SVOP.



Figura 33

Banheiros de palha sobre as nascentes termais do Cipó, ca. 1927. Fonte: Arquivo Theodoro Sampaio - IGH da Bahia.

34.



35.



36.



37.



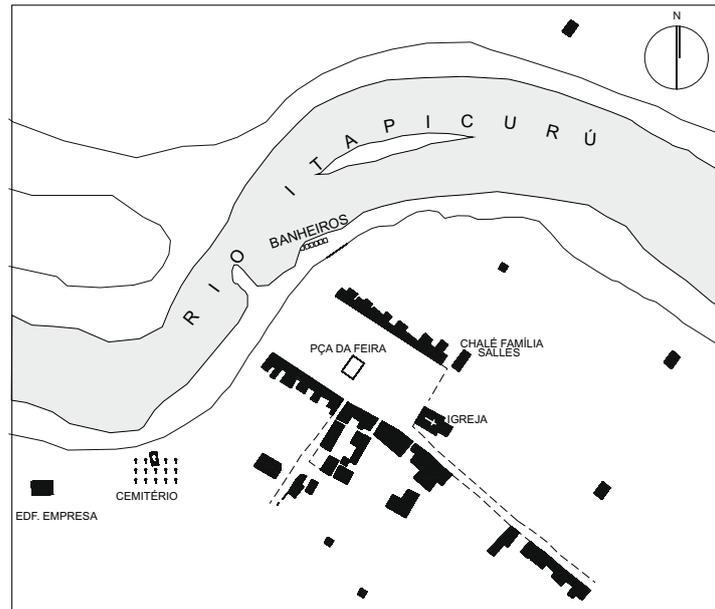
Figuras 34 e 35

Fotografias da Praça da Feira com barracão central e capela ao fundo, 1927. Fonte: Arquivo Theodoro Sampaio, IGH da Bahia.

Figuras 36 e 37

Postais da Praça da Feira, ca. 1927: barracão e casas do lado Sul. Fonte: Arquivo Evandro de A. Góes.

38.



39.

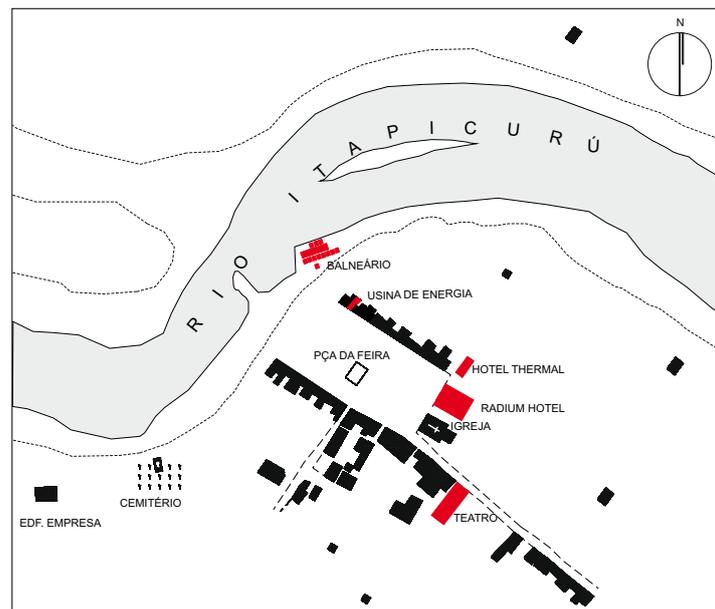


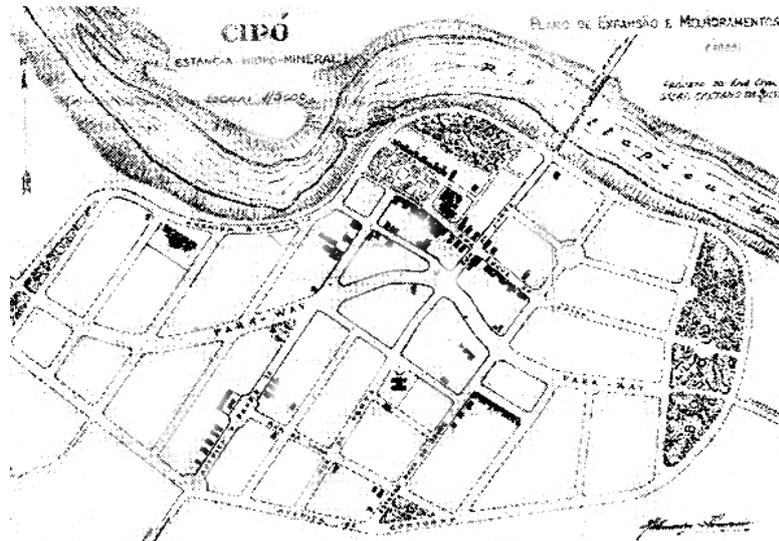
Figura 38

Configuração do povoado de Cipó, ca. 1927. Digitalizado sobre planta da cidade com base em fotografias.

Figura 39

Configuração do povoado de Cipó, ca. 1933. Digitalizado sobre planta da cidade com base em fotografias.

40.



41.

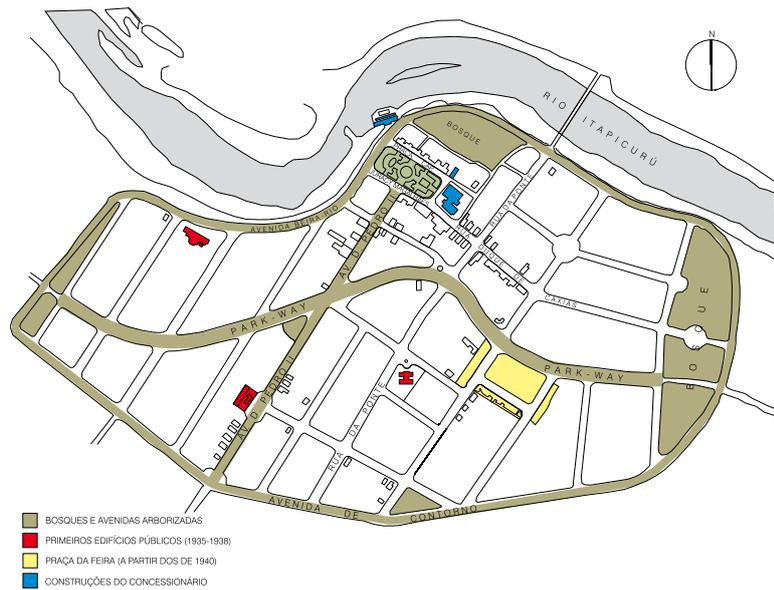


Figura 40

Cipó – Estância Hidro-Mineral – Plano de Expansão e Melhoramentos, 1935. Fonte: BAHIA, 1942.

Figura 41

Plano de Cipó: gráfico sobre reprodução de 1942.

42.



43.

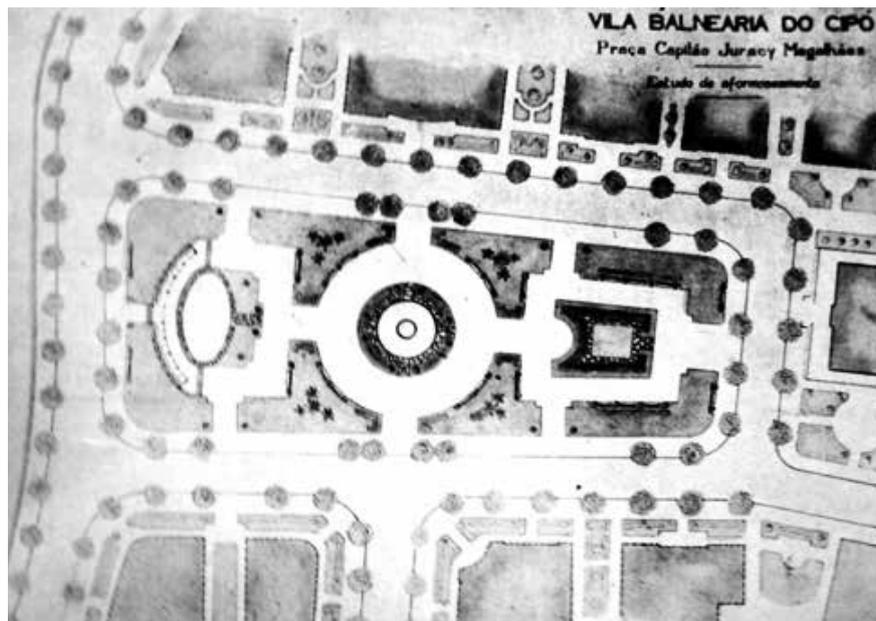


Figura 42

Estância Hidromineral de Cipó: Perspectiva do Projeto – 1935. Fonte: BAHIA, 1937.

Figura 43

Vila Balneária do Cipó: Praça Capitão Juracy Magalhães, Estudo de Aformoseamento (Projeto de Oscar Caetano da Silva).
Fonte: MAGALHÃES, 1937.



Figura 44

Tamarineiros da Parkway (atual Av. Sete de Setembro), 2008. Fotografia do autor.

45.



46.



Figura 45

Vista da cidade em meados dos anos 1940: à direita, a Av. D. Pedro II parcialmente arborizada em continuidade com a Estrada de Rodagem. Fonte: Acervo de Evandro de A. Góes. Fotografia de João Procópio.

Figura 46

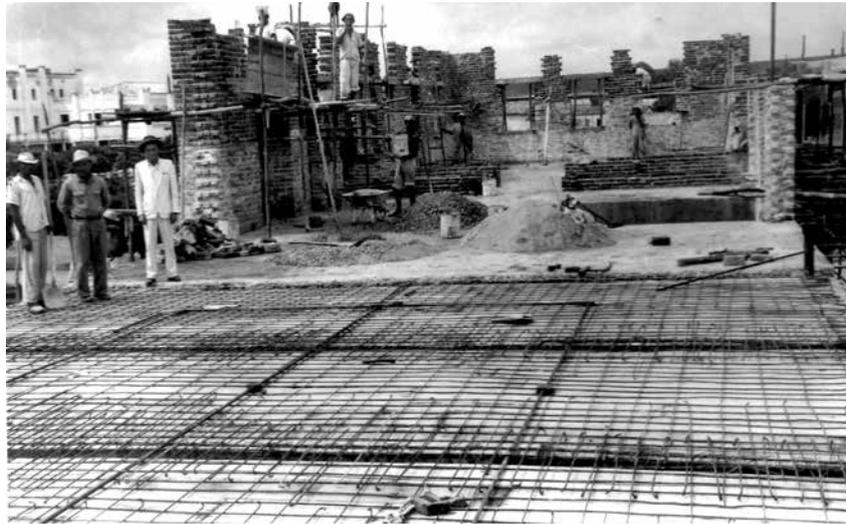
Vista da cidade desde o Grande Hotel, final dos anos 1940. Fonte: Acervo de Evandro de A. Góes. Fotografia de João Procópio.



Figura 47

Dispendio do Estado com as Estâncias a partir de 1935. Fonte: Bahia, 1944, Doc. 2582/67, Ano 1943/1944. Relatórios de Atividades da SVOP.

48.



49.



Figura 48

Sede da Prefeitura Municipal de Cipó: obras em 1949. Fonte: Acervo da Família de Accioly Vieira de Andrade.

Figura 49

Sede da Prefeitura Municipal de Cipó: comitiva oficial da inauguração do edifício composta pelo prefeito Accioly Vieira de Andrade e por secretários de Estado, entre outros. Fonte: Acervo da Família de Accioly Vieira de Andrade.

50.



51.



Figura 50

Obras no distrito sede de Cipó, em 1949-50: Conjunto de captação, tratamento e abastecimento de água do Mulungu.
Fonte: Acervo da Família de Accioly Vieira de Andrade.

Figura 51

Obras no distrito sede de Cipó, em 1949-50: construção do Mercado Municipal.
Fonte: Acervo da Família de Accioly Vieira de Andrade.

52.



53.



Figura 52

Obra de infraestrutura no distrito sede em 1950: trecho de cais do Itapicuru.

Fonte: Acervo da Família de Accioly Vieira de Andrade.

Figura 53

Obra de infraestrutura no distrito sede em 1950: bosque e aterro da Av. de Contorno, ou Beira Rio, nos fundos do Grande Hotel. Fonte: Acervo da Família de Accioly Vieira de Andrade.

54.



55.



56.



57.

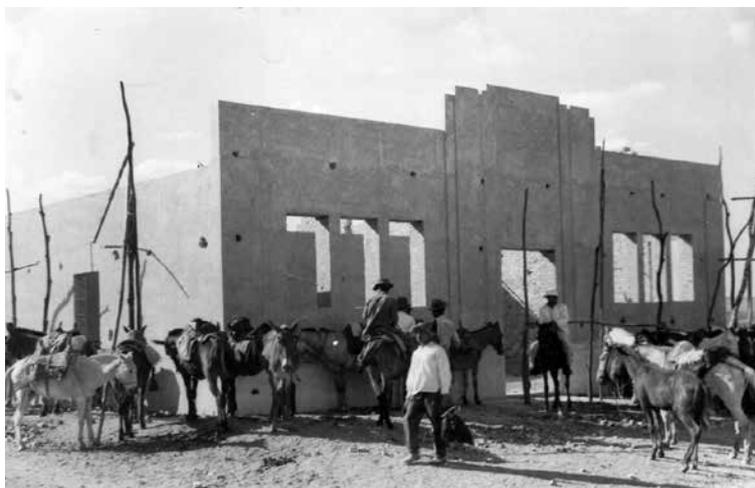


Figura 54

Construção no Distrito de Amparo em 1950: Grupo Escolar Municipal. Fonte: Acervo da Família de Accioly Vieira de Andrade.

Figura 55

Construção no Distrito de Amparo em 1950: Mercado Municipal. Fonte: Acervo da Família de Accioly Vieira de Andrade.

Figura 56

Distrito de Heliópolis em 1950: Mercado Municipal. Fonte: Acervo da Família de Accioly Vieira de Andrade.

Figura 57

Distrito de Heliópolis em 1950: Açougue em construção. Fonte: Acervo da Família de Accioly Vieira de Andrade.

58.



59.



Figura 58

Vista da cidade desde o Grande Hotel, 1961. Fonte: Acervo de Evandro de A. Góes.

Figura 59

Cipó: Vista Aérea do núcleo central, ca. 1977. Fonte: Acervo de Evandro de A. Góes.

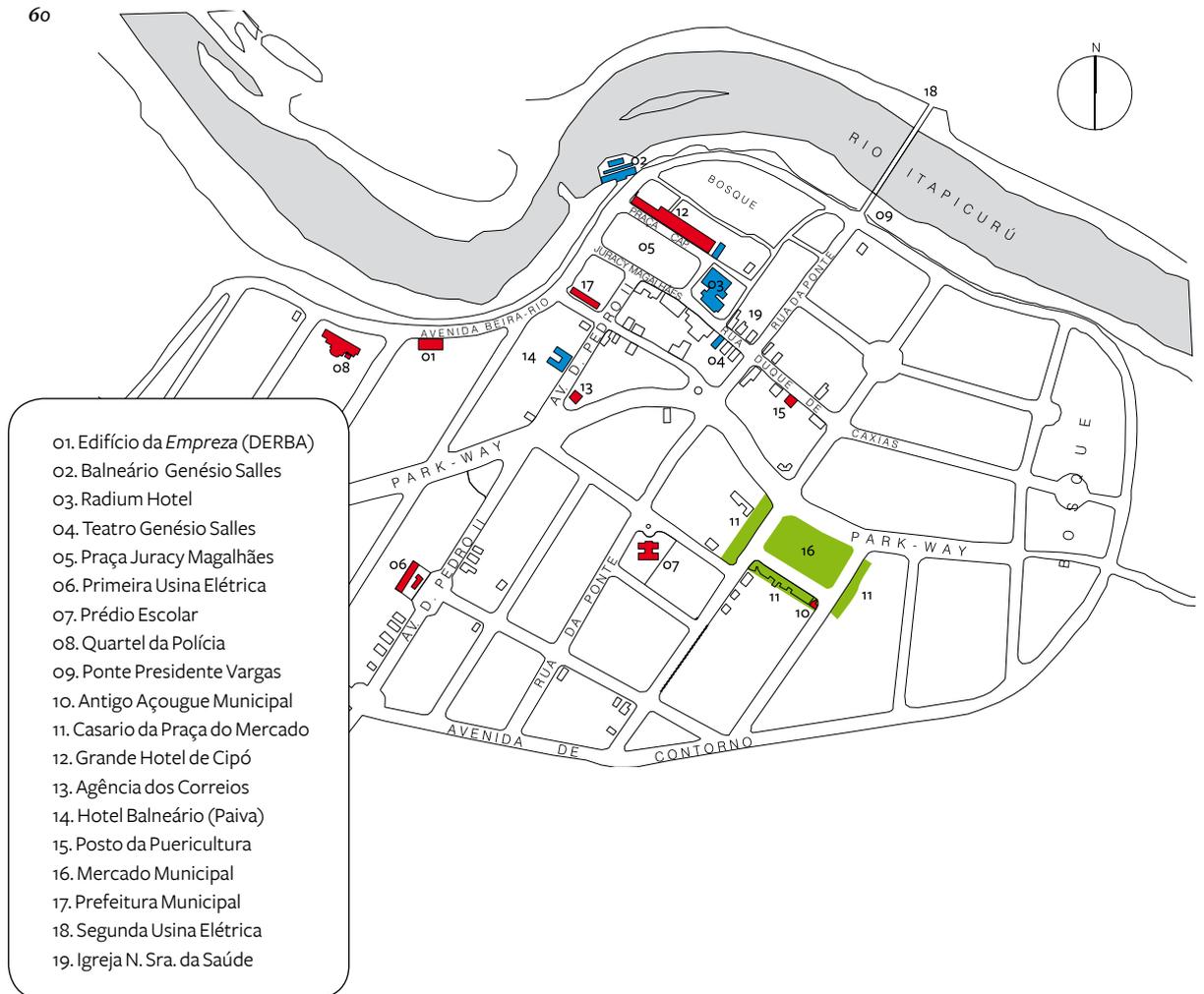


Figura 6o

Cipó - Localização dos principais edifícios e equipamentos.

61.



62.



63.



Figura 61

Edifícios públicos em Goiânia: Edifício da Procuradoria-Geral do Estado, originalmente construído para sediar a delegacia de polícia. Fonte: Unes (2000, p.90).

Figura 62

Edifícios públicos em Goiânia: Agência dos Correios e Telégrafos. Fonte: Pereira (1999, p.133).

Figura 63

Goiânia: Primeiras casas construídas na Rua 20, Centro, pela Empresa Coimbra Bueno e Cia Ltda. Fonte: Unes (2000, p.74).
Fotografia de Helio de Oliveira.

64.



65.



66.



Figura 64 e 65

Cipó: exemplares de construções residenciais. Fotografias do autor, 2006.

Figura 66

As Oficinas do DERBA em 2006, construídas sobre as ruínas do Edifício de engarrafamento. Fotografia do autor.



Figura 67

Balneário do Cipó após ampliação realizada em 1937. Fonte: Acervo de Evandro de A. Góes.

68.



Figura 68

Balneário do Cipó (atual Balneário Genésio Salles) em 2006. Fotografia do Autor.

69.



70.



Figura 69

Radium Hotel: construção de 1933 com Casino anexo. Fonte: Acervo de Evandro de A. Góes.

Figura 70

Radium Hotel: após reforma e ampliação. Fonte: Acervo de Evandro de A. Góes. Fotografia de João Procópio.

71.



72.



Figuras 71 e 72

Casino: reuniões festivas dos hóspedes. Fonte: Acervo de Evandro de A. Góes. Fotografias de João Procópio.

73.



74.



75.



76.



Figuras 73 e 74

Radium Hotel: detalhes das fachadas. Fotografias do autor, 2006.

Figura 75 e 76

Radium Hotel: estado do edifício em 2006. Fotografias do autor.

77.



78.



Figura 77

Teatro Genésio Salles em 2006. Fotografia do autor.

Figura 78

Igreja de Nossa Senhora da Saúde, construída em 1934-35. Fonte: Acervo de Evandro de A. Góes. Fotografia de João Procópio.

79.



80.



Figura 79

Praça Juracy Magalhães: vista desde o Radium Hotel, ca. 1937. Fonte: Acervo Evandro de A. Góes.

Figura 80

Praça Juracy Magalhães: vista desde o Hotel-Casino em construção, em meados dos anos 1940. Fonte: Acervo Evandro de A. Góes. Fotografia de João Procópio.

81.



82.



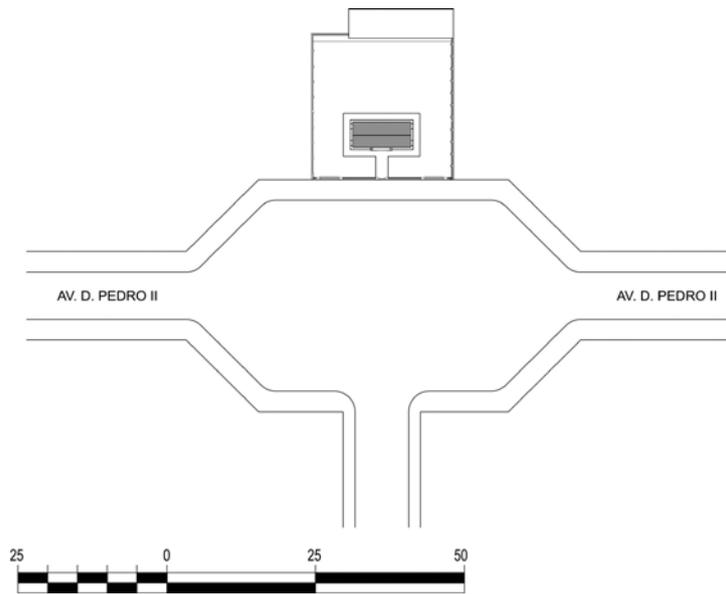
83.



Figuras 81, 82 e 83

Jardins da Praça Juracy Magalhães: fotografias de 1950. Fonte: Arquivo da Família de Accioly Vieira de Andrade.

84.



85.



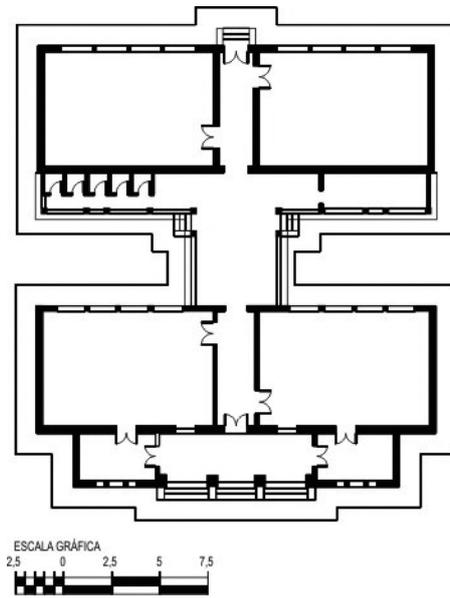
Figura 84

Usina Diesel-Elétrica: Planta de Situação com vista do alargamento da Av. D. Pedro II. Desenho do autor sobre levantamento realizado pela arquiteta Karina Matos, cedido pelo IPHAN.

Figura 85

Usina Diesel-Elétrica, atual depósito da PMC. Fotografia do autor, 2008.

86.



87.



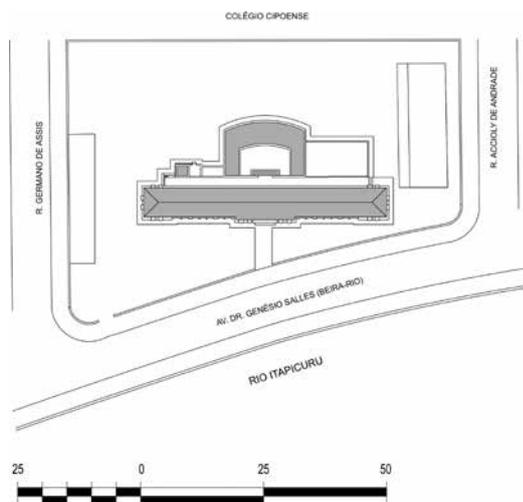
Figura 86

Prédio Escolar: Planta Baixa. Desenho do autor.

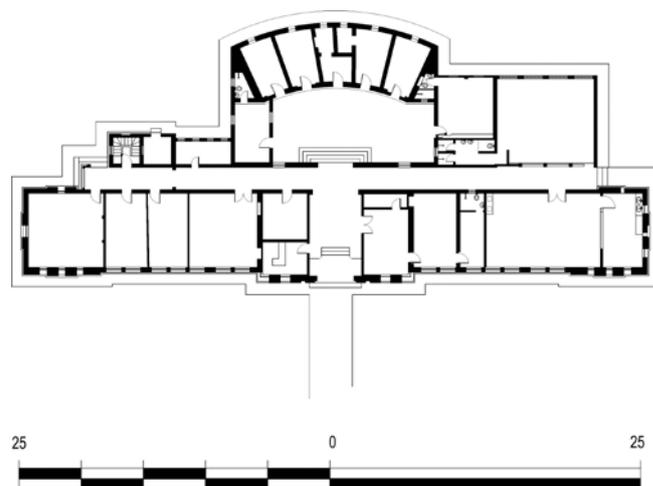
Figura 87

Prédio Escolar: vista do exterior na década de 1930. Fonte: Acervo de Evandro de A. Góes.

88.



89.



90.



91.



Figuras 88 e 89

Quartel, Delegacia de Polícia e Cadeia Pública: Planta de Situação e Planta Baixa. Desenhos do autor sobre levantamento realizado pela arquiteta Karina Matos, cedido pelo IPHAN.

Figura 90

Quartel, Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na década de 1940. Fonte: Acervo de Evandro de A. Góes.

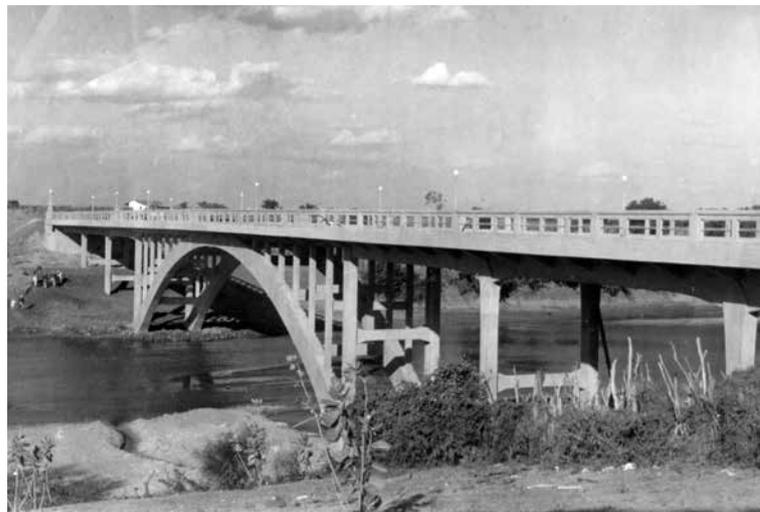
Figura 91

Quartel de Polícia Militar em 2006. Fotografia do autor.

92.



93.



94.



95.



Figuras 92 e 93

Ponte Presidente Vargas: em construção, em 1941 e recém inaugurada, em 1942. Fonte: Acervo de Evandro de A. Góes.

Figuras 94 e 95

Fachadas do Antigo Açougue Municipal, 2008. Fotografias do autor.

96.



97.



98.



99.



Figuras 96 a 99

Fachadas do casario em torno da Praça do Mercado, 2008. Fotografias do autor.

100.



101.

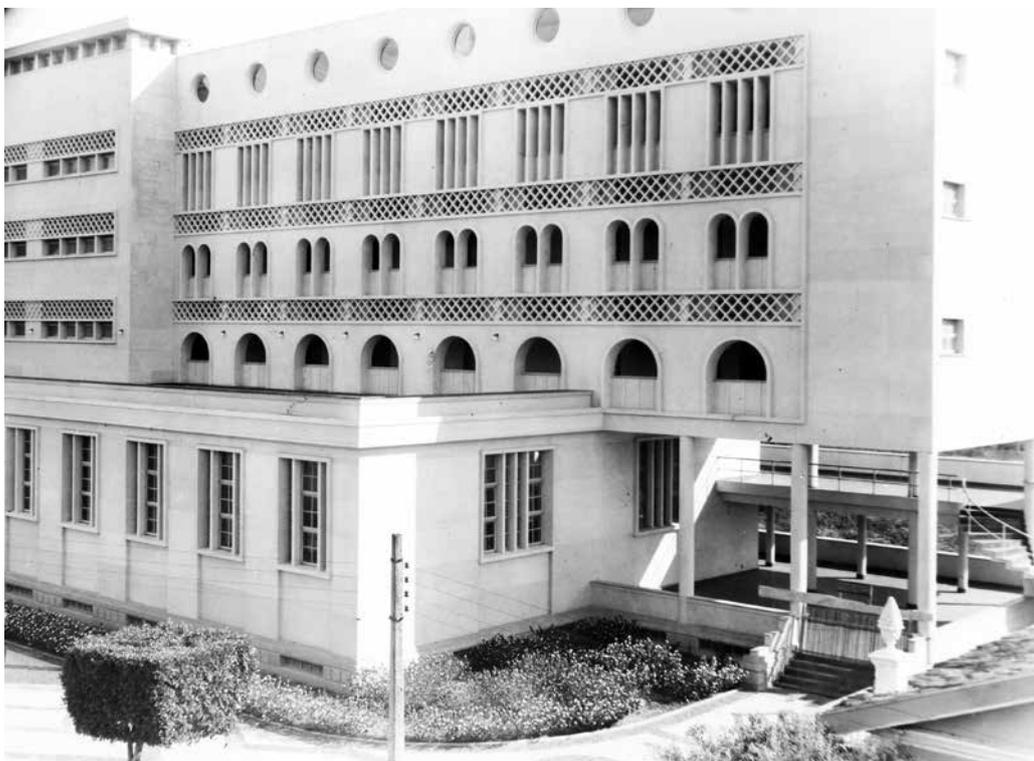


Figura 100

Grande Hotel de Cipó: fachada da Praça Juracy Magalhães. Fonte: Arquivo da Construtora Christiani & Nielsen.

Figura 101

Grande Hotel de Cipó: ala de hospedagem sobre pilotis e volume do cassino sob terraço jardim. Fonte: Arquivo da Construtora Christiani & Nielsen.

102.



103.



104.



Figuras 102 e 103

Grande Hotel de Cipó: escadaria e marquise de acesso e salão do restaurante. Fonte: Arquivo da Construtora Christiani & Nielsen.

Figura 104

Grande Hotel de Cipó: fachada posterior vista da Av. de Contorno, ca. 1950. Fonte: Acervo da família de Accioly Vieira de Andrade.

105.



106.



107.



Figura 105

Grande Hotel de Cipó: varandas e terraços sobre pilotis da fachada posterior. Fonte: Arquivo da Construtora Christiani & Nielsen.

Figura 106

Piscina coberta de água termal do Grande Hotel de Cipó. Fonte: Acervo de Evandro de A. Góes. Fotografia de João Procópio.

Figura 107

Publicidade da construtora Christiani & Nielsen sobre a construção do Hotel Balneário. Fonte: (TECNICA..., 1943)

108.



109.



Figura 108

Agência dos Correios e Telégrafos, construída em 1943. Fonte: Acervo de Evandro de A. Góes. Fotografia de João Procópio.

Figura 109

Agência dos Correios em 2006. Fotografia do autor.

110.



111.



Figura 110

Hotel Balneário em Estilo Missões de autoria de Helenauro Soares Sampaio: fachada de hotel a ser construído em cidades do interior. Fonte: Bahia, 1943b, Doc. 2566/12, Ano 1943. Estudo de um Hotel para a Cidade de Cipó.

Figura 111

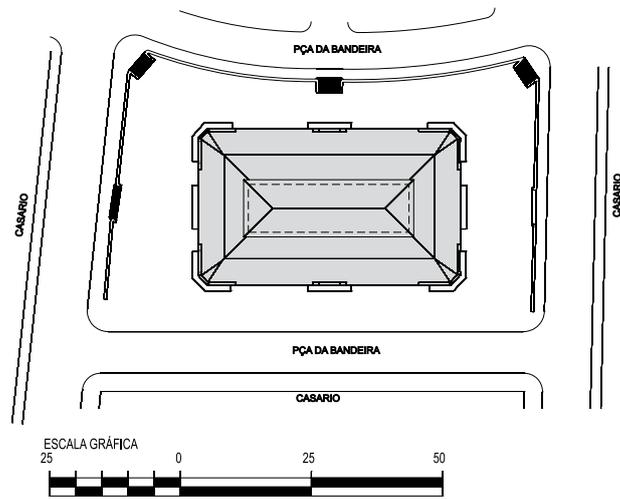
Hotel Paiva, em Cipó. Fonte: Acervo de Evandro A. Góes. Fotografia de João Procópio.



Figura 112

Posto de Puericultura de Cipó, inaugurado em 1950. Fonte: Acervo de Evandro A. Góes. Fotografia de João Procópio.

113.



114.



Figuras 113 e 114

Mercado Municipal de Cipó: Planta de Situação e Planta Baixa. Fonte: Desenhos do autor a partir do levantamento realizado pela arquiteta Karina Matos, cedido pelo IPHAN.



Figura 115

Mercado Municipal de Cipó em dia de feira, ca.1951. Fonte: Acervo de Evandro de A. Góes. Fotografia de João Procópio.

116.



117.



118.



119.



Figuras 116 e 117

Usina Elétrica do bairro Santos Dumont: edifício principal construído em 1949; e as construções de apoio construídas em 1950. Fonte: Acervo da Família Accioly de Andrade.

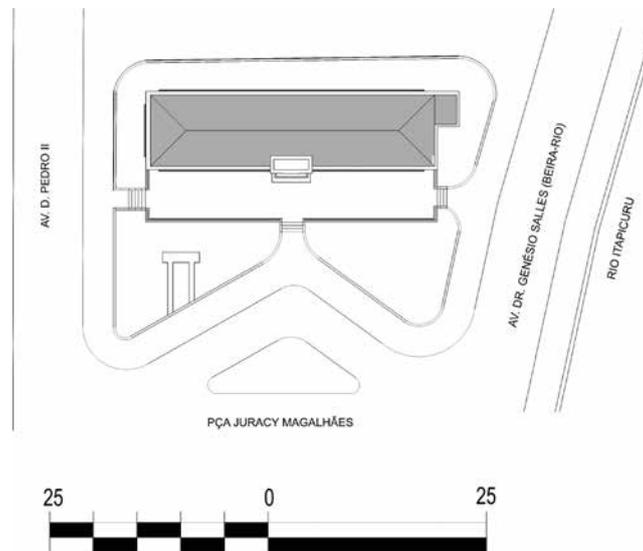
Figura 118

Capela do Cemitério N. Sra. do Carmo: construída em 1949. Fonte: Acervo da Família de Accioly de Andrade.

Figura 119

Cemitério N. Sra. do Carmo: portal de acesso. Fotografia do autor, 2008.

120.



121.



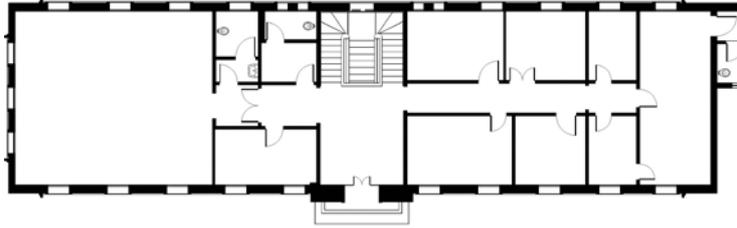
Figura 120

Prefeitura Municipal: Planta de Situação. Fonte: Desenho do autor a partir de levantamento realizado pela arquiteta Karina Matos, cedido pelo IPHAN.

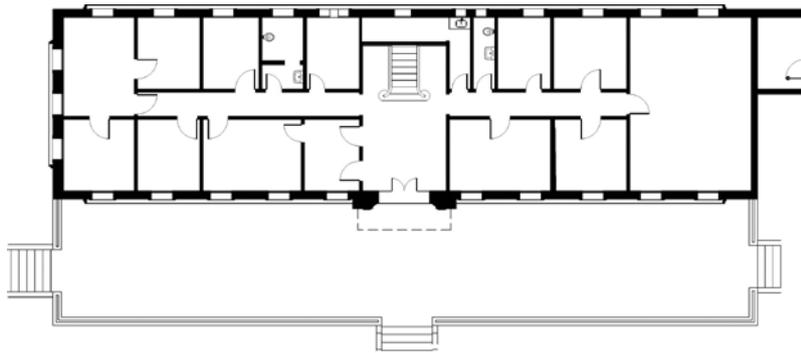
Figura 121

Prefeitura Municipal: vista desde a Praça Juracy Magalhães. Fotografia do autor, 2006.

122.



123.



Figuras 122 e 123

Prefeitura Municipal de Cipó, Plantas Baixas: Pavimento Superior e Pavimento Térreo.

Fonte: Desenhos do autor a partir de levantamento realizado pela arquiteta Karina Matos, cedido pelo IPHAN.



Figura 124

Prefeitura Municipal de Cipó, 1950. Fonte: Acervo da Família de Accioly Vieira de Andrade.

125.



Figura 125

Reservatório Abastecimento de Água do Mulungu. Fotografia do autor, 2008.

126.



Figura 126

Localização das estâncias hidrominerais do Estado da Bahia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção impetuosa de uma estância hidromineral durante as décadas de 1930 e 1940 em pleno sertão baiano, como foi o caso de Cipó, já esquecida pelo esfriamento das atividades termais e consequente perda de prestígio dessas cidades diferenciadas, parece, à distância, fato irrelevante.

Aliado a isso, a inexistência, até o início dessa pesquisa, de material reunido que permitisse vislumbrar a construção dessa estância como um empreendimento planejado, refletindo práticas e pensamentos que extrapolavam o seu isolado território, produziu dúvidas quanto à validade e conteúdo do seu estudo.

Entretanto, no desenrolar da pesquisa, surgiram dados consistentes que contribuíram para demonstrar a importância gozada pela estância de Cipó, no Estado da Bahia, com espaço no cenário nacional das estâncias hidrominerais, sustentado por uma elite que encontrava, naquelas cidades, o ambiente para o desenvolvimento de suas relações sociais.

Descobre-se que a necessidade de urbanização e a ênfase dada ao urbanismo na Bahia daqueles anos conduziram à realização de um plano e à nomeação do seu autor para a construção da nova cidade. Do ponto de vista do urbanismo, da arquitetura e da construção, Oscar Caetano – um engenheiro civil vinculado às belas artes e à arquitetura – foi a ligação entre Cipó e a capital do estado, que, naquele momento, buscava se equiparar em termos culturais e sociais às capitais de outros estados brasileiros.

Por outro lado, a atração de uma elite social, que promoveria o sucesso econômico da estância, era suportada pela existência das águas e pelo empenho do seu concessionário em promover as condições e o “clima” que motivasse a vilegiatura.

Da união entre os esforços do concessionário e o patrocínio do governo para a consolidação da estância surgiu uma nova cidade planejada, em que as disciplinas de urbanismo e arquitetura tiveram participação fundamental.

O plano para Cipó, denominado Plano de Expansão e Melhoramentos, é um plano para uma cidade nova com características especiais fundadas nos anseios de uma sociedade que emerge em período de transformações desencadeado na Europa a partir do século XVIII.

Este plano considera uma preexistência aparentemente fragilizada perante as técnicas urbanísticas modernas e promove uma adaptação inicial que se percebe mais no desdobramento prático e menos nas intenções.

A transformação da pequena vila se dá lentamente, mas a proposta que se apresenta nos desenhos iniciais é a substituição completa das construções e dos usos sob um traçado viário que respeita antigos alinhamentos e a topografia. Há certa adequação por parte do plano em relação à espacialidade original do lugar, embora interfira no uso dos espaços preexistentes, deslocando-os do centro da atividade balneária.

O zoneamento perceptível não é rigoroso, ou não se desenvolve rigorosamente. A falta de documentos que se refiram explicitamente à divisão da cidade em zonas deixou essa interpretação restrita aos desenhos, a algumas referências textuais e à observação direta. Pode-se distinguir um Centro em torno da Praça Juracy Magalhães, onde se concentra a atividade balneária, uma zona comercial em torno da Praça do Mercado, com edificações de uso misto – comercial e residencial – de propriedade dos nativos e zonas residenciais pontuadas por equipamentos públicos.

Como aconteceu com as cidades balneárias europeias, em que os equipamentos voltados para a atividade termal ocupam lugar de destaque – geralmente em torno de parques e jardins centrais – foi prevista nos desenhos iniciais uma ocupação em torno dos jardins da Praça Juracy Magalhães, em que já se situavam o balneário e os hotéis Thermal e Radium no momento do plano.

No Centro balneário, os hotéis e cassinos predominariam com os edifícios dos citados Hotel Thermal e Radium Hotel; do “Hotel-Casino”, que seria construído em 1939 pelos proprietários do Palace Hotel de Salvador; e do Hotel Balneário (atual Grande Hotel de Cipó). Nas suas proximidades, o Balneário Genésio Salles; o Hotel Paiva; o Teatro construído para a diversão dos hóspedes da Empresa Balneária; a nova Igreja de Nossa Senhora da Saúde e mais um hotel – cuja construção não foi terminada – dividem espaço com algumas residências e hotéis familiares.

O uso comercial, em torno da Praça do Mercado – a “Rua Nova” dos cipoenses até os dias de hoje, em realidade é uso misto, herdado e transferido das duas fileiras de casas que encerravam a antiga Praça da Feira. De resto, as residências – de “veranistas” e de

moradores locais – predominam e convivem com equipamentos públicos estrategicamente localizados, como o Grupo Escolar localizado no centro do polígono definido pela Avenida de Contorno e um dos primeiros edifícios construídos – considerado à época pelos moradores como distante da vila – e o Quartel da Polícia Militar a “vigiar” o núcleo balneário, tendo o rio como fosso que o separa da direção nordeste.

O tratamento dos espaços públicos com ajardinamento de praças, criação de bosques verdes e arborização de ruas; a previsão de recuos e alinhamentos das construções com jardins internos aos lotes residenciais e os edifícios públicos, conformando espaços fechados fazem prevalecer, no conjunto, uma visão estético-viária com ênfase na vegetação como instrumento de amenização do clima e composição paisagística.

Alguns conceitos do ideário de Cidade-Jardim, que estão presentes em propostas para cidades balneárias brasileiras, são facilmente identificáveis no plano de Oscar Caetano como a delimitação da área urbanizada, a adaptação à topografia, a adoção da *parkway*, cruzando a cidade e interligando bosques, o controle dos recuos e alinhamentos de modo a conferir espaços ajardinados entre as construções.

A ideia de Cidade-Jardim é utilizada como argumento de aproximação com a natureza e faz parte da propaganda para atrair os banhistas, como acontece com os bairros e subúrbios jardins que se sucedem às primeiras experiências realizadas pela Cia City em São Paulo, e com cidades balneárias paulistas e mineiras.

Na I Semana de Urbanismo de 1935 vem à tona o discurso dos urbanistas locais gestado na organização da Comissão do Plano da Cidade de Salvador, em 1934. No plano de Oscar Caetano para Cipó, que começa a ser implantado em maio de 1935, portanto, antes da Semana, experimenta-se uma proposta na qual se começa a pensar na totalidade do espaço da cidade. Essa experiência se dá, certamente, pelas dimensões reduzidas e pelo programa específico da cidade. Em seguida, essa atitude global também aparece no plano de Pirangy (1936) e no Plano de Urbanização da Cidade de Itaparica (1937), ambos elaborados por Paulo Peltier de Queiroz.

Assim como a tradição do sanitarismo e também dos planos de melhoramentos, de algum modo, estiveram presentes na Semana de Urbanismo, juntamente com novas ideias de planos globais com referência ao ideário de Cidade-Jardim, o plano de Oscar Caetano para Cipó situa-se entre os planos de melhoramentos e os planos de conjunto com elementos e proposições espaciais que pertencem às duas vertentes.

As práticas centradas no ideário sanitarista com seu forte componente estético-viário refletem-se no traçado proposto por Oscar Caetano para Cipó, assim como, e aí já com referências textuais explícitas, na proposta de Paulo Peltier para Itaparica.

No caso específico das estâncias hidrominerais, a criação de um ambiente climático que favorece e complementa a hidroterapia, assim como a sociabilidade que se desenvolve por meio de passeios, prática de esportes, saraus, jogos, etc., determinam a predominância de certos equipamentos em áreas centrais, o que diferencia seus planos urbanísticos dos planos para cidades com outras especificidades, como cidades operárias, cidades industriais, cidades capitais...

Dessa maneira, a preexistência do balneário e de hotéis contribuiu para a consolidação da praça central, em torno da qual se dispunham os demais edifícios da cidade balneária. Assim, também, a criação de bosques para a realização de passeios e a grande ênfase na vegetação e ajardinamento são elementos do repertório urbanístico que se destacam nos planos para as cidades balneárias e estão presentes em Cipó.

Esses argumentos são complementares às influências do ideário urbanístico moderno presentes no plano de Cipó. Além disso, a intenção de aproveitar as águas termais como fonte de recursos para o Estado requeria, como era corrente nas estâncias brasileiras da época, a urbanização baseada em um plano urbanístico que valorizasse e distinguisse a cidade das demais, dando origem a cidades novas planejadas de maneira diferenciada.

Além das características próprias de cidade balneária, das aproximações com os ideários sanitaristas e da Cidade-Jardim, outros aspectos do ideário moderno estão presentes no plano.

A hierarquia do sistema viário segundo a capacidade de tráfego, que estabelece menores larguras entre as quadras residenciais e maiores nas vias principais; o estudo das condições climáticas, como orientação de ventos dominantes e ângulos de incidência dos raios solares a fim de orientar o traçado viário; a geometrização dos traçados e o estudo dos perfis transversais e longitudinais e suas declividades são premissas constantes em planos urbanísticos da época, que estão presentes nos planos de Cipó e também de Itaparica.

No caso particular das estâncias baianas, criadas em meados dos anos 1930, a pretensão estética urbana do conjunto expressava em sua arquitetura a presença do Estado, promotor das obras e grande interessado na riqueza potencial das águas minerais.

As estâncias baianas foram promovidas pelo Estado e, em consequência disso, os seus equipamentos e edifícios públicos apresentam certa unidade em sua expressão arquitetônica com características diferentes do que se fazia em períodos anteriores, ou

seja, a valorização da simetria com o jogo de volumes prismáticos dando ênfase ao eixo central, que reforça a verticalidade; a eliminação dos telhados coloniais com beirais aparentes e consequente utilização de platibandas; a geometrização das linhas e estilização da arquitetura clássica; diminuição do uso e simplificação dos ornamentos, entre outros. Nesse sentido, a arquitetura praticada pelo Estado – via Diretoria de Obras Públicas e Urbanismo da SVOP – na Estância Hidromineral de Cipó, apropria-se de elementos da linguagem arquitetônica *Art Déco*, então bastante difundida em diversas cidades brasileiras, inclusive em Salvador.

Essa preferência por uma arquitetura moderna é seguida pelos particulares, especialmente nas construções residenciais populares, onde as platibandas escalonadas, frisos e ornamentos geometrizados em relevo são as características mais significativas, da vertente popular do *Art Déco*.

A criação oficial da Estância Hidromineral de Cipó dentro de um plano a ser controlado pelo Estado foi fundamental para garantir a continuidade da construção da estância, que, mesmo com períodos de investimentos reduzidos, experimentou uma continuidade e tornou possível a sua consolidação como destino turístico na década de 1940.

Aparceira iniciada em 1928 entre o Estado da Bahia e o Dr. Genésio Salles e os esforços do segundo para erguer uma estância hidromineral no quase inacessível nordeste baiano entre 1929 e 1935, foi imprescindível para o reconhecimento das potencialidades do lugar que justificaram a iniciativa do Governo Juracy Magalhães. Entretanto, a continuidade do desenvolvimento da estância, já nos anos 1940, encontrou obstáculo no Contrato de Concessão para maiores investimentos. Apesar disso, deu-se continuidade à urbanização da cidade e construiu-se o Grande Hotel de Cipó (também chamado Hotel-Balneário ou Hotel-Casino).

Nesse período, acontecimentos importantes como a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento da farmacologia com a difusão do uso dos antibióticos, e a saída de Vargas do poder com o fim do Estado Novo, interferiram nos rumos da estância.

A Guerra, por um lado, pode ter sido uma das causas do crescimento do número de banhistas em virtude da impossibilidade das viagens turísticas à Europa, mas foi, sem dúvida, responsável pelo atraso na conclusão das obras do Grande Hotel, prejudicadas pela recessão e escassez de materiais.

A proibição dos jogos de azar, em 1946, pegou o Grande Hotel em construção e exerceu influência direta sobre a situação de Cipó, retirando a expectativa quanto à prática do jogo e consequente aumento de turistas. Entretanto, com a inauguração do hotel em

1952, o jogo é praticado no Grande Hotel de Cipó, que possui clientela seleta de finais de semana atraída pelo “pano verde”, em atividade até aqui injustificada.

Os avanços da medicina que haviam conduzido o crescimento e a difusão das estâncias hidrominerais, ironicamente, ocasionaram o arrefecimento da procura pela hidrotterapia, substituída pelos tratamentos alopáticos.⁶⁷

Tudo leva a crer que o desvio da água do Balneário Genésio Salles para o Grande Hotel por parte do Estado, à revelia do concessionário, contribuiu para a diminuição da procura pelos seus banhos termais, aliado à falta de atenção com as nascentes, as quais não foram protegidas das enchentes do Itapicuru, como previsto no Plano de Reaparelhamento da Estância Hidromineral de Cipó.

Estas considerações partem de uma primeira abordagem sobre as estâncias hidrominerais na Bahia, concentrando-se nas pesquisas sobre a construção da Estância Hidromineral de Cipó, a partir do decreto de sua criação, em 1935, tendo como marco final a inauguração do Grande Hotel, em 1952. A partir daí, outras investigações podem ser empreendidas e, desde já, a valorização e preservação do conjunto urbano devem ser pensadas.

As políticas de preservação do patrimônio só recentemente têm se voltado para a arquitetura e urbanismo modernos, especialmente os representativos de linguagens estéticas não hegemônicas, como a arquitetura *Art Déco*. É o caso dos tombamentos do Elevador Lacerda e do acervo arquitetônico e urbanístico de Goiânia, realizados pelo IPHAN, e de exemplares da arquitetura *Art Déco* por conselhos e institutos estaduais, como o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), de São Paulo. Em boa parte dos casos, o que motiva a instrução para tombamento é a ameaça causada por propostas de intervenção ou demolição.

Atualmente, o município de Cipó está entre os municípios brasileiros que são obrigados por força da Lei nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, a elaborar um plano diretor de desenvolvimento urbano, constituindo-se este fato numa perspectiva de propostas e intervenções em seu tecido urbano. Enquanto isso, a cidade cresce sem nenhuma postura preservacionista e com intervenções particulares que começam a descaracterizar os edifícios e espaços públicos. É importante notar, dentro desse contexto, o desconhecimen-

.....
67 A despeito da crise do hidrotermalismo, a recém descoberta água do Jorro, em 1948, proporciona o desenvolvimento do local, atraindo turistas de variadas classes sociais da região, dando início a uma outra fase do termalismo baiano não tratada nessa pesquisa, que se desenvolveria com a criação, entre 1962 e 1964, das estâncias hidrominerais nas localidades de Dias D’Ávila – no município de Camaçari, Olivença – no município de Ilhéus e Caldas do Jorro – no município de Tucano.

to por parte da população, das autoridades locais e estaduais sobre o período de grandes transformações e investimentos na construção de um empreendimento do porte da Estância Hidromineral de Cipó, patrocinado pelo Estado.

A cidade de Cipó possui um conjunto arquitetônico representativo de um dos períodos de maior urbanização por que passou o país, a chamada Era Vargas, em um processo de interiorização política e administrativa. Dentro dessa perspectiva e do risco de destruição desse patrimônio, foi aberto, em 2006, processo de instrução de tombamento do acervo urbanístico e arquitetônico da Estância Hidromineral de Cipó na 7ª SR do IPHAN, na Bahia, numa visão de maior abrangência conceitual, temporal e territorial do termo patrimônio cultural.

O risco de destruição de elementos do conjunto urbano de Cipó também sensibilizou Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), que efetuou, em 24 de março de 2008, o tombamento provisório dos limites do plano urbanístico de Oscar Caetano, dentro da política preservacionista do órgão, que visa à proteção do patrimônio arquitetônico moderno do Estado e que já inclui os processos de tombamento dos edifícios Oceania, Dourado e Caramuru; da antiga Sede do Jornal A Tarde e do Hospital Aristides Maltez, todos na capital.

REFERÊNCIAS

- A ESTÂNCIA de Cipó. *Diário da Bahia*, Salvador, 7 abr. 1936.
- A ESTÂNCIA hidromineral de Caldas do Cipó no Estado da Bahia. *O Estado*. Recife, 29 dez. 1933.
- A ESTÂNCIA hidro-mineral de Caldas do Cipó no Estado da Bahia. *O Norte*. João Pessoa, 1 jan, 1934.
- À MARGEM da visita do presidente a Cipó: curiosidades que constituíram motivos de atração para os visitantes. *A Tarde*, Salvador, 26 jun. 1952.
- AS IMPORTANTES thermas bahianas de fama secular. *A Noite Ilustrada*, São Paulo, 16 fev. 1935.
- AS MAIS antigas e afamadas águas thermaes do Brasil. As virtudes medicinaes da estância de Caldas do Cipó, no Estado da Bahia, numa entrevista do seu director, Sr. Américo Salles – uma história que começa no tempo do Brasil colonial. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 fev. 1935.
- AS RIQUEZAS naturaes do Estado da Bahia. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 29 jan. 1935.
- ABREU, Pedro Vergne de. *Os dramas dolorosos do nordeste: á luz crúa da verdade*. Rio de Janeiro: Jornal do Commércio, 1930.
- AFFONSO, Matim. As águas de Caldas do Cipó. *Gazeta dos Tribunaes*, Rio de Janeiro, 11 fev. 1935.
- AIX-LES-BAINS. Le bassin du parc. [1962?]. Chambéry : Savoie tourisme, [milieu XXe siècle]. 1 carte postale ; 9 x 13 cm. (AC Aix-les-Bains. Cp 14_20).
- ALMADA, Mauro; CONDE, Luiz Paulo F. Panorama do Art Déco na arquitetura e no Urbanismo do Rio de Janeiro. In: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). *Guia da Arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000. p. 5-20.
- ALMEIDA, José Pereira de. Estância Thermal do Cipó. *Diário de Notícias*, 30, jul. 1935. Da Seara Alheia.
- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. A construção historiográfica da cidade e do urbanismo moderno no Brasil: o caso das cidades novas planejadas. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; PINHEIRO, Eloísa Petti (Org.). *A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo*. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 73-90.
- _____. *Barry Parker: um arquiteto inglês na cidade de São Paulo*. 1998. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1998.
- _____. Barry Parker em São Paulo: ressonâncias da idéia de cidade-jardim. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4., 1996. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUR/PROURB/FAU-UFRJ, 1996. p. 18-32.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. Rediscutindo a arquitetura brasileira do século XIX: os preconceitos da historiografia moderna e o processo de revalorização recente. In: CAVALCANTI, Ana Maria Tavares; DAZZI, Camila; VALLE, Arthur (Org.). *Oitocentos: Arte Brasileira do Império à Primeira República*. Rio de Janeiro: EBA-UFRJ; Dezenove Vinte, 2008. p. 37-52.

AZEVEDO, Paulo Ormino D. de. Alexander S. Büddeus: a passagem do cometa pela Bahia. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO NORTE/NORDESTE, 1., 2006, Recife. *Anais...* Recife: UNICAP/UFPE/CECI, 2006. 1 CD-ROM.

_____. Crise e Modernização: a arquitetura dos anos 30 em Salvador. In: SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil: anos 80*. São Paulo: Projeto, 1988. p. 14-18.

AZEVEDO, Thales de. *A Praia: espaço de socialidade*. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Centro de Estudos Baianos, 1988.

BAHIA. *Constituição do Estado da Bahia*. Salvador: Assembléia Nacional Constituinte, 1934.

_____. *Decreto nº 9.523 de 16 de maio de 1935*. Considera a Vila de Cipó Estância Hidro-Mineral e dá outras providências. 1935.

_____. Governo do Estado. *Algumas Realizações do Governo Juracy Magalhães: 1931-1937*. Bahia, 1937.

_____. Governo do Estado. Prefeitura Municipal de Cipó. *Estância Hidro-mineral do Cipó*. Bahia: Livraria Duas Américas, 1942.

_____. Lei nº 140 de 22 de dezembro de 1948. Lei Orgânica dos Municípios. *Diário Oficial do Estado*. Salvador, BA, 23 dez. 1948.

_____. Lei nº 1.003 de 07 de abril de 1958. Altera dispositivos da Lei nº 140, de 22 de dezembro de 1948, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*. Salvador, BA, 13 abr. 1958.

_____. Lei nº 1.027 de 14 de agosto de 1958. Restabelecendo o município de Ribeira do Amparo, desmembrado do de Cipó. *Diário Oficial do Estado*. Salvador, BA, 15 ago. 1958.

_____. Lei nº 1.625 de 22 de fevereiro de 1962. Cria a Estância Hidromineral de Dias D'Ávila e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*. Salvador, BA, 24 fev. 1962.

_____. Lei nº 1.698 de 05 de julho de 1962. Cria a Estância Hidromineral de Olivença e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*. Salvador, BA, 10 jul. 1962.

_____. Lei nº 2.077 de 04 de dezembro de 1964. Cria a Estância Hidromineral de Caldas do Jorro e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*. Salvador, BA, 05 dez. 1964.

_____. Lei nº 2243 de 1965. Aproveita como funcionários estaduais antigos empregados do Balneário e servidores vinculados ao Serviço de “Expansão da Estância Hidromineral de Caldas de Cipó”. *Diário Oficial do Estado*. Salvador, BA, 18 nov. 1965.

BALNEÁRIO Miraculoso: Cipó, amanhã, passa a ser villa e séde de um grande município. *Diário de Notícias*, Salvador, 4 ago. 1931.

BASTO, Américo. Exaltando as excellencias das thermas do Cipó. *Diário de Notícias*, Salvador, 23 jan. 1936.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945. Código de Águas Minerais. Disponível em: <<http://www.dnrm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=67&IDPagina=84&IDLegislacao=3>>. Acesso em: 19 ago. 2004.

_____. Ministério da Agricultura Industria e Commercio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil*. Realizado em 1º de setembro de 1920. vol. IV (1ª parte). População. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1926.

_____. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Assembléia Nacional Constituinte, 1934.

_____. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937.

_____. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Assembléia Constituinte, 1946.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1967.

BREITENBACH, Sílvia Becher. *A presença da Arquitetura Neocolonial na cidade de Salvador*. 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

BRITTO, Antônio Carlos Nogueira de. *A Medicina Baiana nas brumas do passado: séculos XIX e XX – aspectos inéditos*. Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2002.

BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

CALDAS do Cipó. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 7 jul. 1932.

CALDAS do Cipó. *A Noite Ilustrada*, São Paulo, 16 fev. 1935.

CALDAS do Cipó: as águas thermaes mais notáveis e abundantes do Brasil no Estado da Bahia. *A Noite Ilustrada*, São Paulo, 27 abr. 1935.

CALDAS do Cipó: Estado da Bahia. *A Noite Ilustrada*, Salvador, 6 mai. 1936.

CALDAS do Cipó: O moderno elixir da longa vida. *A Tarde*, 03, jul. 1933.

CALDAS do Cipó: Estado da Bahia. *Folha do Norte*, Belém, 3 mai. 1936.

CALDAS do Cipó. *Correio de Mathias*, 14 jul. 1935.

CALDAS do Cipó. Algumas notas sobre as maravilhosas thermas baianas consideradas as mais radioactivas do Brasil. *Jornal Pequeno*, Recife, 27 dez. 1933.

- CALDAS do Cipó. *O Commercio*, Valença, BA, 30 mai. 1931.
- CALDAS do Cipó: notas de um viajante. *O Intransigente*, Itabuna, 5 mai. 1934.
- CALDAS do Cipó, a estância termal do Brasil: uma palestra com o industrial Américo Salles. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 jun. 1935.
- CALDAS do Cipó. *O Serrinhense*, Serrinha, BA, 11 mar. 1934.
- CALMON, Pedro. *A conquista: historia das bandeiras bahianas*. Bahia: Imprensa Nacional, 1929. 229 p.
- CAMPOS, Vitor José Baptista. *O Art Déco e a construção do imaginário moderno: um estudo de linguagem arquitetônica*. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003. 107 p.
- CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 179-189.
- CASTRO, Demosthenes Berbert de. O Grande Hotel de Cipó Destrona o Bonito. *A Tarde*, Salvador, 1 jul. 1952.
- CASTRO, Demosthenes Berbert de. Tenistas da Capital Inauguraram o “Court” de Cipó: também há jogos de futebol- últimos resultados. *A Tarde*, Salvador, 23 jul. 1952.
- A Tarde*, 8, ago. 1952
- CHAIBUB, Paulo B. W. Processo de Tombamento nº 1500 – Acervo Arquitetônico e Urbanístico art déco de Goiânia. Rio de Janeiro, 2002. In: MANSO, Celina F. A. (Org.). *Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento*. v. 1. Goiânia, Seplan, 2004. p. 78-80.
- CHOAY, Françoise. *O Urbanismo*. São Paulo, Perspectiva, 1997.
- CIPÓ, o seu triste passado, o seu magnífico presente e o seu grandioso futuro: visitando a cidade balneária da Bahia, o Governador Juracy Magalhães e o Senador Costa Rego são alli homenageados – um busto em bronze para o grande benemérito da cidade. *O Estado da Bahia*, Salvador, 4 ago. 1936.
- CIPÓ na opinião de illustres visitantes. *O Estado da Bahia*, Salvador, 1 set. 1936.
- CIPÓ. Prós & Contras, *O Estado da Bahia*, Salvador, 29 mai. 1935.
- COELHO, Gustavo Neiva. *Art Déco: uma vertente da modernidade*. Goiânia: Editora Vieira; Trilhas Urbanas, 2000. 48 p.
- _____. *A modernidade do Art Déco na construção de Goiânia*. Goiânia: Ed. do Autor, 1997. 75 p.
- _____. Art Déco: os signos do poder na arquitetura oficial em Goiânia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: ART DÉCO NA AMÉRICA LATINA, 1., 1996, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1996. v. 1. p. 165-169.

- COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. *Semana de Urbanismo*: 20 a 27 de outubro de 1935. Conferências. Salvador: Cia. Editora e Graphica da Bahia, 1935.
- CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 385 p.
- COVA, Guimarães. De São Salvador às Caldas de Cipó. Minhas Impressões de Viagem. *O Estado da Bahia*, Salvador, 6 jun. 1936.
- CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). *Guia da Arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000. 164 p.
- DADOS Biográficos do Dr. Genésio de Seixas Salles Filho. Salvador: Fundação Gonçalo Moniz, 1968. 21 p.
- D'ARAUJO, Maria Celina. *O segundo Governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. 206 p.
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA - DEIP. *A Ponte Presidente Vargas: e outras realizações do Govêrno Bahiano*. Bahia: Imprensa Oficial, 1942.
- DE REGRESSO do Sul do país, onde representou o Estado no Congresso de Hydrologia e Climatologia, o prof. Genesio Salles é alvo de carinhosa manifestação no Hospital Santa Izabel. *Diário de Notícias*, Salvador, 11 set. 1935.
- DÓREA, Pedro. Os efeitos hypotensivos das nascentes do Nordeste. *Diário de Notícias*, Salvador, 24 ago. 1935.
- DOURADO, Plínio. Caldas do Cipó: agradecimento. *A Tarde*, Salvador, 05 mai. 1934.
- GRANDE Hotel Caldas do Cipó. *A Tarde*, Salvador, 4 jul. 1952.
- ENRIQUECENDO o patrimônio hidro-termal do Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1935.
- ESTÂNCIA Hidro-Mineral de Caldas do Cipó, na Bahia. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 11 jan. 1934.
- ESTÂNCIA Hidro-mineral de Caldas do Cipó, no Estado da Bahia. *A União*, João Pessoa, 31 dez. 1933a.
- ESTÂNCIA Hydro-mineral. Caldas do Cipó. Estado da Bahia, dez. 1933b. (Folheto)
- ETABLISSEMENT thermal d'Aix. Plan parcellaire des terrains à occuper et à céder à la ville d'Aix et le parc thermal. [1891]. A. Bertin (architecte). Ech. 1 : 2000. Chambéry : [s.n.], 1er Septembre 1891. 1 plan : couleur ; 25 x 32 cm. (AC Aix-les-Bains. 4 N 1), Plan parcellaire Bertin.
- FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org.). *Cidade e História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA-MAU; ANPUR, 1992. 303 p.

FISHMAN, Robert. *Urban utopias in the Twentieth Century*. Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright, and Le Corbusier. Cambridge, Massachusetts; London: MIT Press, 1977.

FONTES thermaes brasileiras e a Bahia. *O Intransigente*, Itabuna, 15 dez. 1934.

FRANCO, Amanda Cristina. *Cidades de cura, cidades de ócio: a influência de concepções estrangeiras no urbanismo de três estâncias paulistas Águas de Lindóia, Águas da Prata e Águas de São Pedro 1920-1940*. 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2005. 222 p.

_____. Entre o Racional e o Pitoresco: o Plano Diretor de Luís Saia para Águas de Lindóia. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 5., 2003, São Carlos, SP. *Anais...* São Carlos, SP: SAP/EESC/USP, 2003. 1 CD-ROM.

_____. A Influência de Concepções Urbanísticas Estrangeiras nos Planos para as Estâncias Hidrominerais Paulistas entre 1920-1950: os casos de Águas da Prata, Águas de Lindóia e Águas de São Pedro. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 7., 2002, Salvador. *Anais...* Salvador: PPGAU, 2002. 1 CD-ROM.

FRÓES, Heitor Prager. Fatores de progresso em pról da Estância Hidro-Mineral de Caldas do Cipó. Resumo da palestra pronunciada pelo rotariano Heitor P. Fróes, na sessão de 21-11-940. *Rotary Bahiano*, Salvador, anno 1, p. 8-12, dez. 1940.

GALEFFI, Lígia Maria Larcher. Princípios compositivos nas linguagens arquitetônicas déco desde a leitura de algumas obras do acervo soteropolitano. *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*. Salvador, v. 2, n. 1, p. 33-52, 2004.

GOMES, Ângela Maria de Castro. O redescobrimto do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982. p. 109-150.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; PINHEIRO, Eloísa Petti. Retraçando percursos: o papel dos Seminários de História da Cidade e do Urbanismo na constituição de um campo de estudos. In: _____. *A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo*. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 19-42.

GUNN, Philip. As querelas do urbanismo nos anos vinte e trinta As querelas do moderno: rupturas, recuos e renovações nas origens do CIAM e da IFHP. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 5., 1995, Brasília. *Anais...* Brasília, 1995.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

HOWARD, Ebenezer. *Cidades-Jardim de amanhã*. São Paulo: Hucitec, 2002.

IMPRESSÕES de Cipó. *O Itaberaba*, Itaberaba-BA, 03 ago. 1935.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Recenseamento Geral de 1940 (1º de Setembro de 1940)*. Censo Demográfico – população e habitação. Rio de Janeiro, 1950. (Série Regional, Parte 7, Bahia, Tomo 1)
- _____. *Sinopse estatística do Estado da Bahia*. Rio de Janeiro, n. 4, 1942.
- _____. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, v. 20, 1958.
- LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). *Urbanismo no Brasil: 1895 - 1965*. São Paulo: Studio Nobel; FAUSP; FUPAM, 1999.
- LISBOA, José Carlos. Notas sobre turismo. *A Nação*, Rio de Janeiro, 10 fev. 1935.
- LOBO, José de F. *Guia termal do Cipó*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1961. 102 p.
- LOPES, Renato Sousa. *Águas minerais do Brasil: composição, valor e indicações terapêuticas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1931.
- LORDEIRO, Manoel de Souza. A atualidade do plano urbanístico de Koepler. *Tribuna de Petrópolis*. 16 mar. 2000. Suplemento. Disponível em: <http://www.ihp.org.br/lib_ihp/docs/msl20000309.htm>. Acesso em: 10 ago. 2013.
- LUBISCO, Nídia M. L.; VIEIRA, Sônia Chagas. *Manual de estilo acadêmico: monografias, teses e dissertações*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2003.
- MAGALHÃES, Juracy M. *Mensagens 1936-37*. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1937.
- _____. *Minha vida pública na Bahia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1957.
- _____. Minhas memórias provisórias. In: ABREU, Alzira; RAPOSO, Eduardo; FARAH, Paulo César (Coord.). *Depoimento prestado ao CPDOC*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. 1982. (Coleção Retratos do Brasil, 157)
- MAGNAVITA, Pasqualino. A Heterotopia do Moderno: A sede do Instituto do Cacau da Bahia. In: CARDOSO, Luiz Antônio F.; OLIVEIRA, Olívia Fernandes de (Org.). *(Re)Discutindo o Modernismo: Universalidade e diversidade do Movimento Moderno em arquitetura e urbanismo no Brasil*. Salvador: MAU/UFBA, 1997.
- MANGABEIRA, Octávio. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa*. Bahia: Imprensa Oficial, 1948.
- MANSO, Celina F. A. (Org.). *Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento*. Goiânia, Seplan, 2004. 3 v.
- MARRAS, Stélio. *A propósito de Águas Virtuosas: formações e ocorrências de uma estação balneária no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. 479 p.
- MARTINS, Gustavo. Natureza maravilhosa. *O Imparcial*, 27 ago. 1935.

- MOREIRA, Fernando Diniz. Alfred Agache, um arquiteto Beaux-Arts na metrópole moderna. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12., 2007, Belém. *Anais...* Belém: NAEA/UFPA, 2007. 1 CD-ROM.
- MOURÃO, Benedictus Mario. A água mineral e as termas: uma história milenar. São Paulo, Abinam. 1997.
- NOVA Cidade ou Cidade Nova? *O Intransigente*, Itabuna, 23 fev. 1935.
- NOVOS RUMOS... *Técnica – Revista de Engenharia*. Bahia, n. 2, 1940.
- O NOVO Hotel do Cipó: vai correndo animada a estação. *A Tarde*, Salvador, 7 jul. 1952.
- OLIVEIRA, Avelino Ignácio de. As águas minerais do Itapicurú. *O Imparcial*, 10 abr. 1936.
- ONDE se encontram as águas salinas mais notáveis e abundantes do Brasil: revelações interessantes sobre as águas da afamada estância termo-medicinal de Caldas do Cipó, no Estado da Bahia. *Diário da Noite*, São Paulo, 20 jan. 1935.
- O NORDESTE bahiano acolhe festivamente o chefe da nação: inaugurado pelo Sr. Getúlio Vargas o Novo Hotel da Estância de Cipó. *A Tarde*, Salvador, 25 jun. 1952.
- OTTONI, Dacio A. B. Cidade-Jardim: formação e percurso de uma idéia. In: HOWARD, Ebenezer. *Cidades-Jardim de amanhã*. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 11-101.
- PAIXÃO, Dário Luiz Dias. A Legalização dos Cassinos no Brasil e América Latina. *RVDTur – Revista Virtual de Direito do Turismo*. Piracicaba, v. 4, n. 2, nov. 2006. Disponível em: <http://www.ibcdtur.org.br/rvdtur_7.htm>. Acesso em: 17 nov. 2007.
- PADILHA, Nino (Org.). *Cidade e Urbanismo: história, teorias e práticas*. Salvador: MAU/UFBA, 1998.
- PASSEIO às caldas do Cipó: sob os auspícios da C. Ginecológica. *A Tarde*, Salvador, 2 set. 1933.
- PEIXOTO, Adroaldo. Deu Cupim no Cipó. *A Tarde*, Salvador, 19 abr. 1971, p. 8.
- PEREIRA, Margareth da S. *Os Correios e Telégrafos no Brasil: um patrimônio histórico e arquitetônico*. São Paulo: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1999. 242 p.
- PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, Façça e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio, Salvador)*. Salvador: EDUFBA, 2002.
- PLANO reconstruído das Termas de Caracala. [1908]. Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/File:Caracalla-Grundriss.jpg>>. Acesso 16 set. 2013.
- PLANTA das Termas de Diocleciano em Roma, na Itália. [1901?] Planta baixa criada por Rudolfo Lanciani entre 1893-1901. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Baths_Diocletian-Lanciani.png>. Acesso em: 16 set. 2013.
- PONDÉ, Adriano de Azevedo. *Contribuição para o Estudo das Águas Minero-medicinaes do Itapicurú*. These apresentada á Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Oficinas da Livraria Duas Américas, 1923.

PORTO, Daniele Resende. *O Barreiro de Araxá: projetos para uma estância hidromineral em Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2005. 341 p.

QUEIROZ, Paulo Peltier de. *Plano de Pirangy*. Memoria Descritiva. Bahia: Tipografia Naval, 1936.

_____. *Plano de Urbanismo da Cidade de Itaparica*. Bahia: Imprensa Regina, 1939.

QUEIROZ, Raquel de. O Jorro. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, n. 33, 26 mai. 1962.

QUINTELA, Maria Manuel. Saberes e práticas termais: uma perspectiva comparada em Portugal (Termas de S. Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz). *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702004000400012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 dez. 2006.

SALLES, Genésio. Impressões de Uma Viagem às Caldas do Cipó. *Gazeta Médica da Bahia*. Bahia: Estabelecimento dos Dois Mundos. v. 54, p. 319-656, 1924.

_____. *A criação da estância Hidro-Mineral de Caldas de Cipó: episódios de uma iniciativa*. Bahia: Typographia Naval, 1943.

_____. Caldas do Cipó. *Diário de Notícias*, Salvador, 9 nov. 1936.

SAMPAIO, Helenauro Soares. *Organização Técnica e Administrativa dos Serviços de Estâncias Hidro-Minerais nos Estados de Minas Gerais e São Paulo: subsídios para um plano de reaparelhamento da Estância do Cipó*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1943.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação: o legislativo da Bahia na segunda república*. Salvador, Assembléia Legislativa, 1992. 272 p. il.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. *Formas Urbanas: cidade real & cidade ideal contribuição ao estudo urbanístico de Salvador*. Salvador: Quarteto Editora, PPG-AU - FAUFBA, 1999. 432 p.

SANTOS, Paulo F. *Quatro Séculos de Arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB, 1981, 124 p.

SANTOS NETO, Edson F. D'Oliveira. Planos de Urbanismo para as Estâncias Hidrominerais de Cipó e Itaparica no Cenário Urbanístico da Bahia dos Anos 30. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO NORTE/NORDESTE, 1., 2006, Recife. *Anais...* Recife: UNICAP/UFPE/CECI, 2006. 1 CD-ROM.

SEGAWA, Hugo. Modernidade Pragmática: uma arquitetura dos anos 1920/1940 fora dos manuais. *Revista Projeto*, São Paulo, n. 191, p. 73-84, nov. 1995.

_____. *Arquitetura na Era Vargas: o avesso da unidade pretendida*. In: PESSOA, José et al. (Org.). *Moderno e Nacional*. Niterói: UFF, 2006, p. 83-99.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: República: da Belle Époque à era do rádio*, v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- SICA, Paolo. *Historia del urbanismo: el siglo XVIII*. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1982.
- _____. *Historia del urbanismo: el siglo XIX*. v. 2. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1981.
- SITTE, Camilo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- SILVA, Oscar Caetano da. *Curriculum vitae professor Oscar Caetano da Silva*. Salvador: Escola de Belas Artes da UFBA, 1972. (Mimeografado).
- _____. Devaneios Urbanísticos. Palestra realizada no Sindicato de Engenheiros da Bahia. *Tecnica – Revista de Engenharia*, n. 3, jan./fev. 1941.
- TECNICA – Revista de Engenharia. Bahia, n. 11-12, 1943.
- TERMAS do imperador romano. Caracala (Roma). [1891?]. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:CaracallaThermae.jpg>>. Acesso em: 16 set. 2013.
- THERMAS do Cipó. *O Trabalho*, Itabuna, 27 jul. 1933.
- TREVISAN, Ricardo. *Incorporação do Ideário da Garden-City Inglesa na Urbanística Moderna Brasileira*: Águas de São Pedro. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Programa de Pós-graduação de Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2003.
- UNES, Wolney. *Identidade Art Déco de Goiânia*. São Paulo: Ateliê Editorial; Goiânia: Editora da UFG, 2001. 200 p.
- UNWIN, Raymond. *Town planning in practice: an introduction to the art of designing cities and suburbs*. In: CREESE, Walter (Org.). *The legacy of Raymond Unwin: a human pattern for planning*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1966.
- URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- VARGAS, Getúlio. *A instrução profissional e a educação*. In: _____ *A Nova Política do Brasil*. v. 2. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, [s.d.].
- VIANNA, Francisco Vicente. *Memórias sobre o Estado da Bahia*. Bahia: Typographia e Encadernação do Diário da Bahia, 1893.
- VIANNA, Roberto Nunes. Os importantes melhoramentos que o Governo está realizando em Cipó: e a significativa recomendação de um ex-enfermo, curado com as águas maravilhosas daquela therma. *Diário de Notícias*, Salvador, 24 mar. 1936.
- WOLFF, Silvia Ferreira Santos. *Jardim América: o primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura*. São Paulo: Edusp, FAPESP, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

ACERVOS CONSULTADOS:

Acervo da família de Genésio de Seixas Salles Filho

Acervo de fotografias da família de Accioly Vieira de Andrade

Acervo de fotografias de Evandro de Araújo Góes

Arquivo da Escola de Belas Artes da UFBA

- *Processos Prof. Oscar Caetano da Silva*

Arquivo de Ex-alunos da Escola Politécnica da UFBA

- *Pasta Oscar Caetano da Silva*
- *Pasta Helenauro Soares Sampaio*
- *Pasta Accioly Vieira de Andrade*
- *Pasta Paulo Peltier de Quairoz*

Arquivo do Núcleo DOCOMOMO – Bahia

Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Republicana, Fundo da Secretaria da Agricultura

- *Cx. 2332, Maço 20, Doc. 160, 1942. Termo de Contrato com Construtora Christiani & Nielsen de 09/05/1941*
- *Cx. 2334, Maço 24, Doc. 227, 1924. Contrato para Exploração das Águas Thermais de Cipó entre o Estado da Bahia e o Dr. Augusto Vicente Vianna Júnior em 26/07/1921*
- *Cx. 04, Maço 11, Doc. 98, 1928. Cópia do Termo de Contrato entre o Estado da Bahia e o Dr. Genésio Salles para Exploração das Águas Thermaes do Cipó em 19/03/1928*
- *Cx. 2368, Maço 122, Doc. 385. Estância Hidromineral de Cipó: Nomeação do Prefeito Oscar Caetano da Silva; Fiscalização das Obras do Balneário*
- *Cx. 2368, Maço 122, Doc. 465. Alteração da escadaria do Hotel de Cipó*
- *Cx. 2392, Maço 193, Doc. 806. Relatório do ano de 1935 da Diretoria de Obras Públicas sobre os serviços de conservação da Estrada de Alagoinhas a Cipó*
- *Cx. 2395, Maço 195, Doc. 123. Relatório da Diretoria de Obras Públicas (DOPU) contendo fotografias de Edifícios em Salvador*
- *Cx. 2453, Maço 271, Doc. 1231. Planta de Casa do Sr. Carlos M. Catharino a Desapropriar na Praça Juracy Magalhães e Planta de Situação de Hotel Casino de Cipó, com aprovação de Eng. Helenauro Sampaio, em 15/09/39; Fotografias do Balneário de Cipó*

- Cx. 2454, Maço 272, Doc. 1231. *Plantas de Quartel de Polícia para Cipó*

Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Republicana, Fundo da Secretaria de Viação e Obras Públicas

- Doc. 2566/9, Ano 1942. *Decreto Lei referente a Estâncias Hidroterápicas, Balneárias e Climáticas*
- Doc. 2566/12, Ano 1943. *Estudo de um Hotel para a Cidade de Cipó*
- Doc. 2574/34, Ano 1939/1946. *Planos e Programas de Reorganização da Estância Hidromineral de Cipó*
- Doc. 2579/47, Ano 1948. *Processos sobre as Fontes das Águas Termais de Cipó*
- Doc. 2582/67, Ano 1943/1944. *Relatórios de Atividades da SVOP*

Cartório da Comarca de Inhambupe – BA

- Livro 3E, fls. 15 a 17, Reg. 3078 a 3085, 29 a 31/08/38. *Aquisição de casas à R. Duque de Caxias a Arnaldo Victor de Jesus, Domingos José Dantas, José de Souza França, José Clarindo e outros pelo Dr. João de Souza do Ó, domiciliado na Capital do Estado*
- Livro 3E, fl. 68, Reg. 3277, 03/07/39. *Compra e Venda de casa na Avenida Beira-Rio. Comprador: Salustino Leitão Guerra; vendedor: Salvador Rocha e esposa*
- Livro 3E, fl. 68, Reg. 3279, 03/07/39. *Casa adquirida por Elvira Costa Paiva a Dr. Genésio Salles na Av. D. Pedro II*
- Livro 3F, fl. 9, Reg. 3427, 09/02/40. *Aquisição de casa com 15 metros de terreno, sito à Praça da Feira, limitado a norte com a Park Way, a Amerina Góes por Manuel Dantas Barreto, domiciliado no Estado de São Paulo*
- Livro 3F, fl. 29, Reg. 3502, 25/05/40. *Venda de lote de terra com 6m de frente e 25m de frente a fundo na Praça do Mercado. Comprador: Ezequiel Francisco de Santana, domiciliado na cidade de Cipó; vendedor: Prefeitura de Cipó Estância Hidromineral, representada pelo prefeito Helenauro Sampaio. Lote oriundo de terreno adquirido a Felipe Saturnino de Santana em 12/08/37 por força de desapropriação por utilidade pública*
- Livro 3F, fl. 33, Reg. 3518. *Venda de lote de 13,5m de frente e 25m de frente a fundo. Comprador: José Joaquim Rodrigues da Costa; vendedor: Prefeitura de Cipó Estância Hidromineral*
- Livro 3F, fl. 34, Reg. 3519, 11/06/40. *Venda de lote de 7m de frente e 20m de frente a fundo de frente para a Praça do Mercado. Comprador: Maria Dantas da Silva Paraíso; vendedor: Prefeitura de Cipó Estância Hidromineral*
- Livro 3G, fl. 61, Reg. 4091, 18/04/42. *Venda de lote de 7m de frente e 25m de frente a fundo. Comprador: Pedro Gil da Anunciação; vendedor: Prefeitura de Cipó Estância Hidromineral*

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas

- *Arquivo Juracy Magalhães. Classificação: JM c ig Municípios, 1931-1937. Pasta localidade de Cipó, 143 documentos. Correspondências expedidas durante a gestão de Juracy Magalhães na interventoria e governo da Bahia, no período de 1931 a 1937. Destacam-se os temas de caráter local, administração e obras públicas*

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

- *Arquivo Teodoro Sampaio*
- *Biblioteca do IGH da Bahia*

Através deste livro, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) possibilita a um público mais extenso o conhecimento sobre um empreendimento da primeira metade do século XX, traduzido num ordenamento urbano e arquitetônico na cidade de Cipó que fez jus a seu reconhecimento como patrimônio cultural do nosso estado. Assim, este trabalho constitui elemento substantivo para o entendimento da importância cultural, econômica e social do Conjunto Urbanístico e Arquitetônico da Cidade de Cipó, contribuindo para consolidar sua inscrição no Livro do Tombamento de Bens Imóveis como patrimônio cultural da Bahia.

Frederico Mendonça
Diretor Geral do IPAC

ISBN 978-85-232-1119-6



9 788523 211196

IPAC
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA



**Governo do
Estado da Bahia**

Secretaria de Cultura